



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Arielle Rosa Rodrigues

Os alternativos da ditadura: O caso do jornal *Afinal* (Florianópolis, 1980-1981)

Florianópolis
2019

Arielle Rosa Rodrigues

Os alternativos da ditadura: O caso do jornal *Afinal* (Florianópolis, 1980-1981)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Mestre em História Cultural
Orientadora: Profa. Joana Maria Pedro, Dra.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Arielle Rosa
Os alternativos da ditadura : O caso do jornal Afinal
(Florianópolis, 1980-1981) / Arielle Rosa Rodrigues ;
orientadora, Joana Maria Pedro, 2019.
159 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Ditadura civil-militar. 3. Imprensa
Alternativa. 4. Jornal Afinal. 5. Santa Catarina. I.
Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Arielle Rosa Rodrigues

Os alternativos da ditadura: O caso do jornal *Afinal* (Florianópolis, 1980-1981)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
PPGH/UDESC

Profa. Dra. Maria Bernadete Ramos Flores
PPGH/UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História Cultural

Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

Profa. Dra. Joana Maria Pedro
Orientadora

Florianópolis, 2019

Esta dissertação é dedicada a meus pais por me ensinarem a importância dos sonhos, do respeito e da tolerância.

Agradecimentos

Enfim, a escrita dos agradecimentos. Demonstrar carinho e gratidão às pessoas que possibilitaram que esta jornada fosse percorrida é o mínimo que posso fazer por todo o carinho que me foi dedicado nesses anos da dissertação e da vida, claro.

Aos meus pais, Ellen Coelho Rosa Rodrigues e Arilton Rodrigues (*in memoriam*), o primeiro e mais sincero muito obrigada! Vocês são a base de quem eu sou e os grandes responsáveis por eu ter chegado até aqui. Palavras nunca serão suficientes para demonstrar meu amor por vocês.

À Ana Luiza Silveira Fiates que a mais de uma década me presenteia com a sua amizade, leveza, inteligência e bom humor.

A Beatriz Sá por estar sempre presente, por ser compreensiva nos momentos em que eu mais preciso e por compartilhar tantos sonhos comigo.

A Thaís Calvetti pela amizade e carinho de sempre e por fazer um esforço imenso para estar presente nesse dia 31 de janeiro de 2018.

A Natalia Ramos pelo conforto e segurança que me transmitiu. Pelas conversas e por compreender meu temperamento ao mesmo tempo dramático e crítico.

A Bibiana Soldera Dias pela inspiração, força, leveza, paz e alento nos momentos em que eu mais precisei. E claro, por sempre me socorrer formatando meus trabalhos.

A Ingrid Todescato por retirar-me da bolha que por vezes se torna a pesquisa e lembrar que se divertir é preciso.

A Sidinei Rocha por compartilhar comigo o amor pela docência e por estar sempre por perto apesar da correria do dia-a-dia.

A Mariana Vogt por ter sido um dos maiores presentes que a História me deu.

A Talita Samanta Sene pela convivência sincera e leal, você é uma das melhores pessoas que a UFSC me proporcionou conhecer.

A Emilly Fidelix por encher meus dias de poesia e sensibilidade.

A Lucas Kammer Orsi pelo afeto e atenção com quem sempre me tratou, pelos diálogos e pelas conversas mais divertidas sobre o mundo de Clio.

A Carina Santos de Almeida pelos exemplos, carinho e confiança que me transmite. Nossos reencontros são uma alegria constante.

Ao grupo de historiadoras feministas mais amor que a UFSC já viu: obrigada ensinaram a sempre reconhecer a diversidade de experiências existentes e a particularidades de cada um. Mariane Silva, Jéssica Zanella, Fabiana Guarez, Marina Lis, Talita Medeiros,

Janaína Zdebskyi, Luana Borges, Renata, essa jornada foi mais leve e divertida pela presença de vocês.

A Karen Rechia, Bibiana Werle e Gilles Jean Abes pela leveza, inspirações, risadas e experiências compartilhadas.

A Ana Luíza Gouvêa Neto pela amizade mesmo com um Brasil inteiro de distância.

A Eduardo Meinberg pela amizade e pelo carinho com que sempre me tratou.

Aos professores que marcam minha trajetória na História desde 2012:

Professora Joana Maria Pedro, muito obrigada pela exigente e competente orientação, pela atenção, paciência e ensinamentos.

Professor Luiz Felipe Falcão, obrigada pelos anos de convivência inspiradores, pela generosidade, pelo carinho e pelos momentos de aprendizados constantes.

Professora Caroline Jaques Cubas, obrigada por não me fazer desistir, pela amizade que construímos, pelas trocas e pelo amor com que ensinas aqueles que têm o prazer de aprender contigo.

Professora Maria Bernadete Ramos Flores por me instigar a compreender sempre mais e melhor os meandros do mundo de Clio, pelo aceite tanto na banca de qualificação quanto na banca final e por sugerir o título dessa pesquisa.

Professora Maria de Fátima Fontes Piazza pelas profícuas discussões e aprendizados.

Professor Reinaldo Lindolfo Lohn pelas ideias, sugestões e dicas, pelas ótimas aulas que sempre ministrou e por aceitar o convite para fazer parte da banca.

Professora Marlene de Fáveri pelo afeto, humanidade e paixão com que sempre me apresentou a História.

Professora Flávia Varella por ter me recebido como sua estagiária, por contribuir na minha formação e por ser generosa e gentil. E claro, agradecimentos estendidos à pequena Sofia pela fofura e encantos com que suas descobertas me fazem ver o mundo com olhos mais coloridos.

Muito obrigada também a Jurandir Pires de Camargo, Nelson Rolim de Moura e Sérgio Rubim pelas entrevistas cedidas e por me encorajarem a estudar e entender cada vez mais o jornal *Afinal*.

À CAPES pela bolsa concedida que me permitiu a dedicação exclusiva a pesquisa.

Muito obrigada a todos e todas que contribuíram para que esta pesquisa fosse possível.

E a gente ainda insiste em ter alguma confiança

Num futuro que ainda está por vir

Viver é uma paixão do início, meio ao fim.

(Lenine)

RESUMO

A imprensa alternativa foi uma forma de resistência e contestação à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Através da publicação de variados periódicos, este tipo de imprensa procurou criticar e contrapor-se ao regime vigente, além de se tornar um espaço de luta para a restauração da democracia. Em Santa Catarina, o jornal *Afinal* foi um representante deste tipo de imprensa. Circulando entre maio de 1980 e julho de 1981, o jornal durou 13 edições e, durante a sua existência, procurou problematizar a situação sociopolítica do seu tempo presente, principalmente no âmbito estadual. Em suas reportagens, matérias e notas, o jornal tinha como objetivo denunciar o que considerava serem ações arbitrárias e que prejudicassem de algum modo a população catarinense. Nesse sentido, a presente dissertação visa analisar os elementos que permitiram que o jornal *Afinal* se constituísse enquanto um periódico alternativo no estado Santa Catarina. A fim de lograr tal objetivo, este trabalho encontra-se dividido em três capítulos: o primeiro é intitulado de “Um histórico do Jornal *Afinal*” e busca apresentar o jornal e seu contexto de circulação; o segundo, cujo título é “Denúncias Políticas nas páginas do jornal *Afinal*”, problematiza como, a partir das publicações do periódico, é possível observar a existência de diferentes culturas políticas em Santa Catarina; e, por fim, o terceiro capítulo, denominado de “Uma cidade entre o ontem e o amanhã: Florianópolis nas páginas do jornal *Afinal*”, versa discutir sobre como o jornal retratou a cidade de Florianópolis no período de sua circulação.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; imprensa alternativa; jornal *Afinal*.

ABSTRACT

The alternative press was a form of resistance and contestation to the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Through the publication of various periodicals, this type of press sought to criticize and oppose the current regime, as well as to become a space of struggle for the restoration of democracy. In Santa Catarina, the newspaper *Afinal* was a representative of this type of press. Circulating between May 1980 and July 1981, the newspaper lasted 13 editions and, during its existence, sought to problematize the socio-political situation of its present time, especially at the state level. In its reports, articles and notes, the newspaper had as objective to denounce what it considered to be arbitrary actions and that somehow harmed the population of Santa Catarina. In this sense, the present dissertation aims at analyzing the elements that allowed the newspaper *Afinal* to be constituted as an alternative newspaper in the state of Santa Catarina. In order to achieve this objective, this work is divided into three chapters: the first is titled "A History of the Journal *Afinal*" and seeks to present the newspaper and its context of circulation; the second whose title is "Political Denunciations in the pages of the newspaper *Afinal*" problematizes how from the publications of the periodical it is possible to observe the existence of different political cultures in Santa Catarina and, finally, the third chapter denominated "A city between yesterday and tomorrow: Florianópolis in the pages of the newspaper *Afinal*" is about discussing how the newspaper portrayed the city of Florianópolis during the period of its circulation.

Keywords: Civil-military dictatorship; alternative press; newspaper *Afinal*.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. Capítulo 1: Um histórico do jornal <i>Afinal</i>	22
2.1 Os primórdios do jornal <i>Afinal</i> e sua inclusão como um periódico alternativo.....	23
2.2 Características físicas e editoriais do jornal <i>Afinal</i> :.....	37
2.3 – Enquadramento na Lei de Segurança Nacional e o término do jornal <i>Afinal</i>	54
3. Denúncias Políticas nas páginas do jornal <i>Afinal</i>	72
3.1 – Posicionamentos políticos nacionais nas páginas do jornal <i>Afinal</i>	73
3.2 - Eventos traumáticos em Santa Catarina e a percepção de posicionamentos políticos.....	86
3.3 - O governo de Jorge Konder Bornhausen nas páginas do jornal <i>Afinal</i>	103
4. Uma cidade entre o ontem e o amanhã: Florianópolis nas páginas do jornal <i>Afinal</i>	110
4.1 – Projetos modernizadores da cidade	111
4.2 – Retratos de outros cotidianos.....	124
4.3 – Quando os invisíveis se tornam visíveis: a presença de novos sujeitos no espaço público	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS	152

1. INTRODUÇÃO

Somos sujeitos históricos. Somos formados por múltiplas referências de um passado próximo e distante. Somos a presentificação do passado. Somos a possibilidade de futuro daqueles que nos antecederam. (CUBAS, 2017)

A escolha por esta frase da historiadora Caroline Jaques Cubas como epígrafe da introdução que se lerá a seguir revela um pouco das pretensões que esta dissertação almeja. Ao conferir historicidade para as múltiplas influências que os sujeitos têm ao longo da vida, a autora chama a atenção para como o tempo — passado, presente e futuro — se entrelaça nas mais variadas dimensões vida. Seja ouvindo uma música, rememorando um acontecimento ou folheando jornais antigos, estamos diante de alguma perspectiva temporal e, como disse a cantora Maria Bethânia, “por seres tão inventivo e parecez contínuo”, o tempo nos modifica e nos surpreende a cada instante, tal como foi o caso desta pesquisa.

Durante a escolha do objeto e do objetivo deste trabalho fui confrontada com ensinamentos e inquietações que ajudaram no exercício constante de aprender os meandros do ofício historiográfico como, por exemplo, a importância da crítica às fontes e da atenção para o contexto que se está estudando. Da escolha das fontes, do recorte temporal, das leituras bibliográficas, do objetivo de pesquisa e da estrutura da redação final do texto, um árduo — e, em certos momentos, solitário — caminho é percorrido e, ao longo desses dois anos, não foi diferente. A decisão por elaborar uma dissertação cujo objetivo principal é analisar os elementos que permitiram que o jornal *Afinal* — periódico alternativo que circulou no estado de Santa Catarina entre 1980 e 1981 – se constituísse enquanto um jornal alternativo nos anos da ditadura civil-militar brasileira¹ (1964-1985) remonta em grande parte à minha trajetória enquanto aprendiz de historiadora.

No ano de 2014, estava cursando a 5ª fase da graduação de História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e recém ingressando, como bolsista de Iniciação

¹ Utiliza-se a denominação de ditadura civil-militar seguindo a argumentação de Daniel Aarão Reis quando este afirma que existem 3 razões que o levam a considerar esse período da história brasileira recente como civil-militar, que são: 1º - as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade; 2º - Altos índices de popularidade do general Garrastazu Médici e 3º - Expressivas votações obtidas pela Aliança Nacional Renovadora (ARENA) nas últimas eleições sob a ditadura, que foi realizada em 1978. No entanto, essa discussão é presente nas discussões historiográficas sobre este período. Ver mais em: FICO (2017), REIS (2010).

Científica (IC), no projeto de pesquisa “Estudar a esquerda brasileira: militância e ativismo político em tempos extraordinários pela perspectiva da História Oral (resistência à ditadura civil-militar e engajamento na democratização do Brasil: 1974-1994)”² coordenado pelo professor Drº Luiz Felipe Falcão, primeira pessoa que mencionou para mim a existência do jornal *Afinal* quando eu fui acompanhá-lo, conjuntamente com seu orientado de mestrado à época, para uma entrevista. Foi nessa entrevista que tive meu primeiro e breve contato com o jornal *Afinal* e ouvi a constatação sobre a ausência de estudos acerca do periódico, fator preponderante que levou ao desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso³ (TCC) defendido em dezembro de 2015 e também desta dissertação.

No ano de 2014 fazia 50 anos que havia sido deflagrado o golpe civil-militar de 1964 e uma série de reflexões sobre esse momento da história recente do país foi produzida nos mais variados espaços de circulação, o que acabou por instigar ainda mais minha curiosidade referente a esses anos. De eventos acadêmicos⁴ a documentários e reportagens veiculadas nos espaços midiáticos, perpassando ainda pelo expressivo lançamento de publicações⁵, a temática apresentou discussões acerca de diferentes aspectos que marcaram esse período como, por exemplo, a estruturação dos órgãos de repressão, as formas de resistência possíveis, as transformações socioculturais, entre outros. No íterim dessas problematizações que estavam sendo feitas, a imprensa alternativa⁶ e suas produções chamaram-me a atenção por conta das suas possibilidades de atuação política, de contestações comportamentais e culturais e de divulgação de dados e informações que não saíam na chamada grande imprensa⁷.

Entre as décadas de 1950 e 1980, o Brasil vivenciou processos de transformações socioculturais, políticos e econômicos. Nos anos que vão 1950 até 1964 o país estava sob a

² Durante os dois anos em que atuei como bolsista deste projeto, que se encontra vinculado ao Laboratório de Estudos de Cidade (LEC), transcrevi entrevistas de pessoas ligadas à formação do Movimento de Oposição Sindical de São Paulo bem como realizei leituras bibliográficas acerca do período da ditadura civil-militar, leituras teóricas referentes à História do Tempo Presente e leituras metodológicas relacionadas com a História Oral.

³ Meu Trabalho de Conclusão de Curso é intitulado de: *AFINAL: A trajetória de um periódico alternativo de Florianópolis (1980-1981)*. Sua defesa foi realizada no dia 04 de dezembro de 2015 no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC).

⁴ Entre os eventos acadêmicos que ocorreram em 2014, destaca-se, por exemplo, o XV Encontro Estadual de História a ANPUH/SC cujo tema foi “1964 – 2014: Memórias, Testemunhos e Estado” realizado entre 11 e 14 de agosto de 2014 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁵ Entre os livros lançados no ano de 2014 ressaltam-se as publicações das coletâneas “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964” organizado por Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, “As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária” de autoria de Rodrigo Patto Sá Motta, entre outros.

⁶ Pouco explorado pela historiografia, as definições de imprensa alternativa durante o período da ditadura civil-militar brasileira são discutidas no primeiro capítulo desta dissertação. As discussões em torno do conceito serão pautadas por Kucisnki (2003), Aquino (1999), Barroso (2004) e Mendes (2011), Aguiar (2008).

⁷ Por grande imprensa compreendo os veículos de comunicação que estão atrelados a lógica empresarial de produção que apresentam ligações, em alguma medida, com os grupos de poder. Ver mais: Barbosa (2013).

égide de um regime democrático e possuía planos econômicos pautados em investimentos nas indústrias de base, infraestrutura e educação, juntamente com a abertura para o capital estrangeiro. Além disso, a consolidação da chamada classe média e de seu poder de compra, a inauguração da nova capital federal — Brasília — em 1960 e a maior inserção feminina na cena pública foram características desse momento. Tudo isto, porém, foi interrompido em 1964 com um golpe de estado conservador que instaurou por mais de duas décadas uma ditadura civil-militar em terras brasileiras.

Ao longo dos 21 anos em que o Brasil esteve sob a égide de governos militares, a imprensa alternativa desempenhou um papel importante na tessitura de críticas ao regime. De caráter plural, a sua existência foi um dos caminhos possíveis para que resistências e contestações à realidade vigente fossem feitas. Marcados pela efemeridade, os periódicos alternativos que surgiram no período da ditadura civil-militar foram caracterizados por serem espaços onde debates acerca da realidade sociopolítica eram realizados com o intuito de oferecer ao seu público-leitor, entre outras coisas, informações e problematizações que não eram veiculadas na grande imprensa, como por exemplo, a questão da repressão política. Ou seja, por não possuírem vínculos e nem estarem alinhados com os ideais militares e de seus apoiadores, a imprensa alternativa foi um caminho possível de lutas e engajamentos sociais e políticos. Nesse sentido, de acordo com Flávio Aguiar:

Os alternativos são o exemplo de uma característica da vida cultural brasileira: a continuidade na descontinuidade. Isto é, os jornais e revistas surgem, duram relativamente pouco tempo, uns mais, outros menos, mas estão sempre de volta, e às vezes quando menos se espera. E que se opõem à pretensão hegemônica da imprensa de espírito oligarca e ideologia liberal, hoje neoliberal, que é a dominante no Brasil. (AGUIAR, 2008, p.235).

Contrapondo-se por princípio aos grandes meios de comunicação, a imprensa alternativa foi também o lugar onde esperanças de vindouros dias democráticos e de um país mais justo e igualitário para seus cidadãos foi presente. Somando-se às demais lutas para a queda do regime civil-militar, os periódicos alternativos são fontes históricas que oferecem indícios acerca de como resistências e contestações foram articuladas. Além disso, as páginas dos periódicos alternativos permitem acompanhar como embates entre diferentes culturas políticas foram travados ao longo dos governos militares.

No estado de Santa Catarina o jornal *Afinal* foi um projeto jornalístico que procurou se constituir enquanto um veículo de comunicação alternativo. O início de sua circulação data de maio de 1980 e o término de julho de 1981. Ao total, foram produzidas 13 edições cuja periodicidade variava entre mensal e bimestral. Através do uso da linguagem clara, direta e objetiva, o jornal objetivava denunciar o que consideravam serem ações arbitrárias contra a

população catarinense por parte de pessoas ligadas ao poder. Durante o período em que foi produzido, o periódico apresentou reportagens, notas, entrevistas e cartas possibilitam, entre outras coisas, que aspectos das culturas políticas existentes em Santa Catarina sejam problematizados. Além disso, ao longo de suas edições, o periódico buscou apresentar os problemas e necessidades que afligiam setores das camadas sociais menos favorecidas e que eram negligenciadas pelos poderes públicos. Nesse sentido, o jornal *Afinal* diferenciou-se da produção da grande imprensa na medida em que suas temáticas e as formas como elas eram abordadas não estavam submetidas e nem alinhadas com a perspectiva defendida pelos grandes meios de comunicação.

Por propor um estudo voltado para a compreensão dos elementos que permitiram que o jornal *Afinal* se configurasse enquanto um periódico alternativo, as fontes utilizadas foram as nove edições⁸ disponíveis no Setor de Obras Raras da Biblioteca do Estado de Santa Catarina (BPSC), três entrevistas orais realizadas com Sérgio Antônio Flores Rubim⁹, Nelson Rolim de Moura¹⁰ e Jurandir Pires de Camargo¹¹ — jornalistas fundadores do jornal *Afinal* — e um capítulo de livro escrito por Nelson Rolim de Moura acerca de suas memórias do jornal. Conseqüentemente, por este trabalho mobilizar, pelo menos, dois tipos de fontes — impressas e orais -, duas metodologias subsidiarão a sua tessitura. A Análise de Conteúdo, tal como propõe Laurence Bardin, será empregada no manejo empírico da documentação proveniente da imprensa e do capítulo de livro; os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, conforme elucidam, por exemplo, Paul Thompson, Beatriz Sarlo e Alessandro Portelli, foram utilizados para problematizar as entrevistas realizadas.

Definida, segundo Laurence Bardin, enquanto “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p.31), esta metodologia foi de suma importância para o desenvolvimento das interpretações do material escrito do jornal. Sua aplicabilidade que “oscila entre o os dois polos do rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 1977, p.9) permite que hipóteses sejam levantadas e verificadas a partir da submissão do material a um exame crítico minucioso que procura assegurar, dentro dos limites que a pesquisa impõe, a fidedignidade do que está sendo levantado enquanto argumento científico. Seus procedimentos envolvem essencialmente 3 passos, que são os

⁸ As edições disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina são: 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 12ª e 13ª.

⁹ A entrevista foi realizada no dia 14 de outubro de 2015, no bar Kibelândia (Florianópolis) e a sua duração é de 1:24:34.

¹⁰ A entrevista foi realizada no dia 18 de outubro de 2015, na Editora Insular (Florianópolis) e a sua duração é de 1:18:51.

¹¹ A entrevista foi realizada no dia 22 de outubro de 2015, no café Chez Moi (Florianópolis) e a sua duração é de 1:44:11.

seguintes: 1ª – a pré-análise do material¹², 2ª - a exploração do material ¹³e 3ª – o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação¹⁴ (BARDIN, 1977, p. 95). Para esta pesquisa, esses passos foram fundamentais pois, ao sistematizar o conteúdo do jornal *Afinal* de maneira que as informações nele contidas estivessem organizadas, foi possível quantificar e qualificar, dentro da totalidade das fontes, quais seriam analisadas no decorrer desta dissertação para sustentar as hipóteses aqui sugeridas.

A partir do que Bardin sugere como procedimentos para se realizar uma análise do conteúdo, foram feitas as seguintes tabulações de dados no jornal *Afinal*: 1 – informações sobre o jornal contidas nas suas capas (número, data, ano, preço e manchete principal); 2 – descrição detalhada das imagens das contracapas, chamada de “Galeria do Povo”; 3 – classificação quantitativa e qualitativa dos anúncios e classificados; 4 – dados dos expedientes das edições (endereço, conselho editorial, colaborações, arte, fotografia, publicidade, correspondentes, composição, departamento jurídico, diagramação e programação visual); 5 – quantidade de cartas presente nas edições e seus dados (título, autor, local de origem e página); e 6 – dados presentes nas reportagens do jornal (título, autoria, número da página, quantidade de páginas, assunto, palavras-chaves, tema e seção).

Além do esquadramento das informações contidas no jornal, os depoimentos orais coletados foram produzidos e investigados a partir dos pressupostos metodológicos da História Oral. O historiador inglês Paul Thompson afirmou acerca da História Oral que ela “é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação” (THOMPSON, 1992, p.44). Como uma das maneiras de levar as dimensões humanas da vida para dentro da ciência histórica, essa perspectiva compôs um dos pilares das pesquisas efetuadas para o desenvolvimento desta dissertação. Ao questionar e escutar dos entrevistados suas trajetórias de vida, suas experiências com o jornal *Afinal* e suas avaliações pessoais sobre o momento em que o periódico esteve em circulação, a distinção estabelecida por Joan Scott entre experiência e evidência de experiência era constantemente lembrada. Nas palavras da autora:

¹² A pré-análise, para Bardin, consiste na fase de organização propriamente dita dos documentos. Ela é, normalmente, composta por três objetivos: 1 – A escolha dos documentos a serem submetidos à análise; 2 – A formulação de hipóteses e dos objetivos e 3 – A elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final. (BARDIN, 1977, p. 95)

¹³ A exploração do material, para Bardin, está relacionada com a codificação do material em categorias que permitem visualizar e representar as especificidades o material selecionado. (BARDIN, 1977, p. 103-104)

¹⁴ Segundo Bardin, os indicadores de inferências podem ser de natureza muito diversa, como, por exemplo, as inferências específicas e as inferências gerais. Para cada tipo de inferência, a autora alerta sobre a necessidade de se estabelecer critérios da validade que permitam verificar o que está sendo afirmado. (BARDIN, 1977, p. 197-138).

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. (SCOTT, 1999, p.27).

Ao elucidar que são as experiências que constituem os sujeitos e não o contrário, Scott possibilitou compreender que as particularidades vivenciadas por cada sujeito em questão não possuem causa ou interpretação única, são entrelaçamentos entre visões de mundo, anseios e ações que resultaram, a partir de uma série de fatores, naquela experiência específica. A rememoração das evidências de experiências passadas no tempo presente pode se constituir, entre outras coisas, uma documentação de análise empírica. Entretanto, se por um lado Scott afirma que as evidências de experiência são o material a partir do qual produzimos conhecimento, por outro ela — assim como o historiador Alessandro Portelli e a historiadora Verena Alberti — nos alerta para a necessidade do trabalho crítico de historicização na hora de problematizá-las.

Somam-se às contribuições de Scott para essa pesquisa as considerações tecidas por Portelli no tocante ao afastamento dos documentos para a realização de operações interpretativas. Em seu texto “*O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política luto e senso comum*”, Portelli, a certa altura, nos relembra que, enquanto historiadores/as, “nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas” (PORTELLI, 1998, p.104). Recheados, muitas vezes, de paixões, lembranças, experiências e expectativas, os documentos e narrativas produzidos sobre determinado acontecimento constituem, simultaneamente, fragmentos de memória e representações sobre o ocorrido e cabe a nós, através do *métier* de nosso ofício, interpretá-los e narrá-los, conscientes inclusive de que não o estamos reproduzindo na sua totalidade, seguindo aqui os ensinamentos da historiadora Marlene de Fáveri.

No caso específico de depoimentos orais coletados e analisados a partir das prerrogativas da História Oral, Portelli salienta que:

As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (PORTELLI, 1998 p. 110).

Ao apontar como característica específica da metodologia da História Oral um campo dialógico existente entre a confrontação crítica da narrativa e a alteridade dos narradores em (re)produzir fatos e representações, Portelli coloca em questão o quanto as memórias e as representações que delas resultam são “fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI,1998, p. 106). E, nesse sentido, suas colocações vão ao encontro do que Verena Alberti considera ser uma das riquezas da História Oral.

Em seu texto intitulado “*Histórias dentro da História*”, Alberti afirma que “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2015, p. 165). Além disso, a autora argumenta veementemente sobre a necessidade de os depoimentos orais serem submetidos ao trabalho crítico uma vez que eles são, igualmente, fontes históricas. Nesse sentido, ao elaborar uma espécie de passos guias de como manejar metodologicamente as fontes orais¹⁵, Alberti operacionaliza uma série de reflexões, como as expostas acima, sobre a História oral e suas potencialidades e limites para um trabalho historiográfico.

Cabe ressaltar que se optou por oferecer ao leitor, nesta introdução, uma descrição detalhada de quais metodologias foram utilizadas durante esta pesquisa por ser necessário demonstrar quais parâmetros metodológicos balizaram sua tessitura e quais pesquisadores contribuíram em termos de metodologia para que o processo de pesquisa fosse efetivamente viável.

Entretanto, para elaboração dessa dissertação, além das duas metodologias utilizadas, o estabelecimento de um diálogo com pesquisadores e pesquisadoras que abordam em suas reflexões questões que, de algum modo, apresentem relações com as problemáticas aqui levantadas é essencial. Nesse sentido, as discussões realizadas pelas historiadoras Tânia Regina de Luca e Maria Helena Rolim Capelato no manejo de fontes impressas e suas particularidades para o desenvolvimento de um trabalho historiográfico foram ensinamentos fundamentais para o decorrer da pesquisa.

Tânia de Luca ao afirmar que os impressos “são empreendimentos coletivos que reúnem conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA,

¹⁵ Entre as dicas que Alberti expõe estão a elaboração do roteiro, definir o perfil e a quantidade dos entrevistados, transcrever o material caso seja necessário, analisar os depoimentos atentando para, por exemplo, os recuos e avanços no tempo. (ALBERTI, 2015. P. 190-191).

2008, p.140), atentou para importância de mapear, por exemplo, a linha editorial do jornal, os colaboradores mais assíduos, a organização do sumário os textos veiculados, as relações estabelecidas com diferentes poderes e instituições financeiras e anunciantes. A autora também pontua relevância de se pesquisar, para além da materialidade e do conteúdo do jornal, “aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos.” (LUCA, 2015, p.140), como por exemplo, os locais de circulação tanto do periódico quanto de seus redatores, uma vez que esses espaços podem ser encarados enquanto aglutinadores de diferentes correntes políticas e estéticas que permitem refletir acerca da sua dinâmica e estruturação (LUCA, 2015, p.141). Cabe ressaltar que a pesquisa acerca de elementos que ultrapassam as páginas impressas requer, segundo argumenta De Luca, a consulta a outras fontes de informação (LUCA, 2015, p.141). Deste modo, os empreendimentos de pesquisa em periódicos que a historiadora expõe permite a abordagem simultânea enquanto fonte e objeto¹⁶.

A historiadora Maria Helena Rolim Capelato adota postura semelhante à de Tânia de Luca quanto à compreensão do estudo de periódicos na sua dupla dimensão de fonte e objeto. Em seu texto publicado em 2015, cujo título é “*História do Tempo Presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo*”, a autora chama a atenção para a ausência de estudos que tomem a grande imprensa, ou melhor, a imprensa de modo geral, do período civil-militar enquanto objeto de estudo. A partir dessa constatação, a autora problematiza sobre a necessidade de pesquisas que enfoquem em suas reflexões a imprensa como objeto tanto na dimensão de ser um ator político relevante quanto no papel de formadora de opinião. Nesse sentido, a historiadora ressalta a importância e a singularidade da perspectiva da História do Tempo Presente no desenvolvimento desses trabalhos e afirma que “o estudo da imprensa no referido período permitirá reconstituir, de forma pormenorizada, os acontecimentos que ela registrou, comentou e nos quais participou na condição de agente do processo de mudança ocorrido à época.” (CAPELATO, 2015, p.300).

Nesse sentido, cabe ressaltar que a perspectiva à qual esta dissertação se vincula é a História do Tempo Presente. Definida pelo historiador francês Henry Rousso enquanto um campo historiográfico:

Marcado pela tensão, e por vezes, pela oposição, entre a história e a memória, entre o conhecimento e a experiência, entre a distância e a proximidade, entre a objetividade e a subjetividade, entre o pesquisador e a testemunha, divisões que

¹⁶ “As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente” (DE LUCA, 2015, p. 141).

podem manifestar-se no interior de uma mesma pessoa. Como outras maneiras de se fazer História, essa parte da disciplina deve levar em conta temporalidades diferenciadas e uma dialética particular entre o passado e o presente. (ROUSSO, 2015, p.16).

Esse modo particular de lidar com as relações temporais entre passado e presente, para este campo historiográfico em específico, apresenta a possibilidade da percepção de múltiplas temporalidades e sentidos existentes dentro de um fenômeno histórico e acaba por lhe conferir uma de suas principais características: o caráter mais acentuado da incerteza e a percepção de que a História está, de certo modo, inacabada, pois o seu desenrolar ainda está acontecendo, ou seja, é uma História que está essencialmente em movimento (ROUSSO, 2015, p. 179-180). Rousso ainda complementa seu argumento sobre História do Tempo Presente e suas particularidades afirmando que:

De todo modo, o historiador que tenta apreender a história em movimento deixa-se também envolver na marcha do tempo e deve aceitar que seu olhar é apenas parcial, limitado, frágil, bem ao contrário da ilusão científica de dominar o sentido último da história. (ROUSSO, 2015, p.187).

Aceitar que a história que se contará a seguir é limitada e é uma versão possível para se abordar o jornal *Afinal* foi um dos maiores aprendizados dessa pesquisa. Na busca por construir uma narrativa que seja coerente com o objetivo deste trabalho, esta dissertação está organizada em três capítulos: O primeiro é intitulado “*Um histórico do jornal Afinal*” se detém sobre a história do jornal em si. Subdividido em três seções o capítulo discorrerá sobre o início do jornal *Afinal* e sua inclusão enquanto um periódico alternativo, suas características físicas e editoriais e, por fim, seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional e seu término. Já o segundo capítulo, cujo título é “*Denúncias Políticas nas páginas do jornal Afinal*”, buscará problematizar como foram abordadas nas páginas do jornal as culturas políticas existentes em Santa Catarina. Dividido também em três seções suas discussões estão voltadas, respectivamente, para a exposição de um panorama das culturas políticas predominantes no Brasil no período da ditadura civil-militar e que se mostraram possíveis de serem percebidas na documentação, na sequência será apresentado como a partir de eventos traumáticos que aconteceram em Santa Catarina é possível observar um embate entre culturas políticas e, por fim, será feita uma problematização os traços políticos que o jornal destacou do governo de Jorge Konder Bornhausen.

Enquanto o segundo capítulo foca essencialmente nas questões políticas estaduais, o terceiro estará voltado para questões referentes à cidade de Florianópolis que, de uma maneira ou de outra, remetem para relações e/ou culturas políticas. Sob o título de “*Uma cidade entre o ontem e a amanhã: Florianópolis nas páginas do jornal Afinal*” ele é igualmente

organizado em três seções. A primeira procurará realizar discussões acerca de como o jornal dos processos modernizadores que estavam sendo implementados em Florianópolis, a segunda discorre sobre os cotidianos das classes menos favorecidas e, por fim, a terceira apresentará a presença de novos sujeitos na cena pública como, por exemplo, homossexuais e prostitutas.

Optou-se por organizar o trabalho desta maneira por acreditar que o jornal *Afinal*, suas denúncias acerca do que consideravam serem arbitrariedades políticas cometidas por governantes e o trazer para a arena do debate público situações ou sujeitos que se pretendiam silenciar na cidade de Florianópolis contribui para que novas questões e problemáticas sobre esse período sejam levantadas e refletidas. Se a leitura dessa dissertação possibilitar novas maneiras de olhar e compreender as contestações sociopolíticas que foram feitas em Santa Catarina durante a ditadura civil-militar brasileira, consideraremos que, por hora, nosso objetivo foi cumprido.

2. Capítulo 1: Um histórico do jornal *Afinal*

A história não tem um rumo ou uma lógica pré-determinados, nem humanidade um destino fixo a cumprir: são homens e mulheres deste mundo que o inventam a cada momento, no entrelaçamento de suas paixões e interesses, em circunstâncias tão complexas que o inesperado os surpreende com mais frequência do que gostariam. (FALCÃO, 1998)

Era final da década de 1970 e início dos anos de 1980. No mês de maio de 1980, um grupo de jornalistas que residiam na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, colocara em circulação o primeiro número do jornal *Afinal*, um projeto jornalístico que procurou, ao longo de sua existência, se constituir enquanto um veículo alternativo de informações para o povo catarinense. Sua história e seu impacto no cenário jornalístico de Santa Catarina, ainda pouco explorados, conforme pontuado na introdução deste trabalho, possibilitam que aspectos importantes do contexto sociopolítico do estado sejam problematizados e que novas hipóteses analíticas sejam abertas a partir do conteúdo exposto em suas edições.

De linguagem clara, objetiva e direta, o jornal *Afinal* nasceu com o intuito de denunciar o que consideravam serem improbidades, arbitrariedades e desmandos cometidos contra a população catarinense por parte de pessoas ligadas ao poder político e econômico da época, bem como somar-se nas lutas¹⁷ já existentes pelo fim da ditadura civil-militar que assolava o país há quase duas décadas. Suas denúncias e posicionamentos políticos se, por um lado, conferiram apoios à publicação — como se verá adiante —, por outro levou seus editores a um enquadramento na Lei de Segurança Nacional no mesmo ano de 1980.

Nesse sentido, antes de adentrar com densidade nas denúncias sociopolíticas que o jornal fez durante o período em que esteve em circulação, é necessário situá-lo historicamente no interior da produção da imprensa alternativa existente durante o período da ditadura civil-militar, sendo este o objetivo do capítulo. Subdivido em três seções em que serão analisados respectivamente: 1 – o início do jornal *Afinal* e sua inclusão como um periódico alternativo; 2 – suas características físicas e editoriais e 3 – seu enquadramento da LSN e fatores que culminaram no seu término, este capítulo busca compreender as especificidades

¹⁷ Cabe ressaltar que a imprensa alternativa constituiu-se como uma forma possível de luta pelo término da ditadura civil-militar, no entanto, ela não foi o único espaço de resistência e contestação sociopolítica existente no período compreendido entre 1964 e 1985. Experiências como, por exemplo, as organizações de luta armada (ex. Aliança Libertadora Nacional – ALN -; Vanguarda Armada Revolucionária- Palmares – VAR), entidades estudantis (ex. União Nacional dos Estudantes – UNE -; Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo – DCE/USP), sindicatos (ex. Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo) e movimentos populares (Movimento contra o Custo de Vida, Comunidades Eclesiais de Base – CEB's) mostram a diversidade de possibilidades existentes naquele momento de engajamento contra a então situação vigente.

jornalísticas do jornal *Afinal* além de evidenciar as motivações, anseios, desejos presentes no periódico no tempo em que ele esteve em circulação.

2.1 Os primórdios do jornal *Afinal* e sua inclusão como um periódico alternativo

Era o último dia do mês de novembro. O ano, 1979. A cidade de Florianópolis estava sendo preparada para a visita do então general-presidente João Baptista Figueiredo. O clima de expectativa era provavelmente respirado nas ruas da capital, afinal, não era comum que o representante máximo da nação viesse para as terras catarinenses. Autoridades, comerciantes, estudantes, policiais civis e militares, radialistas e, principalmente, jornalistas, aguardavam o decorrer do dia, que ficaria posteriormente conhecido como *Novembrada*¹⁸.

O jornal *O Estado*¹⁹, maior e mais influente periódico de Santa Catarina na época, escalou uma equipe de jornalistas para cobrir desde a chegada do general-presidente ao aeroporto Hercílio Luz²⁰ até o término de sua visita. Entre os profissionais escalados para a cobertura estavam Jurandir Pires de Camargo²¹, Nelson Rolim de Moura²² e Sérgio Antônio Flores Rubim²³. Os três seriam fundadores do jornal *Afinal* e saíram da equipe do jornal *O Estado* em virtude da matéria que haviam produzido sobre o acontecimento, e que nunca foi publicada. Acerca desse episódio e seus desdobramentos, Sérgio Rubim relembrou que:

Quando acontece a Novembrada, nós já estávamos trabalhando no jornal *O Estado*. Quando o Figueiredo chegou, o Jurandir Camargo foi escalado para cobrir o roteiro do aeroporto até a Praça XV, até a chegada na cidade, eu fui escalado para fazer, para cobrir a Praça XV, a movimentação dos estudantes, do povo que estava ali, e o Bondinho, que é o Arthur Zamboni, que é um jornalista, ele foi escalado para fazer a cobertura dentro do palácio, com o Jorge Bornhausen, que era o governador. E foi aquele dia que foi aquela loucura né, e nós cumprimos tudo e tá, ficamos extasiados

¹⁸*Novembrada* foi o nome pelo qual ficou conhecido o movimento de protesto ocorrido na Praça XV de Novembro — centro de Florianópolis — em decorrência da visita do general-presidente João Baptista no dia 30 de novembro de 1979. O estopim da manifestação contra Figueiredo deveu-se a inauguração de uma placa em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto uma vez que Peixoto havia sido responsável por uma série de fuzilamentos na ilha de Anhatomirim durante a Revolução Federalista de 1894. Além disso, fatores como o dinheiro gasto para recepcionar o general-presidente e a crescente instabilidade econômica que o país enfrentava contribuíram para as manifestações contrárias ao regime e a Figueiredo. Os sete estudantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional sendo julgados e absolvidos foram: MarizeLippel, Rosângela Koerich Souza, Amilton Alexandre, Newton Dias Vasconcelos Jr, Geraldo Barbosa, Lígia Giovanella e Adolfo Luiz Dias. Ver mais em: MIGUEL (1995) e FÁVERI (2015).

¹⁹ O jornal *O Estado* foi fundado em 1915, na cidade de Florianópolis, por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa. O jornal apresentou diálogos próximos com partidos políticos estando alinhado, no recorte temporal que esta pesquisa compreende, com o projeto político da Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Suas atividades são encerradas no ano de 2009.

²⁰ O Aeroporto Internacional Hercílio Luz fica localizado no bairro Carianos, parte sul da cidade de Florianópolis.

²¹ Jurandir Pires de Camargo nasceu em 26 de agosto de 1951 na cidade paranaense de Apucarana. Atualmente reside na cidade de Florianópolis e continua exercendo a profissão de jornalista.

²² Nelson Rolim de Moura nasceu em 8 de maio de 1951 na cidade gaúcha de Bagé. Atualmente reside em Florianópolis e é proprietário da Editora Insular, localizada no bairro João Paulo.

²³ Sérgio Antônio Flores Rubim nasceu em 17 de junho de 1953 na cidade gaúcha Quaraí. Atualmente reside em Florianópolis e mantém um blog cujo endereço digital é: <<http://cangarubim.blogspot.com.br/>>

com o movimento do povo na rua. Nessa altura eu já tinha abandonado a universidade, estava militando no jornal e aí quando a gente volta, a gente cobriu a tarde inteira tudo o que aconteceu, toda a movimentação da Novembrada, quando a gente volta pro jornal *O Estado*, *O Estado* se transformou numa central de comunicação do mundo inteiro, todo mundo começou a ligar lá, o pessoal do *JB*²⁴, *da Folha de São Paulo*²⁵, do *Estadão*²⁶, de todos os grandes jornais do país e jornais de fora também, do *El País*²⁷ e tal, a pedir informação, o que tinha acontecido em Florianópolis né, houve uma rebelião contra o ditador, que era um militar, embora a ditadura estivesse mais... Tivesse arrefecendo, mas mesmo assim ainda existia a Lei de Segurança Nacional, existiam ainda as prisões, as prisões políticas, tudo, e a gente ficou enlouquecido porque a gente escreveu como louco, adoidado, escrevemos muita coisa²⁸.

Embora a abertura política “lenta, segura e gradual”²⁹ de transição da ditadura civil-militar para a democracia já tivesse sido anunciada por Ernesto Geisel em 1974, sua concretização só ocorreria em 1985. Aparatos legislativos e jurídicos que garantissem à cúpula civil-militar, em diferentes instâncias, mecanismos de controle sobre a população e suas manifestações contra o regime ainda estavam vigentes, como por exemplo, a Lei de Segurança Nacional e a presença de censura prévia em periódicos da grande imprensa, tais como *O Estado de São Paulo* e a revista *Veja*. Nesse mesmo momento cabe ressaltar que o (re)surgimento de movimentos populares e a entrada de novos atores sociais — mulheres, sindicalistas, estudantes universitários, religiosos(as), entre outros — na cena pública e política do país intensificaram os embates e as lutas pelo fim da ditadura.

No seio de tais movimentações e agitações do período, os eventos ocorridos nas ruas centrais da capital catarinense naquele dia 30 de novembro de 1979 foram um renovar de ânimos e esperança pela expectativa de vindouros dias democráticos. No entanto, o enquadramento de sete estudantes na Lei de Segurança Nacional e a censura por parte do Palácio do Planalto das informações que seriam publicadas nos veículos de comunicação locais — principalmente no jornal *O Estado* — lembrariam aos que desejavam plenas

²⁴*JB*, ou *Jornal do Brasil*, é um periódico brasileiro editado na cidade do Rio de Janeiro. Foi fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo Dantas. Em julho de 2010 deixou de circular na sua forma impressa passando a existir, desde 01/09/2010, apenas na forma online.

²⁵*Folha de São Paulo* é, atualmente, o maior jornal de circulação no Brasil. É editado na cidade de São Paulo e seu surgimento, sob esse nome, data da década de 1960, com a junção dos jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*.

²⁶*O Estado de São Paulo* é um jornal editado na cidade de São Paulo. Foi fundado em 4 de janeiro de 1875 por José Maria Lisboa, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos. Atualmente é um dos principais jornais brasileiros em circulação.

²⁷*El País* é um jornal espanhol fundado em 1976. É um periódico diário de grande circulação na Espanha, que conta em média com 457.000 exemplares por edição.

²⁸Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

²⁹ Em linhas gerais, o processo de abertura política “lenta, segura e gradual” foi o processo em que, após a derrota sofrida nas eleições de 1974, a cúpula militar devolveria o controle do país a civis. Embora tenha sido anunciada em 1974, sua concretização aconteceu apenas em 1985, com a posse de José Sarney — em decorrência do falecimento do então candidato eleito Tancredo Neves — após uma eleição realizada de maneira indireta.

liberdades e espaços democráticos que a ditadura civil-militar ainda estava instaurada e que mobilizações, articulações e lutas seriam necessárias para modificar tal situação.

Acerca da tessitura da reportagem que seria veiculada no jornal *O Estado* narrando o que havia se passado na cidade, Jurandir Pires de Camargo recordou que após terminar, conjuntamente com seus colegas, de produzir a matéria, foi à casa de seu cunhado, o também jornalista Luis Fernando Azur Bond, para descansar e conversar. À certa altura, porém, resolveu voltar à redação³⁰ do jornal para conferir como estava o andamento da edição que sairia no dia seguinte, 01 de dezembro de 1979, e:

Aí eu cheguei lá na redação, tinha um aquário grande assim, né? Uma sala de reunião dentro da redação, cheguei lá, tinha uma mesa comprida aqui, assim, e eu aqui, no vidro, aí estava o Comelli, aqui o Paulo da Costa Ramos, aqui estava o Marcílio Medeiros, aqui estava o Luiz Henrique Tancredo, aqui estava o Sérgio da Costa Ramos e aqui estava o Laudelino Sardá. Eu cheguei e botei a cara na porta, todo esse grupo aqui saiu e esse aqui também saiu, ficou só o Comelli, todo mundo saiu, os caras estavam fazendo o quê? Ah, estavam riscando, tinha um cesto de lixo atrás do Comelli cheio de lauda e tal, e eu disse: “Serão, Comelli?” “Pois é, o general ligou, o coronel ligou, isso vai problema e tal, tal e tal”.³¹

A descrição que Camargo fez da reunião sobre o teor do conteúdo da reportagem é elucidativa para problematizar a complacência e alinhamento que existia entre os jornais da grande imprensa e os ideais do regime civil-militar. Em decorrência das ações de censura, alguns jornais e jornalistas acabaram por assumir tanto a censura quanto a autocensura enquanto opções de trabalho, como foi o caso do jornal *Folha da Tarde*, analisado pela historiadora Beatriz Kushnir no livro *Cães de guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988* (2004). Em Santa Catarina, a historiadora Ana Maria Veiga apresentou conclusão semelhante à de Kushnir ao entrevistar um grupo de jornalistas catarinenses³² que estava atuando no mercado jornalístico nos anos da ditadura civil-militar. Segundo Veiga, “manifestos, passeatas, espancamentos de estudantes e prisões eram matérias proibidas” (VEIGA, 2014, p.330-331), uma vez que estavam em desacordo com a imagem pública que o regime pretendia construir de si através, entre outras coisas, do uso de propagandas políticas veiculadas nos grandes meios de comunicação. Nesse sentido, ainda de acordo com Veiga:

Naquele contexto, qualquer crítica aos governantes chamava a atenção, não havendo imprensa de oposição, pelo menos a de grande circulação. As diretrizes do jornalismo no sentido de equilibrar as reportagens, evitando dar mais relevância a um ou outro grupo, ouvindo sempre a oposição e a situação, em termos políticos. (VEIGA, 2014, p. 331).

³⁰ Nesse período a redação do jornal *O Estado*, conforme afirmou Jurandir Pires de Camargo, era localizada no bairro Saco Grande, na porção centro-norte da cidade de Florianópolis.

³¹ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

³² O grupo de pessoas entrevistado pela historiadora Ana Maria Veiga foi: Mário Medaglia, Luiz Henrique Tancredo, Luís Carlos Cancellier, Celso Martins, Elaine Borges, Eloá Miranda, Laudelino José Sardá, Osmar Schlindwein, Salim Miguel, Sérgio Lopes, Valdir Alves.

Publicar os meandros dos acontecimentos no dia 30 de novembro de 1979 poderia causar uma indisposição entre os donos e editores do jornal *O Estado* e o poder militar que estava em exercício. Então, antes que tal situação efetivamente acontecesse, a censura feita pelos próprios jornalistas do *O Estado* ao material produzido por seus colegas foi a escolha feita. Nas memórias de Camargo:

[A reportagem] tinha detalhes de rixa do Figueiredo com o comandante da Marinha, que queria evitar que ele fosse para a rua, tinha detalhes da praça de guerra que virou a cidade, né?! Um sequestro de ônibus, tinha um monte de informações que eram informações, que seriam hoje informações comuns, mas como os caras, milico né. É a pressão também, os militares fizeram pressão, a ausência do comandante do batalhão aqui, um general...Um general que foi assessor de comunicação do Geisel, né? Quer dizer, falava de rixa no exército, falava...Então, aí eu peguei, olhei aquilo ali, aquele monte de lauda e digo: “bom, não tem mais nada para fazer aqui” e virei as costas e fui embora, embora, aí é...Um tempo depois nos mandaram embora, todos, eu fui o último a sair de lá.³³

A produção de uma reportagem que colocava em primeiro plano a repressão ocorrida ao movimento popular por parte do aparato repressivo militar bem como evidenciava a divergências internas existentes dentro das altas esferas de poder causou insatisfação e um descompasso entre o jornalismo praticado pelos autores da escrita da matéria e a linha editorial adotada pelo jornal *O Estado*. Para eles, que já tinham trajetórias anteriores de militância³⁴ e de lutas contra o regime vigente, participar da escrita de uma matéria acerca de uma manifestação contra a ditadura civil-militar era uma injeção de energia para continuar travando combates em favor da restauração da democracia e das plenas liberdades de expressão. No entanto, as demissões em virtude da cobertura realizada da *Novembrada* não tardariam a acontecer e seriam um ímpeto para a criação do periódico *Afinal*, conforme relembrou Sérgio Rubim:

Uns dias depois o governador Jorge Bornhausen colocou praticamente um interventor dentro do jornal do Estado, que fez a limpa, que era um senhor, depois virei amigo dele, conhecia, anos depois né, que ele era aposentado do Banco do Brasil, mas era Bornhausen Boys, eram aqueles caras da turma do Jorge Bornhausen, e ele começou a fazer a limpa lá dentro. Primeiro cara a ir para a rua fui eu e o segundo foi o Nelson Rolim. Aí nós nos encontramos, estávamos aqui no Saco dos Limões tomando uma cerveja, fomos tomar uma cerveja, falamos: “o que a gente vai fazer? O que a gente vai fazer?”, eu digo: “vamos fazer um jornal, vamos criar um jornal”, “um jornal?”, eu digo: “é, vamos lá na redação buscar o Jura”, que é o Jurandir Camargo, “vamos combinar com ele para fazer um jornal” e foi.

³³ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

³⁴ No decorrer das entrevistas realizadas, tanto Sérgio Rubim quanto Nelson Rolim lembraram que haviam militado em movimentos ou organizações de combate à ditadura civil-militar. Rubim mencionou que militou 2 anos no Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e Rolim narrou que militou no Movimento Estudantil do Rio Grande do Sul, chegando a ser preso por conta de suas atividades enquanto presidente do Centro Acadêmico da Engenharia da UFRGS. Jurandir Pires de Camargo, por sua vez, relatou que nunca militou organicamente em nenhuma organização, entretanto, dentro dos espaços que frequentava lutava pelo término da ditadura civil-militar.

Chegamos lá, o Jura estava com um projeto que já tinha sido pago pelo governo, que era um caderno especial, enorme, sobre transportes, que o jornal *O Estado* tinha vendido para eles, o Jurandir estava fazendo o jornal, pegou tudo, jogou fora, o material todo que ele já tinha feito jogou fora e foi embora do jornal, saiu assim “ó, tchau para vocês, boa noite, tal, vou fazer um jornal” e saímos e fizemos.³⁵

De uma conversa sobre o que fazer diante do desemprego nasceu o jornal *Afinal*, que circularia durante pouco mais de um ano. Registrado na Junta Comercial de Santa Catarina como “Empresa Decisão”³⁶ nos nomes de Jurandir Pires de Camargo, Nelson Rolim de Moura e Sérgio Antônio Flores Rubim, sua equipe editorial agregou, além dos três jornalistas citados, Eloy Peixoto Gallotti, Ney Vidal Filho e Flávio Espedito Carvalho, que foram posteriormente demitidos do quadro de funcionários do jornal *O Estado*.

Somada à questão do desemprego, a possibilidade de criar um jornal que desenvolvesse cotidianamente uma produção jornalística diferente da praticada principalmente em *O Estado* foi um propulsor na empreitada do jornal *Afinal*. Aliado a esses fatores, Nelson Rolim ponderou que o ambiente sociopolítico em que o *Afinal* surgiu era frutífero para a sua formação:

Eu acho que é um conjunto de coisas que permitem o surgimento, o fato de nós todos estarmos, de certa forma, assim, órfãos, não termos partidos políticos para militar, nenhum de nós militava em partido político, cada um tinha suas simpatias pessoais, mas aquilo não era... Não entrava para dentro do jornal. Então acho que o jornal agregou esse grupo, formou, é um grupo que se consolidou muito forte, era extremamente solidário, a gente dependia daquilo para viver, da venda do jornal, dos anúncios, tiveram anunciantes³⁷ corajosíssimos durante aquele tempo.³⁸

Ainda que Rolim destaque como características fundamentais para a existência do periódico a solidariedade e a coragem da equipe em levar adiante um projeto de tornar o periódico um espaço alternativo de informação para o povo catarinense, as relações que os editores do periódico mantinham com o campo político no tempo em que o jornal estava circulando possibilitam compreender como, para eles, o jornal *Afinal* constituiu-se enquanto um instrumento de luta contra a situação em que o país e, especialmente, Santa Catarina se encontravam.

Criticando duramente Jorge Konder Bornhausen e a complacência da imprensa estadual para com tal governo, o editorial da primeira edição³⁹ mostrou quais seriam os

³⁵ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

³⁶ Jurandir Pires de Camargo acerca do nome da empresa afirmou que: “É Decisão, Decisão por quê? Porque era uma decisão que nós tomamos de fazer um jornal, então empresa Decisão, meu nome e em nome do Canga, o nome do Nelsinho? Eu acho que no nome do Nelsinho também, do Nelson Rolim”. Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

³⁷ Uma reflexão acerca dos anúncios e classificados será apresentada na segunda seção deste capítulo.

³⁸ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

³⁹ A primeira edição é referente a maio de 1980.

objetivos que norteariam a elaboração e publicação do jornal *Afinal*, pois, para os fundadores do periódico, naquele momento:

Era necessário criar uma alternativa de jornalismo em Santa Catarina. E isso sem precisar justificar muito. Historicamente dependente, a imprensa catarinense caiu de vez nas amarras dos compromissos acertados no tete a tete dos gabinetes oficiais. Jornais, rádios, todos calaram. As lutas de oposição já não consomem mais tinta e papel de empresas que se dizem defensoras do ‘interesse público’. A verdade já vem pronta, embalada em pacotes de benesses. Hoje as máquinas estão silenciosas, e os jornalistas manietados. E muitas cabeças rolaram da guilhotina armada sobre quem se atreve a discordar disso. O leitor foi esquecido, massacrado. Mas, *Afinal* surge como uma alternativa de se furar esse bloqueio. Nosso compromisso é com o leitor, somente com ele. Por isso, a partir de agora, os desmandos, a corrupção, as arbitrariedades, o sofrimento do povo voltam a ser denunciados em páginas de jornal. Nestas páginas. (*AFINAL*, maio de 1980) ⁴⁰.

De modo explícito, este editorial apresentou a condição de submissão do jornalismo da grande imprensa catarinense às regras do jogo político acertadas nos gabinetes e corredores palacianos a fim de que não houvesse conhecimento por parte do público e da população nem das ações políticas que prejudicavam o povo e nem das tensões e oposições que existiam. Não identificando com essa perspectiva jornalística que considerava os acordos firmados com as altas esferas do poder político e econômico em detrimento da informação do/a leitor/a, o jornal *Afinal* procurou distinguir-se dela na medida em que sua atuação esteve voltada para a exposição de assuntos que até aquele momento eram, de algum modo, silenciados. Ao afirmar que denunciar os sofrimentos do povo e as ações que consideravam ser de corrupção ou arbitrárias seriam seus motivadores, o periódico inseriu-se na seara da imprensa alternativa existente na ditadura civil-militar.

Caracterizada por ser uma imprensa de contestação política e/ou comportamental, a imprensa alternativa, durante o período da ditadura civil-militar, foi um espaço frutífero de lutas e atuações políticas na medida em que possibilitava que diferentes sujeitos e concepções de esquerda pudessem ser expostos e debatidos. Florescendo em um contexto marcado pelo autoritarismo e pelo fechamento de espaços de crítica e opinião da grande imprensa, os veículos alternativos apresentaram diferenças entre si e entre seus objetivos específicos. No entanto, segundo o jornalista Bernardo Kucinski, ela tinha pontos em comum que lhe conferiam uma determinada unidade. Em sua análise:

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência ao combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação. (KUCINSKI, 2003, p.16).

⁴⁰ Conforme pontuado na introdução desta dissertação, não se obteve acesso integral a primeira edição do jornal, por isso reluta-se em afirmar que o editorial esteja na íntegra. O trecho acima reproduzido foi retirado do capítulo: MOURA, Nelson Rolim de. *Jornalismo Libertário e “Segurança Nacional”*. In: **Não esquecemos a ditadura**. Florianópolis: Editora Insular, 2015. P. 338-350.

O combate político-ideológico ao qual Kucinski se refere esteve relacionado com a oposição que esse tipo de periódico fazia ao discurso oficial. Cobrando a restauração da democracia e o respeito aos direitos humanos, além de criticar a política econômica que vinha sendo desenvolvida pelos governos militares, a imprensa alternativa constituiu-se e criou um espaço público alternativo de produção e circulação de informações. O autor as divide em dois grupos: as publicações políticas⁴¹ e as contraculturais/existenciais⁴², sua trajetória histórica entre os anos de 1964 e 1985 foi marcada, ainda seguindo a perspectiva de Kucinski, por três momentos. O primeiro foi quando os periódicos foram instrumentos de resistência ou de uma revolução supostamente em curso; o segundo foi quando ela funcionou enquanto um caminho da política clandestina para o espaço público durante o período da abertura; e, por fim, o terceiro momento foi a sua fase final caracterizada pelo abarcamento de parte do movimento popular de base. Deste modo, as reflexões desenvolvidas pela imprensa alternativa foram pautadas pelo tempo imediato em que ela esteve circulando. Embora esse tipo de imprensa tenha sido palco de realizações sociopolíticas, na medida em que possibilitavam aos seus idealizadores a disseminação — em determinados meios sociais, ex: igrejas, universidades, regiões operárias, etc. — de valores, crenças e ideias, nos seus bastidores as disputas políticas e ideológicas eram constantes ocasionando sucessivos rachas, como foi o caso dos jornais *Opinião* e *Movimento*. (KUCINSKI, 2003, p. 13-26).

Por não se pretender neutro, segundo a historiadora Maria Aparecida de Aquino, o caráter do jornalismo praticado pela imprensa alternativa esteve relacionado, de modo geral, com dois fatores. O primeiro foi a defesa dos interesses de grupos considerados à margem da sociedade como, por exemplo, minorias sexuais e raciais, o segundo foi a recuperação da figura do jornalista/repórter que constrói a matéria a partir da pesquisa intencionando não reproduzir informações homogeneizantes. (AQUINO, 1999, p. 122-123). Na percepção de Aquino:

A [imprensa] alternativa não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas (caso de *Opinião* e *M*), de seus

⁴¹ Os jornais predominantes políticos tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950. Além disso, esses jornais revelaram novos personagens da sociedade brasileira como, por exemplo, os boias frias. A maioria dos periódicos alternativos políticos adotava uma linguagem dogmática e discutiam os temas clássicos das esquerdas, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do PCdoB. (KUCINSKI, 2003, p. 14).

⁴² Os jornais contraculturais estavam ligados aos movimentos de contracultura norte-americanos, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a primazia do discurso ideológico e eram mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural. (KUCINSKI, 2003, p.15).

associados (imprensa sindical e de associações), dos filiados (como na partidária) e de fiéis (como na religiosa). (AQUINO, 1999, p. 122).

Além de chamar a atenção para a tomada de posição que a imprensa alternativa fazia, a autora problematiza a importância do estabelecimento de redes de sustentação financeira que eram necessárias para o desenvolvimento dos projetos de periódicos alternativos. Por apresentar relações diretas e/ou indiretas com as correntes e organizações de esquerda existentes à época, a imprensa alternativa encontrou nesse ambiente sua maior difusão, além de seus maiores apoios financeiros, como foi o caso do jornal *Amanhã*. Entretanto, o sustento financeiro dos jornais vindo de partidos e/ou organizações não foi o único caminho possível, a formação de frentes jornalísticas era uma via que poderia ser percorrida, como foi o caso do *Coojornal*. Cabe ressaltar que a variedade de periódicos existentes entre 1964 e 1985 impossibilita que seja tecida uma análise mais precisa sobre as formas de sustentação financeira da imprensa alternativa nesse período da história brasileira sendo necessário, deste modo, estudos e pesquisas que tomem, enquanto fonte e objeto, periódicos ou um grupo de periódicos específico para discutir e aprofundar tal questão.

De acordo com o jornalista Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980 nasceram e morreram mais de 150 periódicos alternativos com as mais diversas propostas. O autor destaca que existiram pelo menos 10 fases dentro do ciclo alternativo da ditadura civil-militar, porém, vale enfatizar, que as delimitações cronológicas para o estabelecimento de cada fase não são rígidas e que houve entrecruzamento de fases entre si. Assim, a primeira fase foi iniciada em junho de 1964 com a publicação de *Pif-Paf* e encerrada em 1966 com o término da circulação do jornal *Folha da Semana*. Neste momento predominaram o desmoronamento do universo político do populismo, a resistência democrática e o desprezo pelas manifestações iniciais do golpe. A segunda fase surgiu a partir de 1967, proveniente de um novo imaginário oriundo da Revolução Cubana, da implementação de uma guerrilha continental e da teoria dos focos de Régis Debray. Já a terceira e a quarta fase encontram-se imbricadas. Numa atmosfera de grande agitação mundial advinda das passeatas estudantis, do Maio de 68 na França e dos protestos contra a Guerra do Vietnã, os reflexos desses movimentos em conjunto com o declínio da luta armada e com a ausência de perspectivas diante da realidade em que estavam acabou por reunir um grande número de protagonistas da imprensa alternativa que deram início a projetos de semanários de circulação nacional a partir da motivação da resistência político-cultural. A quinta fase, por sua vez, aconteceu entre 1971 e 1972, quando predominaram o humor pesado e, por vezes, escatológico, e o experimentalismo da linguagem.

A sexta fase iniciou a partir de 1974 quando os primeiros presos políticos já cumpriram suas penas e retornam à vida civil, além disso, nesse momento começou o declínio do milagre econômico. Essa fase foi marcada pelo aumento no surgimento dos periódicos alternativos com o predomínio do ativismo político. A sétima fase foi marcada pelo surgimento de periódicos em âmbito regional diante da complacência da grande imprensa pelo assassinato, em outubro de 1975, do jornalista Vladimir Herzog, além da diversificação da temática como, por exemplo, a inserção de discussões feministas. A oitava fase começou a partir de 1977 com o nascimento de jornais motivados pela campanha de anistia, que acabou por ressoar também em periódicos já existentes. Por fim, a nona e a décima fases situam-se no mesmo recorte temporal pós-77 com a difusão das críticas feitas pelas escolas de comunicação tanto aos meios de comunicação quanto aos jornalistas da grande imprensa. Nessas últimas fases situaram-se os jornais basistas⁴³ e uma nova geração de jornais experimentais. (KUCINSKI, 2003, p. 34-35).

Simultaneamente ao desenvolvimento da imprensa alternativa, a grande imprensa estava se modernizando e se expandindo. A inserção da impressão em offset, a ampliação dos parques gráficos, o aumento das tiragens e o crescimento da distribuição alteraram a dinâmica de produção da imprensa tradicional, como foi o caso do jornal *Folha de São Paulo*.

No caso específico de Santa Catarina, para além do alinhamento entre a grande imprensa e os ideais da ditadura civil-militar, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas, respectivamente, pela modernização e profissionalização do jornalismo catarinense. Segundo o jornalista Moacir Pereira, os anos de 1970 continuaram a expansão modernizadora que se iniciara na década anterior. O surgimento na cidade de Blumenau, em 22 de setembro de 1971, do *Jornal de Santa Catarina*, que contava com modernas instalações e uma equipe de profissionais catarinenses e gaúchos atualizados com o que havia de mais moderno no meio, gerou uma forte concorrência para os periódicos, principalmente da capital, existentes no período (PEREIRA, 1992, p. 74-75). De acordo com Pereira, o jornal *O Estado*:

Pressionado pelo novo título que nascia em Blumenau, o jornal “*O Estado*” aceita o desafio e parte para o campo de luta. Dois anos depois abandona a antiga rotaplana da tradicional sede na Rua Conselheiro Mafra e aciona também uma moderna “off set”. Passa a ser redigido e editado com a colaboração de profissionais requisitados também no Rio Grande do Sul, nomes que mais tarde despontariam na grande imprensa do Rio e de São Paulo.

[...]

⁴³ De acordo com Bernardo Kucinski, os jornais basistas foram aqueles ligados aos movimentos populares e que tiveram forte influência das críticas que as escolas de comunicação faziam aos meios de comunicação de massa e aos jornalistas convencionais.

Aprimora-se acentuadamente o sistema de distribuição dos jornais nas principais cidades do Estado e inicia-se um processo mais profissional de conquista e manutenção de assinaturas. (PERREIRA, 1992, p. 76).

Além da modernização da imprensa nas décadas acima referidas, a criação do curso de jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1979 agitou ainda mais o cenário da imprensa na época, conforme elucidou Pereira. Surgido em meio a intensas disputas na época, a graduação em Comunicação Social – Jornalismo iria colocar no mercado de trabalho profissionais habilitados para o exercício da profissão, situação que alteraria o cenário profissional da época em que os jornalistas eram formados e adquiriam experiência na prática.

Compartilhando análise semelhante à de Moacir Pereira, o jornalista César Valente ressalta a década de 1970 enquanto um marco para o jornalismo florianopolitano e catarinense. As modificações nas formas de conceber as relações de trabalho e de produção dos jornais que foram inseridas no mercado jornalístico de SC a partir da fundação do *Jornal de Santa Catarina* trouxeram consigo discussões e trocas experiências. O contato por parte dos jornalistas locais com profissionais vindos de outros estados — especialmente Rio Grande do Sul — possibilitou o intercâmbio de aprendizados e vivências do cotidiano jornalístico como, por exemplo, o cuidado necessário na montagem e diagramação das páginas da edição que iria para as ruas no dia seguinte. Valente destaca as contribuições profissionais advindas desse período para a história do jornalismo e afirma que:

A década de 70 é um marco importante na imprensa florianopolitana. É um marco fundamental para o jornalismo catarinense. Essa injeção de profissionalismo nas práticas semiamadoras do jornalismo ilhéu foi, a meu ver, o principal fato jornalístico destes 50 anos⁴⁴. Agitou o ambiente, provocou discussões, estimulou o aperfeiçoamento. A cidade não foi mais a mesma, todos fomos, de uma ou outra forma, influenciados. (VALENTE, 2005, p. 77).

Foi na seara de tais processos de transformações profissionais que o jornal *Afinal* esteve circulando. Contemporâneo desse ambiente agitado e com discussões que impulsionavam a produção jornalística a repensar suas práticas e suas finalidades, o jornal *Afinal*, durante toda a sua existência, procurou noticiar, dentro dos limites que a documentação utilizada na produção das matérias permitia, o que não era veiculado na grande imprensa local e regional, principalmente no tocante às dificuldades enfrentadas pela

⁴⁴ O livro em que este capítulo está inserido trata-se de uma coletânea de textos escrito por jornalistas acerca das histórias que aconteceram no jornalismo catarinense nos últimos 50 anos. O livro chama-se *Jornalismo em Perspectiva* e foi organizado por Maria Jose Baldessar e Rogerio Christofolletti sendo publicado em 2005 pela Editora da UFSC

população, como foi o caso da reportagem⁴⁵ veiculada na 3ª edição⁴⁶ sobre a ausência de água potável para os moradores do bairro da Serrinha.

Santa Catarina, no ano que o jornal *Afinal* começou a circular — 1980 — possuía pelo menos 25 jornais e, quando o jornal encerrou suas atividades em 1981, o número caíra para, ao menos, 21 jornais. Os motivos para a diminuição da quantidade de jornais não são possíveis de precisar, uma vez que seriam necessárias pesquisas sobre as trajetórias de cada um dos periódicos em questão. No entanto, para esta reflexão, esses dados ajudam a dimensionar e situar — ainda que provisoriamente — a circulação do jornal no estado e, principalmente, na capital. Abaixo, apresenta-se uma tabela quantificadora, elaborada a partir do Catálogo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, tanto das cidades que possuíam jornais como da quantidade de jornais existentes nos anos acima citados.

1980

Cidade	Quantidade de jornais
Florianópolis	12
Canoinhas	1
Joaçaba/ Herval D'Oeste	1
Criciúma	1
Nossa Senhora do Desterro	1
Blumenau	1
Brusque	1
Joinville	1
Rio do Sul	1
Caçador	1
Lages	1
Ituporanga	1
Balneário Camburiú	1
Xanxerê	1

⁴⁵ O título da reportagem é: “Leitor entrega a CASAN. Água é privilégio.”.Nessa matéria, localizada na página 5 — Seção Feira Livre —, é exposta a situação dos moradores do bairro da Serrinha que não possuem acesso à água potável mesmo possuindo um poço da CASAN a 50 metros do bairro, cuja exclusividade de uso é apenas dos funcionários da empresa. Os moradores locais precisam obter água de um poço que fica localizado abaixo de algumas fossas e embora já estivessem enviado três abaixo-assinados a empresa não havia dado resposta.

⁴⁶ A 3ª edição é referente a junho de 1980.

1981

Cidade	Quantidade de jornais
Blumenau	2
Florianópolis	8
Canoinhas	1
Jaraguá do Sul	1
Criciúma	1
Nossa Senhora do Desterro	1
Tubarão	1
São José	1
Rio do Sul	1
Brusque	1
Joinville	1
Itajaí	1

A quantidade de jornais que tinham como sede ou como sua região de circulação a cidade de Florianópolis chama a atenção. Por ser a capital do estado, por ser a sede administrativa do governo, por possuir uma vida cultural mais movimentada do que a maioria das outras cidades ou ainda por estar em um processo de expansão urbana, esta cidade concentrou maior variedade de periódicos em circulação nesses dois anos. Acerca do crescimento urbano da capital nesse período, o historiador Luiz Felipe Falcão ponderou que:

A cidade, naquele período, viveu o acelerar da incorporação imobiliária (verticalização da área central do núcleo urbano e de parte de sua orla marítima, implantação de loteamentos e mesmo de bairros inteiros, etc.), recebeu a sede de uma das principais empresas estatais de produção e distribuição de energia elétrica, a Eletrosul, para a qual vieram trabalhar mais de um milhar de profissionais de nível médio e superior, como técnicos em eletricidade e engenheiros, com salários elevados para os padrões ali dominantes (contribuindo para incentivar a economia local, mas, simultaneamente, acarretando efeitos inflacionários) e, foi dotada de acessos mais diretos e rápidos, tanto com outros municípios e estados, devido ao novo traçado e asfaltamento da atual BR-101 e à inauguração de uma nova ponte entre a ilha e o continente, quanto com seus distritos, muitos deles litorâneos e que, com rapidez, se converteram em balneários.

O impacto dessas mudanças redesenhou panoramas e dinamizou a vida lugareira pelo contato mais próximo e intenso com informações, produtos e comportamentos distintos, enfatizou o anonimato e o trato universalista e conferiu estatuto de mera mercadoria às terras e outros bens, tudo isso potencializado pelo ingresso facilitado de levas e levas de forasteiros. (FALCÃO, 2014, p. 378).

As transformações⁴⁷ da cidade pontuadas por Falcão foram noticiadas a partir de outra perspectiva crítica no jornal *Afinal*, uma vez que o foco era colocado nas prováveis consequências que esses processos teriam para as pessoas menos favorecidas socioeconomicamente. Ou seja, ao invés de apenas apontar as benesses que o desenvolvimento e crescimento urbano trazem, o jornal centrou suas análises em como determinados grupos sociais como, por exemplo, populações periféricas, eram deixadas à margem, prejudicadas ou excluídos de tais processos. Sua forma de produzir jornalismo, voltado para a crítica sociopolítica do tempo presente em que estava circulando, era um elemento diferenciador entre o jornal *Afinal* e os periódicos que eram seus contemporâneos e conterrâneos⁴⁸ e o inseriam dentro do rol de produções alternativas existentes.

Na rememoração de Jurandir Pires de Camargo acerca do nascimento do jornal e seu lugar na história do jornalismo catarinense e florianopolitano, ele afirmou que:

O *Afinal* ocupou um lugar muito importante porque ele rompeu com a censura que havia, então nós tínhamos muitos colegas que mandavam informações que não saiam dentro dos jornais, ele de uma forma meio anárquica, mas ele rompeu com a censura. Nós começamos a fazer matéria em Lages sobre problemas... No estado inteiro... Nós começamos a... E o jornal era um jornal estadualizado por quê? Porque as pessoas levavam, as pessoas escondiam o jornal embaixo da camisa para não ser descoberto como leitor do *Afinal*, assim, em primeiro lugar o jornal... O *Afinal* era mais lido aonde? Dentro do palácio do governo, na polícia, no DOPS, no exército, né... Leitura né... Vamos ver onde é que a gente vai pegar esses caras, então ele foi muito importante para quebrar paradigmas, ele quebrou paradigmas de boca fechada, de se ver, por exemplo, os empregos fantasmas, nunca ninguém tinha falado disso aqui, nós botamos listas e listas, aquilo era pilhas de jornais assim que sumiam, desapareciam, então nós quebramos paradigmas né? E serviu para alguma coisa? Serviu para denunciar as falcatruas e tal, para ajudar na luta para derrubar a ditadura, que era um dos nossos objetivos também.⁴⁹

No ínterim dessas discussões, o surgimento do jornal *Afinal* também como um periódico alternativo em terras sulinas não pode ser visto apenas sob a ótica de concepção de outra maneira de praticar o jornalismo ou como uma alternativa de trabalho. O jornal *Afinal*, diferente da maioria dos seus conterrâneos, nasceu ainda com o intuito de somar-se ao combate à ditadura civil-militar, denunciando as atrocidades cometidas nesse período e para que as lutas pelo seu término encontrassem um apoio efetivo. Jurandir Pires de Camargo, ao recordar, nos dias de hoje, as motivações que levaram ao início do jornal *Afinal* concluiu que:

O *Afinal* surgiu como uma alternativa de trabalho né, estava todo mundo desempregado, e surgiu como uma alternativa de se fazer jornalismo e também, como é... Instrumento de combate ao regime militar, ditadura, então essas três coisas e também o último resquício de sonho que havia naquela geração, que nós somos uma geração de sonhadores, por quê? Porque nós viemos de Woodstock, nós viemos

⁴⁷ A questão das transformações que ocorreram em Florianópolis e a maneira como elas foram noticiadas pelo jornal será analisada no terceiro capítulo desta dissertação.

⁴⁸ Acerca da história do jornalismo catarinense, ver mais em: BALDESSAR, CHRISTOFOLETTI (2005).

⁴⁹ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

de Beatles, eram nossos contemporâneos, né? Nós vivíamos curtindo essas pessoas e também do marxismo, da literatura, da poesia, da Revolução Cubana, de uma série de revoluções⁵⁰.

Nas lembranças de Camargo, os processos revolucionários das décadas de 1960 e 1970, as ideias marxistas, os festivais de músicas e as produções literárias desempenharam um papel preponderante na formação social, cultural e política da geração que idealizou e produziu o jornal *Afinal*. A possibilidade de sonharem e construir uma sociedade mais justa e igualitária, no lugar da que estava sendo experienciada nos anos da ditadura civil-militar, os impulsionou a somarem nas lutas contra o regime vigente. Como instrumento de combate à ditadura civil-militar, o jornal *Afinal* possuiu um discurso que não era atrelado à grande imprensa e sua complacência diante da situação em que o país se encontrava. Seu foco, principalmente nas questões sociopolíticas estaduais, os levou a ter outra perspectiva editorial e jornalística, na qual afrontar o governo, denunciar as ações que consideravam ilegais e mostrar que era possível praticar um jornalismo engajado com as lutas populares eram os grandes motivadores.

Nelson Rolim, ao problematizar, na atualidade, uma das intenções da fundação do jornal *Afinal* chegou à conclusão que:

A gente quando partiu para isso disse: Vamos publicar aquilo que não se publica, vamos afrontar, vamos enfrentar o governo, que era um governo biônico, era um governo que não era eleito né... E vamos mostrar que é possível fazer isso, e fizemos.⁵¹

Essas denúncias e afrontamentos pontuados por Rolim, que foram feitos ao longo da história do jornal *Afinal* — como se verá no decorrer desta dissertação — também estão presentes na análise de Sérgio Rubim quando esse afirmou que o jornal *Afinal* desempenhou alguns papéis importantes na história do jornalismo catarinense. Nas palavras de Rubim:

Ah, eu acho que o *Afinal* teve um papel muito importante no combate à ditadura por burlar a censura, por poder denunciar para a população o que estava acontecendo no país e aqui em Santa Catarina, também no caso de denunciar a imprensa tradicional, que é a imprensa vendida. Toda a imprensa que tem patrão, que é uma empresa é isso aí mesmo, o objetivo dela é dinheiro, não é um jornal como o nosso né, que luta pela liberdade, que denuncia tudo, não... Os interesses são outros e nós denunciávamos bastante essa imprensa, porque era o jornal do *Estado* na verdade, o único jornal que tinha aqui⁵².

Reiterando o argumento de Jurandir Camargo e Nelson Rolim, Sérgio Rubim acrescenta às análises elementos que ajudam na compreensão da história do jornal *Afinal*. No entanto, na apresentação desses elementos, o enaltecimento — no presente — do trabalho do

⁵⁰ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁵¹ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

⁵² Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

jornal *Afinal* em detrimento das outras publicações jornalísticas existentes no estado mostra a construção de uma memória pautada pelo orgulho de ter feito parte de um projeto com as características de enfrentamento a ditadura e da chamada grande imprensa.

Para além de o jornal ter se integrado nas lutas pela liberdade e denunciado o alinhamento entre a grande imprensa e a ditadura civil-militar, a questão de romper com a censura noticiando o que não era veiculado na grande imprensa foi uma das particularidades do jornalismo praticado no jornal *Afinal*. Segundo as memórias de Jurandir Camargo, o periódico: “era muito democrático, muito democrático, não havia censura, não havia medo de se dizer nada... Não havia medo de se dizer nada.”⁵³. A ausência de medo de noticiar e a democracia que existia no jornal fora, de acordo com Nelson Rolim, inspirada nas práticas anarquistas, por que:

A gente era um coletivo, a gente decidia tudo coletivamente, não havia um chefe, nunca teve um chefe, não havia isso, não havia, ninguém queria e não era necessário, realmente foi um coletivo inspirado no bom anarquismo, no que existe de melhor no anarquismo, que são essas decisões coletivas, essas coisas que não existe uma vanguarda, nem uma... A decisão da maioria, não, todo mundo... Se o sujeito persistisse que queria produzir a matéria, embora um ou outro não gostasse e tal, ele tinha direito de colocar a sua matéria, não havia centralismo democrático leninista não⁵⁴.

A configuração jornalística e de produção que o jornal *Afinal* assumiu ao longo do tempo em que esteve em atividade eram elementos que o diferenciava dos grandes jornais em circulação como, por exemplo, o jornal *O Estado*. A liberdade, a ausência do medo de dizer algo e assumir que disse estavam presentes nos seus idealizadores. Embora não tenha sido o único jornal alternativo⁵⁵ de Florianópolis durante a ditadura civil-militar brasileira, o jornal *Afinal* foi o mais duradouro e significativo. Nesse sentido, no jornal *Afinal*, a linha editorial, a equipe e as reportagens publicadas expressaram os contundentes anseios que se tinham e as lutas que eram empreendidas na viabilização do jornal, aspectos esses que serão analisados a seguir.

2.2 Características físicas e editoriais do jornal *Afinal*:

A busca de apoio e esforços para colocar o jornal em circulação foi tarefa constante durante as 13 edições em que ele esteve em circulação. Sua linha editorial e seu jornalismo crítico desagradavam às elites políticas e econômicas do estado graças às denúncias publicadas

⁵³ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁵⁴ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

⁵⁵ De acordo com Francisco José Castilhos Karam (2014), em Florianópolis, além do jornal *Afinal*, houve mais 7 jornais alternativos que foram: *Bernunça*; *Vento Sul*; *Desterro*; *Lutas da Maioria*, *Contestado*; *Novo Jornal e Matraca*.

uma vez que elas expunham para a população os arranjos políticos, o quanto as arbitrariedades prejudicavam o acesso do povo a melhores condições de vida e o conservadorismo sociopolítico presente no estado. Mas, antes de adentrar a essas temáticas, que serão abordadas nos capítulos seguintes, é necessário oferecer ao/à leitor/a uma sistematização de quantas edições foram produzidas, a quantidade de páginas de cada edição, qual era a sua linha editorial, quem compôs a sua equipe, suas seções fixas, os apoios conseguidos, os principais anunciantes e classificados, o preço, a vendagem, a tiragem média de edições entre outras características que ajudam a delinear o perfil do jornal *Afinal*.

O expediente do jornal era dinâmico e, por vezes, variava de edição para edição. No entanto, é possível observar que algumas funções e pessoas foram recorrentes durante a sua trajetória. Entre as funções, as mais recorrentes em todos os expedientes foram: conselho editorial, colaboradores, arte, fotografia, publicidade e correspondentes. A partir da 5ª edição⁵⁶ foi acrescida a função de departamento jurídico e a partir da 6ª edição⁵⁷ foi inserida a função de diagramação e programação visual, ambas permanecendo até o final.

O conselho editorial foi constante até a 8ª edição⁵⁸ e era composto pelas seguintes pessoas: Eloy Peixoto Galloti, Flávio Espedito Carvalho, Jurandir Pires de Camargo, Ney Vidal Filho, Nelson Rolim de Moura e Sérgio A. F. Rubim. Contudo, a partir da 10ª edição⁵⁹, Jurandir Pires de Camargo e Sérgio A. F. Rubim não figuram mais como membros do conselho editorial, sendo suas saídas⁶⁰ noticiadas apenas na 12ª edição em uma pequena nota na página 2 que afirmava que: “Os jornalistas Jurandir Pires de Camargo e Sérgio Antônio Flores Rubim, co-fundadores deste jornal, desde janeiro de 1981 não possuem qualquer espécie de vínculo com o *Afinal*” (*AFINAL*, Maio de 1981, p. 2).

Se o conselho editorial era consideravelmente estável, as outras funções presentes no expediente apresentaram uma alta rotatividade. Opta-se, nesse caso, por oferecer ao/à leitor/a um arrolamento de nomes que desempenharam constantemente, ao longo da história do jornal, as funções pelas quais eram responsáveis. Assim, a publicidade ficou sob responsabilidade de Iara Germer. A seção de arte foi composta por Tiné Iamamura, Kiko, Manoel e Silva e Valemoron. Os responsáveis pela fotografia foram Ezequiel Tiscosky, J.

⁵⁶ A 5ª edição é referente ao mês de setembro de 1980. O responsável pela execução desta função foi o advogado Nelson Wedekin.

⁵⁷ A 6ª edição é referente ao mês de outubro de 1980. Essa função era variável quanto ao seu executor, porém, nas edições em que aparece — 6ª; 7ª; 10ª; 12ª e 13ª — sua responsabilidade era delegada a todos.

⁵⁸ A 8ª edição é referente a dezembro/janeiro de 1981.

⁵⁹ A 10ª edição é referente a março/abril de 1981.

⁶⁰ Os motivos que levaram a saída dos dois jornalistas será abordada na terceira parte deste capítulo, pois apresenta relações diretas com o enquadramento do jornal na LSN – Lei de Segurança Nacional e com seu término.

Rocco e Paulo B. Salles. Os principais correspondentes foram Orlando Tambosi e Hilton Lobos em São Paulo, Rosana Bond como itinerante pela América Latina e Luis Fernando Melgarejo em Recife. E, por fim, os principais colaboradores foram: Branda, Acary Palma, Bonzon, Cleusa Ramos, Sílvio Rangel Figueiredo e Raimundo Caruso.

A relação de nomes apresentadas acima foi retirada dos expedientes das edições, entretanto, houve ainda outras colaborações anônimas. Acerca disso, o jornal veiculou, na sua 7ª edição⁶¹, uma nota na seção Feira Livre que afirmava que:

Companheiros!

Desde o primeiro número do nosso jornal que recebemos e publicamos colaborações de diversos companheiros da imprensa.

Lamentavelmente, não temos assinado os trabalhos porque isso significaria a demissão de seus empregos. Os patrões dos órgãos de poder de comunicação catarinense não toleram o livre exercício da profissão e policiam os repórteres.

Este é um doloroso registro pois representa censura, perseguição e autoritarismo sobre tantos amigos que demonstram disposição em trabalhar conosco.

O *AFINAL* lutará sempre para que essa situação seja modificada.

(*AFINAL*, Novembro de 1980, p. 2).

O desejo de colegas de colaborar com o empreendimento do jornal *Afinal* sem colocar em risco seu emprego os levou, entre outras possíveis, à estratégia da não identificação da autoria do texto. O não saber quem escreveu determinada nota ou matéria permitia, por um lado, a liberdade de se expor o que não era dito nos veículos de comunicação em que essas pessoas trabalhavam e, por outro lado, assegurava o emprego em questão. Entretanto, a questão é mais complexa, uma vez que se corria o risco de o jornal, enquanto veículo de comunicação, ser penalizado de algum modo em virtude da não assinatura das matérias. Em uma sociedade caracterizada por relações de paternalismo e de compadrio, como era a catarinense naquele momento, qualquer palavra dita contra quem exercia o poder político e econômico poderia resultar em uma demissão e na dificuldade em conseguir outro emprego. A escolha por publicar de modo anônimo em um jornal cuja existência possibilitava que opiniões divergentes da oficial fossem expostas representou, para os jornalistas que o faziam, um caminho para se lutar contra a ditadura civil-militar. Ainda, acerca das pessoas que colaboravam com o jornal de maneira anônima, Sérgio Rubim ponderou que um dos motivos era:

Por causa de perseguição, para não se expor, muita gente colaborava com o *Afinal* escondido. Por exemplo, vários fotógrafos do jornal *O Estado* faziam fotografias para nós, mas eles não assinavam o nome, o Rivaldo Souza, por exemplo, era um, até que depois foi para a rua do *Estado* e aí sim, aí ele começou a assinar as fotos no *Afinal*, mas o problema da perseguição, né?⁶²

⁶¹ A 7ª edição é referente ao mês de novembro de 1980.

⁶² Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

A perseguição que tanto a nota acima reproduzida quanto a fala de Rubim mencionam se devia, em grande parte, à linha editorial que o jornal *Afinal* adotava. Segundo Jurandir Pires de Camargo:

É difícil definir a linha do jornal *Afinal*, ele era um jornal, vamos fazer aqui um diagramzinho, ele era um jornal político, ele era um jornal de reportagem, ele era um jornal pornográfico, ele era um jornal que defendia as minorias, ele era um jornal que tinha uma vinculação à igreja e ele era um jornal que andava pelos bares, então ele era um jornal que refletia também é... A vida das pessoas⁶³.

Ao agregar em torno da sua linha editorial discussões políticas e cotidianas a partir de uma linguagem que visava refletir sobre o seu tempo presente, sem as amarras impostas por conselhos editoriais e administrativos que eram complacentes com as diretrizes do regime civil-militar, o jornal *Afinal* procurou, dentro das suas possibilidades de ação, questionar os costumes e hábitos que eram considerados naturalizados naquele período. Embora a década de 1980 seja marcada por processos de transformações socioculturais que estavam acontecendo, pelo menos, desde a década de 1950, como por exemplo, a expansão da população em áreas urbanas, a crescente industrialização do país e as discussões acerca do feminismo e da liberdade sexual, ela também foi perpassada pela reafirmação de valores considerados historicamente tradicionais de sociedade como a família nuclear burguesa e a preservação dos chamados bons costumes — submissão feminina, crença em Deus e na religião católica apostólica romana. Se, por um lado, os investimentos feitos pelos governos militares em áreas de saúde e educação pública viabilizaram mobilidades e ascensões sociais — ainda que com disparidades regionais entre Sudeste e Nordeste, por exemplo —, por outro lado a propagação dos ideais de ordem, progresso e do anticomunismo disseminaram entre a maioria da população ideais conservadores. Na seara de tais movimentos, o jornal *Afinal* encontrou no uso da linguagem de maneira mais radical uma forma de debater tanto a vida política quanto a vida sociocultural do estado de Santa Catarina e, especialmente, Florianópolis. Nas memórias de Sérgio Rubim:

A gente exagerava na linguagem, radicalizava na linguagem política, mas também nos costumes, começava a quebrar um pouco da moral, do moralismo da ditadura usando palavras de ordem. Tinha matérias levantando coisas, por exemplo, a maconha, fumar maconha, o uso da maconha dentro da universidade, que existia toda uma... Parece que ninguém via nada, não se falava nisso, a própria esquerda “não, ninguém fuma, porque fumar é um vício pequeno burguês”, na verdade, todo mundo fumava, não se trai a companheira, todo mundo traía, tudo uma mentira e então... E o jornal abordava bastante esses temas⁶⁴.

⁶³ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁶⁴ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

Ao radicalizar a linguagem tanto para abordar questões políticas quanto os costumes e hábitos da época, o jornal *Afinal* buscou desmistificar alguns tabus existentes na sociedade da época, como por exemplo, a questão do uso da maconha, da homossexualidade⁶⁵ e da vivência de novas experiências dentro do meio universitário⁶⁶. Ao retratar abertamente essas questões que perpassavam, de alguma maneira, o cotidiano das pessoas, o jornal angariou diferentes apoios, desde a Igreja Católica (IC) — nesse caso trata-se especialmente da Igreja de Chapecó —, como já referenciada por Camargo, até prefeituras que estavam sob o controle do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — como era o caso de Lages, Joinville e Blumenau —, além de militantes de esquerda que ajudavam na distribuição do jornal como foi o caso de Sérgio Uliano em Criciúma. Nesse sentido, cabe pontuar que a versatilidade de temas abordados pelo jornal *Afinal* propiciou que diferentes redes de apoio ao periódico fossem constituídas na medida em que as páginas do jornal eram abertas para a exposição de denúncias de ilegalidades ou arbítrios cometidos contra a população, tais como: caso de terras griladas ilegalmente em Florianópolis, greve de professores, ameaças à vida de um padre que estava ajudando camponeses a se organizar para conseguir terras. Assim, ainda que o uso de uma linguagem de conotações consideradas pornográficas fosse utilizado nas matérias publicadas pelo jornal, o conteúdo das reportagens despertava simpatia por parte de variados setores da oposição, como destacou Nelson Rolim:

Desvinculada dos rigores ideológicos dos partidos de esquerda, mas absolutamente comprometida com a luta pela derrubada do regime militar, fazendo ainda a crítica aos costumes conservadores, abrindo espaços culturais democráticos e notória alternativa à chamada “grande imprensa” e ao academicismo, irreverente, bem-humorado e panfletário, tinha início a mais arrojada e agressiva publicação contra a ditadura em Santa Catarina, cujo principal alvo era o governador Jorge Konder Bornhausen e seu governo. Foi assim que conseguimos conquistar a simpatia de amplos setores oposicionistas. (ROLIM, 2015, p. 342).

Nesse entremeio de apoios e simpatias acima referenciados, a escolha por criticar diretamente o então governador Jorge Konder Bornhausen e seu governo foi uma maneira de o jornal *Afinal* encontrar legitimidade nos diferentes setores da esquerda catarinense na medida em que Bornhausen era a personificação, no estado, da ditadura civil-militar, a qual toda a esquerda, de uma maneira ou de outra, lutava para derrubar. Além disso, Bornhausen representava a permanência de uma cultura política baseada nos favorecimentos pessoais e na

⁶⁵ Na 6ª edição do jornal (outubro de 1980) é publicada uma reportagem que trata da questão da homossexualidade, cujo título é: “Recado das bichas à polícia e seus espancadores: ‘não é deste tipo de pau que a gente gosta’”. A análise dessa reportagem será feita no terceiro capítulo desta dissertação.

⁶⁶ Na 3ª edição do jornal (junho de 1980) é veiculada uma matéria intitulada de “Sexo e drogas na UFSC” onde são apresentados vários relatos acerca das experiências que os/as estudantes da UFSC vivenciavam em relação a questão sexual e do consumo de algumas drogas. Sua análise também será feita no terceiro capítulo desta dissertação.

manutenção e perpetuação de determinados grupos políticos como, por exemplo, a sua própria família uma vez que seu primo, Antônio Carlos Konder Reis, chegou ao governo de SC em 1975, no mesmo período em que Bornhausen ocupou o cargo de presidente do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). As denúncias contra Jorge Konder Bornhausen foram presentes durante todas as 13 edições e acabaram por resultar num enquadramento da Lei de Segurança Nacional, como se verá na terceira seção deste capítulo.

A periodicidade das edições variava entre mensal e bimestral e sua quantidade de páginas também não era regular. Deste modo, opta-se por apresentar ao/a leitor/a uma tabela sistematizadora com o número da edição, mês e ano a que ela se refere, o preço e quantidade de páginas.

Dados das edições

Edição	Mês e Ano	Preço	Quantidade de páginas
1 ^a	Maio de 1980	20 cruzeiros	Não se obteve acesso a edição na íntegra
2 ^a	Maio de 1980	20 cruzeiros	19
3 ^a	Junho de 1980	20 cruzeiros	23
4 ^a	Julho/Agosto de 1980	20 cruzeiros	15
5 ^a	Setembro de 1980	30 cruzeiros	19
6 ^a	Outubro de 1980	30 cruzeiros	19
7 ^a	Novembro de 1980	40 cruzeiros	27
8 ^a	Dezembro/Janeiro de 1980	40 cruzeiros	Não se obteve acesso a edição na íntegra
9 ^a	Não se obteve acesso a edição	Não se obteve acesso a edição	Não se obteve acesso a edição
10 ^a	Março/Abril de 1981	50 cruzeiros	19
11 ^a	Não se obteve acesso a edição	Não se obteve acesso a edição	Não se obteve acesso a edição
12 ^a	Maio de 1981	50 cruzeiros	23
13 ^a	Julho de 1981	50 cruzeiros	11

Em relação à variação do preço do jornal ao longo do tempo em que ele esteve circulando, duas notas foram publicadas, respectivamente, na 3^a⁶⁷ e na 10^a edições⁶⁸. A primeira afirmava o seguinte:

Afinal, meus senhores, consegui sobreviver à inflação de 120 por cento do mago Delfim⁶⁹, e todas as outras mazelas que desgraçam o povo brasileiro. E tal como ele — povo — rebolamos nossas cadeiras dando a volta por cima em ameaças veladas e profecias fatídicas. (*AFINAL*, junho de 1980, p. 2).

Já a segunda consta que:

Lamentavelmente, essa porra de inflação⁷⁰, fomos obrigados a aumentar nosso preço para 50 pratas. Imaginem que as gráficas estão cobrando os olhos da cara para produzir qualquer panfletinho. E vejam quanto estão custando os diários catarinenses, cariocas e paulistas. É 30, 40, 50 mangos cada exemplar. A gente, que faz tudo no sacrifício, não poderia ficar brigando contra as magias do Delfim Neto (*AFINAL*, março/abril de 1981, p. 3).

Essas notas acerca da variação do preço do jornal permitem observar como fatores econômicos também influenciavam na comercialização do periódico. O gradativo aumento de preço de cada exemplar fora consequência do aumento dos custos gráficos para a produção do jornal, que apresentava relação direta com a inflação que, naqueles anos, chegava a 80% ao mês. Além disso, essa discussão sobre o preço do jornal permite a possibilidade de analisar como ocorriam a impressão e a venda do jornal *Afinal*. De acordo com Sérgio Rubim:

A gente era proibido de imprimir em Santa Catarina, era proibido de vender em bancas de Santa Catarina, porque o Jorge Bornhausen proibia, o governador proibia, não proibia por decreto, mas proibia os caras, né?! Todo mundo dependia do estado, todo mundo depende do estado⁷¹.

Com dificuldade de imprimirem em Santa Catarina, o jornal começou a ser impresso em gráficas e em estados diferentes. Jurandir Camargo acerca desse assunto lembrou que:

A primeira impressão dele nós fizemos em Curitiba, na Gazeta do Povo, depois ficou impossível de se imprimir lá. A arte dele, a composição dele era feito aqui em cima, na ACM, Associação Catarinense de Medicina, que tinha máquinas de composição, ela fazia trabalhos internos e tal, então a composição era feita ali e o jornal foi impresso em Curitiba. Depois não deu certo porque cortaram a onda, aí nós fomos imprimir na Corag, Corag em Porto Alegre, Corag é Indústrias Gráficas, como a imprensa oficial aqui, era do governo do Rio Grande do Sul, conseguimos imprimir duas edições lá, quando descobriram que estava sendo impresso lá também proibiram. Aí nós começamos a migrar por aí né, imprimimos no interior do Rio Grande do Sul, voltamos a imprimir no Paraná né, o jornal era como um circo

⁶⁷ A 3^a edição é referente ao mês de junho de 1980.

⁶⁸ A 10^a edição é referente ao mês de março/abril de 1981.

⁶⁹ Antônio Delfim Neto foi Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência do Brasil entre 15 de agosto de 1979 e 15 de março de 1985.

⁷⁰ Na década de 1980, o Brasil, assim como outros países da América Latina, entrou em forte recessão econômica. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 7% ao ano para 2%. Além disso, durante os anos de 1980 a inflação chegou a superar 80% ao mês e a inflação média anual entre 1980 e 1989 foi de 233,5%.

⁷¹ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

mambembe, ficava rodando com aquele pestape pronto, conseguia imprimir em algum lugar, trazia de Kombi para cá⁷².

A proibição velada que o governador Jorge Bornhausen fazia para impedir a impressão e, conseqüentemente, a circulação do jornal *Afinal* em Santa Catarina, obrigou os editores a buscarem alternativas para colocar o jornal nas ruas. E, embora ao jornal tenha sido negado o acesso a gráficas catarinenses, pelo menos as 4 primeiras edições foram compostas na Associação Catarinense de Medicina (ACM), que tinha entre os associados o secretário da saúde do governo Bornhausen, o dr. Waldomiro Coulatti. Ou seja, até o efetivo cumprimento das determinações de Bornhausen, o jornal *Afinal* dependeu das instalações, de lugares e de pessoas ligadas a ele para que pudesse ser montado para ser impresso e depois vendido em solo catarinense. A proibição de o jornal realizar sua composição na ACM foi exposta na 4ª edição⁷³, quando no editorial é dito que periódicos alternativos e/ou pessoas e espaços ligados a eles vinham sofrendo atentados ou coações para impedir sua circulação, mas que, nesse caso:

Afinal teve mais sorte, mas nem por isso deixou de ser vítima desta escalada de violência que pretende acabar — entre outras coisas com os jornais que exercitam a liberdade de informação que se atribui existir nesse país. Não sofremos atentado à bomba e nem tivemos incendiada nossa redação. Mas *AFINAL*, desde que sua terceira edição foi às bancas e às ruas, esgotando em uma semana os 6 mil exemplares — está sendo vítima de um processo de coação que conseguiu dificultar a saída desta edição. É um trabalho de pressão engendrado pelo governador nomeado Jorge Konder Bornhausen, com métodos mesquinhos executados por assessores seus, de primeira linha. Quanto ao nosso jornal, ele apenas vem denunciando arbitrariedades e ilegalidades que se cometem contra o povo de Santa Catarina. E temos certeza absoluta que foi por este motivo que o sr. Governador nomeado mandou seu secretário da Saúde, dr. Waldomiro Colautti — homem que há pouco mais de um ano ocupava o cargo de presidente do Parlamento catarinense — a agir contra o *AFINAL*. (*AFINAL*, julho/agosto de 1980, p. 2).

De acordo com o jornalista Bernardo Kucinski, os atentados contra jornais alternativos e bancas de jornais atingiram seu apogeu em agosto de 1980, porém, seu início data de meados de 1977. O objetivo de tais ataques era minar a pulverização das produções alternativas no contexto da abertura política, que estava se desenhando. Nas palavras de Kucinski:

Em meados de 1977 começam os atentados a bomba contra jornais alternativos e contra bancas de jornais. Intermitentes durante um longo tempo, assumem o caráter de uma campanha a partir de julho de 1980, atingindo o apogeu em agosto, quando bancas de jornais em várias capitais são incendiadas e os jornaleiros começam a recusar jornais alternativos. Os prejuízos com os incêndios são grandes, pois era destruída também a carcaça da banca. Em São Paulo chegam a sessenta os jornaleiros que recorrem ao sindicato em busca de alguma ajuda ou proteção. Os atentados eram apenas a ação mais espetacular de um leque de operações visando

⁷² Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁷³ A 4ª edição é referente ao mês de julho/agosto de 1980.

asfixiar a imprensa alternativa num momento delicado da política de abertura, com a participação de setores do governo. (KUCINSKI, 2003, p. 175).

Ao chamar a atenção para como os atentados a bomba contra redações de jornais alternativos constituía-se o ponto máximo de uma repressão contra a imprensa alternativa, Kucinski ressaltava como as ações para impedir a circulação de periódicos alternativos poderiam assumir variadas faces e causar prejuízos financeiros a diferentes sujeitos, pois não apenas os jornalistas sofriam perdas, os jornaleiros também eram afetados e, por conta disso, negavam-se a vender os periódicos alternativos em seus estabelecimentos. No caso específico do jornal *Afinal*, além da proibição do uso da gráfica da ACM — conforme citado no editorial acima reproduzido — outras pressões foram exercidas na tentativa de impossibilitar a existência do jornal, como pondera Nelson Rolim de Moura quando elucida que:

Uma faceta importante dessa batalha jornalística foi a perseguição que moveram contra a sua circulação, tentando criar todo o tipo de obstáculo, como os fiscais da prefeitura (“cadê o alvará?”), os bombeiros (“falta extintor de incêndio!”), o sumiço de nosso carro de reportagem, a prisão do Eloy Gallotti quando berrava (literalmente) as manchetes na rua para vender os exemplares, a pressão do governo estadual sobre as gráficas para que não imprimissem o jornaleco, tanto em Santa Catarina quanto nos dois estados vizinhos, e, finalmente, em agosto de 1981, o meu enquadramento, do Sérgio Rubim e do Jurandir Camargo na Lei de Segurança Nacional. (MOURA, 2015, p. 344).

Essa série de dificuldades enfrentadas pelo jornal ao longo de sua trajetória demonstra que os esforços dispendidos para colocar o periódico nas ruas eram uma constante na rotina do periódico, tanto que, segundo Nelson Rolim, nunca houve uma edição do jornal apreendida por nenhum órgão governamental, pois a impressão nunca era realizada no mesmo lugar.

Eu acho que a gente nunca imprimiu o jornal num lugar, sempre ia mudando de gráfica.

[...]

A gente se virava, era muito ativo, tinha que ser muito esperto para poder fazer isso né, então, tanto que a gente conseguiu jamais ter uma edição apreendida né, quando viram nós já estávamos na rua, né!⁷⁴

A alta rotatividade dos lugares em que o jornal era impresso se por um lado demonstrou a capacidade de articulação da equipe do jornal *Afinal* para driblar as imposições e bloqueios velados que eram feitos contra o periódico, por outro lado mostrou o alcance limitado das proibições governamentais na tentativa de impedir a impressão e/ou circulação do jornal *Afinal*. Embora o periódico não fosse vendido em bancas, a vendas nas principais ruas de Florianópolis possibilitava que o jornal se pulverizasse pela cidade pois, de acordo com Sérgio Rubim:

A gente vendia no Ponto Chic⁷⁵, quando saía ia para a frente do Ponto Chic, vendia o jornal ali gritando Jorge Bornhausen é corrupto, governo de ditadura e parará,

⁷⁴ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

volta e meia a gente era preso, vinha um cara do DOPS⁷⁶, tinha um cara do DOPS que era só para nos prender, só tinha um, aí o cara vinha, nos levava, voltava, não acontecia nada muito grave assim⁷⁷.

A pessoa a quem Sérgio Rubim fez referência foi também mencionada por Jurandir Camargo quando esse discorreu acerca de como o jornal era vendido nas ruas:

A gente ia preso sempre, a gente ia preso sempre, toda a edição que saía do *Afinal* é... O DOPS chegava e prendia alguém, chegou a virar uma esculhambação porque o Vilela, que era o agente do DOPS encarregado de prender.

[...]

Eu não sei o nome todo do Vilela, mas o Vilela já é aposentado, de vez em quando ele tá aí no Ponto Chic, o Vilela chegava ali naquele grupo e dizia “Quem vai hoje?” né, “E quem que não foi preso ainda?”, um dizia “Ah, o fulano não foi preso ainda”, por que aquilo ali o que era? Era para desmobilizar, mas aí nós fomos aprendendo também a ir só, sair só uma pequena comissão que ia atrás do advogado, então...⁷⁸.

Se existiram pessoas como o agente do DOPS Vilela e o governador Jorge Konder Bornhausen que estavam dispostas, em maior ou menor grau, a impedir ou prejudicar o trabalho do jornal *Afinal*, houve outras dispostas a ajudar tanto nas vendas como constituindo uma rede de anunciantes e classificados. Ainda em relação ao processo de vendas do periódico, Sérgio Rubim pontuou que:

Por exemplo, aqui quando a gente começava a vender no Ponto Chic [barulho de fundo] a gente botava as pilhas de jornal e começava a vender, várias pessoas, e aí apareciam outras pessoas, inclusive que não eram do jornal, para ajudar a vender e essas pessoas depois a gente distribuía o dinheiro com essas pessoas, era bah...nunca sobrava dinheiro, uma merda fodida. A gente saía depois, vinha beber e ficava até 3, 4 da manhã, ia nos bares, aqui no Roma principalmente, que era na esquina ali do...né? E as pessoas vinham com a gente, comiam e bebiam com a gente e a gente pagava tudo, né?!⁷⁹

As tentativas de cercear a circulação do jornal *Afinal* pelo estado e, principalmente, pela sua capital exigiram que estratégias de como imprimir o jornal e como vendê-lo fossem pensadas e recriadas a cada edição. No entanto, se por um lado o periódico sofria com atitudes que dificultavam a sua produção e comercialização, por outro lado, apoios — para além do pessoal que ajudava com as vendas nas ruas — eram advindos da compra de edições por instituições como a igreja da cidade de Chapecó — oeste de SC — e das prefeituras de Lages, Blumenau e Joinville, fator que contribuiu para a disseminação do jornal pelo estado.

⁷⁵ O estabelecimento comercial fica localizado no centro da cidade de Florianópolis, na Rua Felipe Schmidt. É um dos pontos de sociabilidades mais tradicionais da cidade sendo, inclusive, palco de diversas crônicas e acontecimentos da cidade, como a Novembrada.

⁷⁶ A sigla DOPS significa Departamento de Ordem Política e Social. Esse órgão do governo brasileiro foi fundado em dezembro de 1924 e extinto em março de 1983.

⁷⁷ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

⁷⁸ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁷⁹ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

A quantidade de edições compradas por cada um desses apoiadores não pode ser quantificada de maneira exata, pois os dados referentes à tiragem do jornal são destoantes entre si. Enquanto Sérgio Rubim aponta que eram impressos cinco mil exemplares de cada edição, Nelson Rolim afirma que eram produzidos três mil e Jurandir Camargo situa que eram feitos entre sete e oito mil exemplares por número. Seja como for, a aquisição de parte das edições por esses apoiadores garantia também que recursos monetários entrassem para o jornal, que eram somados com as vendas nas ruas e com o que era arrecado com os anunciantes e classificados. Nesse sentido, Sérgio Rubim analisou que:

A gente tinha o apoio velado de prefeituras do interior, que eram do MDB na época, como Blumenau, Joinville, Lages, Dirceu Carneiro, e nós tínhamos muito apoio da igreja, do bispo de Chapecó, eu não me lembro do nome dele agora, que era um cara fantástico, já morreu, o bispo de Chapecó⁸⁰ era muito forte, então a igreja também nos ajudava, ela comprava tantos, a gente tirava 5.000 exemplares, naquela época era um monte, e eles compravam tantos exemplares, a gente levava para Chapecó, eles distribuía nas bases, distribuía na população, na cidade e isso era importante pra nós né?!⁸¹

Fundamental para a sobrevivência do jornal, segundo Sérgio Rubim, esses apoios agregaram-se aos anunciantes e classificados, que foram presentes em todas as edições do jornal. A partir de uma sistematização de dados, foi possível quantificar e qualificar⁸² o número de anúncios e classificados de cada edição a que se teve acesso. Enquanto os anúncios eram distribuídos ao longo das páginas da edição, os classificados constituíram uma seção fixa. Abaixo, apresenta-se, respectivamente, as quantificações realizadas nos anúncios e nos classificados.

Anúncios

Edição	Quantidade	Páginas
2 ^a	14	3,5,6,9,13,14,18 e 19
3 ^a	11	3,6,10,11,15 e 17
4 ^a	7	3,4,12 e 13
5 ^a	10	3,4,5,6,7 e 8
6 ^a	9	3,4,5,13,15 e 16
7 ^a	8	4,6 e 26

⁸⁰ Nesse período, o bispo de Chapecó era Dom José Gomes.

⁸¹ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

⁸² Uma tabela com os nomes dos anunciantes e dos classificados e as edições em que eles foram publicados está disponível no anexo desta dissertação.

10 ^a	7	4,5 e 12
12 ^a	12	3,4,5,6,17 e 19
13 ^a	9	3,4,9 e 11

Classificados

Edição	Quantidade	Página
2 ^a	4	4
3 ^a	9	5
4 ^a	6	10
5 ^a	12	18
6 ^a	12	18
7 ^a	10	26
10 ^a	7	18
12 ^a	12	22
13 ^a	12	10

Ainda sobre os anunciantes e seus apoios, Nelson Rolim pontuou que:

O anunciante, o advogado que botava seu classificado ali, é um cara muito importante né, porque, porra, sabe, aquele 100 pila que ele pagava ali para a gente era o almoço, janta... Representava ali pagar a edição e vai...Eu acho que se a ideia era uma ideia coletiva, era uma libertária, como eu...Foi, embora você possa teorizar em cima, mas foi, então a gente tem que dar o mesmo peso para todo mundo, não né?!⁸³

O dinheiro obtido com esses apoios e com as vendas era somado e garantiam o sustento das pessoas que faziam o jornal e a impressão da próxima edição. Os profissionais que nele anunciavam simpatizavam ou acreditavam nas lutas em prol de uma sociedade democrática, mais justa e com condições de vida digna para a população. Nesse sentido, ao destacar a importância dos anúncios para a história do jornal *Afinal*, Nelson Rolim afirmou que “era preciso coragem para anunciar num jornal com aquelas características tão oposicionistas e libertárias” (ROLIM, 2015, p. 343). Cabe destacar que entre os principais anunciantes e classificados se destacavam o Restaurante Sol da Terra, Dr. J.J.Barreto, Roberto Mota Advogado e Dalpasquale&Cia, LTDA.

⁸³ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

Entre apoios e estratégias de impressão e venda, o cuidado com a montagem e diagramação em si parecia não estar entre as prioridades dos editores do jornal, pois, de acordo com as memórias de Jurandir Camargo acerca dessa etapa de produção:

Nós montávamos, ele não era diagramado, ele era montado, não tinha assim você vai fazer um desenho de uma página, fazer o desenho de uma página, aqui vai uma foto, aqui vai caber tantos caracteres, aqui vai outra foto, não tinha isso. Ó, o cara escrevia é... 10 laudas, onde é que nós vamos enfiar? Era assim [risos], não dava para compor, ia colocando, tem foto? Não tem? Alguém desenha alguma coisa, também desenhava e tal, então não tinha nenhum figurão ali e tal, então ele plasticamente... Plasticamente ele é um jornal esquisito né, ele é um jornal esquisito, às vezes tem umas pernas... Você vai vendo, tem uma perna de um título que sai fora do bloco ali...⁸⁴.

No mesmo sentido das lembranças de Jurandir Camargo, Sérgio Rubim complementa a informação ao afirmar que:

Cada um chegava com as suas matérias, mandava compor, a gente só recortava, pum, e, pah, sobrou matéria? A gente cortava o rabo, dava título, o cuidado com a edição jornalística mesmo assim não existia muito, era bastante irresponsável nesse sentido⁸⁵.

De acordo com as memórias acima reproduzidas, o cuidado profissional com a edição jornalística era praticamente inexistente na medida em que se procurava colocar, como fosse possível, o conteúdo que havia sido produzido. O importante era publicar o maior número de denúncias e ações que eram consideradas arbitrárias mesmo que para isso fosse necessário abdicar dos rigores técnicos profissionais na hora de finalizar a composição e montagem do jornal. Cabe ressaltar, entretanto, que, por mais que o descuido na diagramação do jornal *Afinal* ocorresse, isso não era o padrão adotado nos periódicos alternativos. Em jornais como *Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Coojornal*, entre outros, a atenção dispendida para tornar o jornal atraente visualmente para o seu público-leitor era frequente. O jornalista Bernardo Kucinski destaca, por exemplo, que em *Movimento* os debates acontecidos para definir o uso da estética do feio como manifesto político e a aproximação editorial com setores mais populares da população foram pautados por discussões que, além de envolverem disputas políticas que atravessaram toda a história do periódico, eram marcadas por uma forte preocupação jornalística na hora da finalização da edição (KUCINSKI, 2003, p. 346-355).

No entanto, enquanto o cuidado com a edição jornalística era praticamente inexistente no jornal *Afinal*, a preocupação em obter documentação que comprovasse as denúncias feitas nas matérias era a prioridade. Na busca por expor o que estava acontecendo no tempo presente de sua circulação, os redatores do jornal apresentavam a consciência de embasarem

⁸⁴ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁸⁵ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

suas reportagens em fontes e documentações a fim de evitar problemas, principalmente, de ordem jurídica. Sobre isso, Nelson Rolim narrou que:

A gente obteve a documentação, porque era tudo documentado né, nunca conseguiram nos processar, a não ser com a Lei de Segurança Nacional, porque era tudo verdadeiro, absolutamente verdadeiro, vinha de dentro do Tesouro do Estado, vinha de uma secretaria...⁸⁶.

Sérgio Rubim complementou a informação de Rolim ao recordar que:

A gente era muito bem relacionado porque conhecia, tanto no meio jornalístico como no meio político, a gente conhecia as pessoas né, cara, por exemplo, tinham vários deputados, o Küster, o Edison Andrino, na época, era deputado estadual, sabe?!, e os caras do PMDB, então nós tínhamos informações, muita informação desse lado e a gente também tinha gente da imprensa nacional, a gente também sempre tinha matéria de dentro da imprensa nacional⁸⁷.

As relações que os jornalistas mantinham nos mais diferentes espaços de circulação permitiam-lhes acesso a uma variada documentação que originava matérias e reflexões sobre o que estava acontecendo nos mais variados âmbitos das esferas pública e privada do estado. Entretanto, essas mesmas relações podem ser problematizadas sob o ponto de vista de que, por mais que o jornal *Afinal* criticasse e denunciasse o Estado de modo geral, dependia de pessoas que estavam dentro dos setores estatais para a obtenção de informações e fontes para as suas matérias, como exemplificou Jurandir Camargo ao elucidar que: “por exemplo, dentro do Tribunal de Contas nós tínhamos um conselheiro do Tribunal de Contas que nos abastecia com documentos, por exemplo, teve uma coisa famosa no *Afinal* que foram as listas⁸⁸”. Nesse entremeio entre depender do estado para denunciar o próprio estado, as relações que os jornalistas estabeleceram com as pessoas que lhes forneciam dados podem ser aproximadas do que o historiador Sérgio Buarque de Holanda designou de “homem cordial”. Para Holanda, a dificuldade de distinção entre os ambientes públicos e privados é um traço constitutivo da sociedade brasileira. Nesse sentido, o historiador argumenta e exemplifica a sua teoria ao afirmar que sujeitos que ocupam cargos públicos tendem tomar a gestão política enquanto um interesse particular, desconsiderando, por vezes, os interesses objetivos do Estado, ou seja, ao invés de as administrações públicas serem guiadas por objetivos comuns a toda sociedade, elas são, na verdade, motivadas por desejos e intenções que podem acabar por resultar no uso privado de dinheiro público (HOLANDA, 2014, p. 175-176). No caso específico do jornal *Afinal*, os contatos existentes dentro dos órgãos de poder do estado de Santa Catarina permitiu o acesso facilitado a dados e fontes que não são de domínio público possibilitando, deste modo, que setores governistas fossem atacados pelo periódico. Dito de outro modo, o Estado

⁸⁶ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

⁸⁷ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

⁸⁸ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

enquanto instituição não é homogêneo e, por mais autoritário que ele seja, existem oposições internas que possibilitam, entre outras coisas, que informações de dentro do próprio Estado sejam utilizadas para atacá-lo.

Entre as opções que o jornal *Afinal* teve para denunciar o governo, a publicação de listas — como já referenciada por Jurandir Camargo — foi o caminho escolhido. Publicadas em diferentes edições, essas listas versavam, por exemplo, sobre pessoas vinculadas ao Partido Democrático Sociais (PDS) que possuíam empregos fantasmas; as empresas que mais deviam no INPS⁸⁹ ou ainda acerca de pessoas que tinham contas secretas na Suíça⁹⁰, sendo que esta última resultou no enquadramento na Lei de Segurança Nacional, um dos motivos do término do periódico.

Mas, antes de adentrar no tópico da LSN e suas consequências para o jornal *Afinal*, cabe ressaltar que, de maneira geral, o periódico não possuía seções fixas delimitadas, apresentando, no decorrer de sua trajetória, apenas três seções fixas: a Feira Livre, os Classificados e as Cartas. Na Feira Livre eram publicadas notas ou pequenas reportagens sobre os mais variados assuntos do Brasil como, por exemplo, política, sociedade, comportamento, etc. Já a seção de cartas contava com a colaboração dos leitores do jornal que viam naquele espaço um meio de diálogo para com o jornal. A seguir, apresenta-se uma sistematização quantitativa de quantas notas e/ou pequenas reportagens foram veiculadas na Feira Livre e a quantidade de Cartas presentes em cada edição uma vez que os dados referentes aos Classificados já foram apresentados anteriormente.

Feira Livre

Edição	Quantidade	Páginas
2 ^a	8	3,4,5,6
3 ^a	22	3,4,5,6
4 ^a	10	3,4
5 ^a	31	3,4,5,6
6 ^a	22	3,4,5
7 ^a	24	3,4,5

⁸⁹ Esta lista foi publicada na 5^a edição (Setembro de 1980). A sigla INPS significa Instituto Nacional de Previdência Social, um órgão previdenciário que foi criado em 1966. Em 1990 esse órgão foi fundido ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) formando o atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

⁹⁰ Essa lista foi publicada na 3^a edição (Junho de 1980).

10 ^a	20	3,4,5
12 ^a	19	3,4,5,6
13 ^a	8	3,4

Cartas

Edição	Quantidade	Página (s)
2 ^a	3	2 e 4
3 ^a	6	23
4 ^a	5	15
5 ^a	4	19
6 ^a	7	19
7 ^a	6	27
10 ^a	5	18 e 19
12 ^a	4	22 e 23
13 ^a	5	10 e 11

As notas ou pequenas reportagens publicadas na Feira Livre, acrescidas das grandes reportagens que no jornal eram veiculadas, despertavam a confiabilidade e credibilidade no trabalho desenvolvido em seu público leitor que procurava, na medida do possível, oferecer apoios e incentivos para que a produção do periódico não fosse interrompida. A carta de autoria de O.T. Soares publicada na 3^a edição⁹¹ é representativa da receptividade que o jornal *Afinal* obteve enquanto esteve em circulação.

Caros amigos:

Aproveito o momento para enviar a vocês as minhas felicitações pelo lançamento deste bom jornal *AFINAL*. Meu desejo é que *AFINAL* tenha vida longa, porque *AFINAL* é mais um nanico⁹² na praça e os nanicos da Imprensa Alternativa vêm sendo um verdadeiro pesadelo para os proprietários e afilhados da ditadura implantada em nosso País a partir de 1964, já que é através deles (nanicos) que toda uma juventude está sendo alertada, e até preparada para não aceitar o arbítrio. Espero que *AFINAL* supere todas as barreiras e se mantenha firme dentro desta luta se mantendo fiel ao lado do povo e procurando cada vez mais melhorar, aumentando assim sua procura nas bancas.

⁹¹ A 3^a edição é referente a junho de 1980.

⁹² Imprensa nanica também é o nome como ficou conhecido a imprensa alternativa deste período.

Sabe-se que não é fácil a luta para a manutenção de um jornal independente, que além de esforço, boa vontade e paciência requer uma retaguarda financeira muito forte para poder manter sua independência e paralelamente sua qualidade. Porém tenho certeza que *AFINAL* vai superar a “tempestade” e se manterá firme e fiel ao lado do povo. Felicidades. Por ora é só. Fico a espera do próximo número certo de que vou encontrar nele a orientação necessária para adquirir uma assinatura. (*AFINAL*, junho de 1980, p. 23).

Ao depositar sua confiança no jornalismo praticado pelo jornal *Afinal*, O.T. Soares exemplifica como desde o início da trajetória do jornal os apoios eram frequentes e impulsionavam a continuação dos trabalhos que estavam sendo feitos. Além disso, o autor expôs as dificuldades de se colocar em prática um projeto jornalístico independente, tal como o jornal *Afinal*, uma vez que, de acordo com o autor da carta, havia, entre outras coisas, a necessidade de uma boa retaguarda financeira para manter a sua independência em relação aos grandes meios de comunicação e seus financiadores. Igualmente, o autor da carta destaca o trabalho de conscientização da população desenvolvido pela imprensa alternativa acerca da realidade ditatorial que estava sendo vivenciada desde 1964. Nesse sentido, ao qualificar o jornal *Afinal* enquanto pertencente à imprensa alternativa do período, para além de como o próprio jornal se identificava, Soares o insere em lutas e posicionamentos políticos que buscavam a melhoria das condições de vida a que parte da população brasileira estava submetida, pois, de acordo com Salvatore Santagada 43% da população estava na linha da pobreza em 1980 (SANTAGADA, p.126).

Recorrentemente até seu último número, o periódico recebia cartas que exteriorizavam e reconheciam a importância da publicação no estado de Santa Catarina e solicitavam que a quantidade de edições do jornal aumentasse para que mais denúncias pudessem vir à tona. Ricardinho Machado, na 13ª edição⁹³, ilustra o sentimento do público leitor em relação ao jornalismo feito no *Afinal*, pois:

Vocês da redação devem saber bem como seria bom pro povão se o jornal Afinal viesse às nossas mãos, pelo menos, semanalmente. Matérias e reportagens sabemos muito bem que está cheio, pois a corrupção, os roubos, o abuso de poder, a repressão, as desprefeituras, os desgovernos interventores, é só o que vemos neste regime podre, sujo, cedo e decadente que está para “dançar”. E tanto vai “dançar” que eles estão se cagando de medo e se avermelhando (bem que podia ser a rosa do Mitterrand) de raiva e vergonha por não terem respostas à Nação, muito menos homens de culhão para fazer uma verdadeira revolução.

[...]

Mas o objetivo é enaltecer o trabalho da Imprensa Alternativa e dos jornalistas que estão de bem com a verdade. E vocês são a nossa salvação, como a *Hora do Povo*⁹⁴ e outros que são a salvação do Brasil-notícia, pois a grande imprensa (sic) em prol

⁹³ A 13ª edição é referente a julho de 1981.

⁹⁴ Segundo informações que constam no site do CPDOC, o jornal *Hora do Povo* começou a ser publicado no Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1979 e transferiu sua redação para São Paulo em abril de 1981. Sua periodicidade foi irregular e durante os anos da ditadura civil-militar esteve associado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

do “partidão” está aburguesada, comprada, vergonhosa e vinculada a esta abertura de “grupo” manipulada pelos americanos (*AFINAL*, julho de 1981, p.10).

Ao expor publicamente o desejo de que o jornal *Afinal* produzisse mais edições do que apenas uma mensal e/ou bimestral, o leitor do jornal e autor da carta, demonstra que havia simpatia pelo trabalho realizado pelo periódico no tocante a divulgação de informações sobre o tempo presente em que circulava. Ao considerar o jornalismo praticado pela grande imprensa não confiável, Machado enaltece o trabalho da imprensa alternativa e do jornal *Afinal* ao afirmar que era somente nos periódicos alternativos que se encontrariam informações verdadeiras sobre a situação do país naquele momento. As matérias que buscavam denunciar o que poderia ser interpretado como improbidades e ações de má-fé contra a população catarinense traziam consigo uma tônica de insatisfação e indignação com a situação então vigente.

Nesse sentido, uma das denúncias de corrupção e roubo que o jornal fez acabou por enquadrá-lo na LSN. Ao reproduzir a lista de pessoas que tinham contas secretas na Suíça — que inicialmente fora publicada no jornal *Hora do Povo* — o então governador do estado Jorge Konder Bornhausen pediu o enquadramento na referida lei de Jurandir Pires de Camargo, Nelson Rolim de Moura e Sérgio Antônio Flores Rubim na medida em que era no nome deles que a Empresa Decisão estava registrada na Junta Comercial de Santa Catarina. A explanação desse processo bem como suas relações para o término do jornal será problematizada na sequência deste capítulo.

2.3 – Enquadramento na Lei de Segurança Nacional e o término do jornal *Afinal*.

O processo de enquadramento do jornal *Afinal* na Lei de Segurança Nacional, a pedido do governador Jorge Konder Bornhausen, é um evento ímpar na sua trajetória. Se por um lado o ocorrido ajuda a endossar a inserção do periódico no quadro dos jornais alternativos, uma vez que, mesmo com a proibição governamental, houve a publicação da matéria, por outro lado, seus desdobramentos apresentam relações diretas com seu término.

Resultante da publicação na 3ª edição⁹⁵ da reportagem intitulada “A Suíça é um barato”, o enquadramento foi devido à reprodução de uma lista de 152 pessoas que possuíam contas secretas na Suíça. Sérgio Rubim, acerca do início desse processo, lembrou que:

O negócio é o seguinte: a gente recebeu de um informante da Oficialidade Jovem do Exército Brasileiro, a gente recebeu essa lista que o Partido Socialista Suíço teria interceptado várias listas de políticos da América do Sul [barulho de fundo] que tinham contas bancárias na Suíça, contas secretas e essa lista que nos passam, 243

⁹⁵ A 3ª edição é referente a junho de 1980.

nomes eu acho que era, onde estava o Delfim Neto, estava o Figueiredo, o filho do Figueiredo, estavam os ministros todos da ditadura, um monte de gente e, inclusive, estava o nome do Jorge Bornhausen, que estaria nessa lista de contas bancárias na Suíça, a gente...o jornal...O *Pasquim* já tinha publicado e o *Jornal Hora do Povo* também em São Paulo tinha publicado e nós republicamos a lista, e aqui o Jorge Bornhausen colocou uma nota, botou no rádio, saiu em tudo quanto é lugar, nos jornais também, dizendo que estava circulando no país, na imprensa, uma lista que era mentirosa, não sei o quê, e que se aqui em Santa Catarina, aí ele já sabia que nós íamos publicar né, que ele enquadraria na Lei de Segurança Nacional, que estava proibido de publicar, nós publicamos, nós colocamos a nota dele “ó, a nota que não quer que publique é essa aqui” a gente tem que esclarecer bem né, daí publicamos a lista [risos]⁹⁶.

As informações contidas nessa lista foram veiculadas em vários periódicos e suas reverberações foram as mais variadas. Em Santa Catarina, para o jornal *Afinal*, enfrentar a proibição do governador e somar-se aos periódicos alternativos na publicização dessa denúncia, foi o caminho escolhido. Cientes das possíveis consequências, os riscos foram assumidos e noticiados ao longo de suas edições que, quando cruzadas com as memórias dos jornalistas, ajudam-nos a melhor compreender o desenrolar do processo. Assim como Rubim, Jurandir Camargo associa o enquadramento na LSN com a proibição da veiculação da lista na grande imprensa e afirma que:

O processo foi o seguinte, o *Jornal Hora do Povo*, porque era assim, havia uma espécie de rede de jornais alternativos, se um publicava uma notícia importante, no sentido de minar a ditadura, os outros seguiam esse caminho também, disseminava a informação, então a *Hora do Povo* publicou uma lista de personalidades que tinham contas secretas na Suíça, começava com o Geisel e vinha embora né, começava com o presidente da república e vinha embora, e nós evidentemente reproduzimos né, a lista das contas secretas na Suíça, e o Bornhausen estava nessa lista e é... Ele pegou, ele... Se você vê a Lei de Segurança Nacional ela é arbitrária né, qualquer governador, qualquer prefeito podia invocar da Lei de Segurança Nacional e ele invocou a Lei de Segurança Nacional e abriu um processo, nós ficamos sabendo porque nós fomos intimados né, nós fomos intimados⁹⁷.

Abrigada nas páginas 12 e 13 da já referida edição, a matéria continha a lista de pessoas que possuíam contas secretas na Suíça; pequenas notas informativas sobre o país; a reprodução da nota oficial divulgada pela secretaria de comunicação do governador Jorge Bornhausen; uma fábula entre um padre e o governador; a reprodução de uma pequena reportagem do *Pasquim*; a reprodução de uma reportagem do jornal estudantil do Colégio Catarinense⁹⁸, além da ilustração de um rato com os dentes para fora, dentro de uma espécie de porta-retrato, que está escrito, em francês “Bienvenu en Suisse” (bem vindo à Suíça).

A matéria começou na décima segunda página com a explicação de que no dia 17 de maio de 1980 o agente da Polícia Federal José Ferreira de Albuquerque Filho fora ao

⁹⁶ Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

⁹⁷ Depoimento concedido à autora em 22 de outubro de 2015.

⁹⁸ O Colégio Catarinense é localizado no centro da cidade de Florianópolis, na Rua Esteves Júnior. Fundado por padres jesuítas em 1905, é um dos colégios mais tradicionais da cidade.

aeroporto Hercílio Luz, no guichê da Varig⁹⁹, para apreender 498 exemplares da 36ª edição do jornal *Hora do Povo* por conta de uma reportagem que denunciava que 152 pessoas das altas esferas econômicas e políticas do Brasil possuíam contas secretas na Suíça, e entre elas estava o governador do estado Jorge Konder Bornhausen. O que as autoridades não estavam esperando é que o assunto reverberasse na cidade e se tornasse um dos mais comentados naquele momento. Segundo o jornal *Afinal*, o sucesso da apreensão foi “traído pelas conversas de botequim, pelas copiadoras, funcionários públicos e colegiais, nos morros e nas ruas” (*AFINAL*, junho de 1980, p. 12).

O assunto ganhou proporções até no ambiente escolar da cidade, o que levou o governador a questionar o diretor do Colégio Catarinense acerca das aulas de ensino religioso que eram, naquele momento, ministradas por padre Guido. Ao narrar esse evento, o jornal *Afinal* publicou uma fábula e reproduziu a nota que a imprensa estudantil fez em decorrência da visita. Intitulada de “O padre e o governador”, a fábula começou da seguinte maneira:

Esta fábula aconteceu aqui mesmo em Florianópolis, mas é uma fábula com fortes conotações suíças. Vocês verão.

O padre Guido Sthal é um homem de 55 anos e que há 27 praticamente vive dentro dos muros do Colégio Catarinense. Ali ele se dedica intensamente a seus alunos e à Cruzada Eucarística, distante das confusões da raia política.

Mas a pacata vida do padre Guido foi interrompida no mês de maio, pela imprevista visita de uma pessoa importante: um governador. Esse governador é o senhor Jorge Konder Bornhausen.

Mas nesta fábula, para a surpresa de todos que conhecem fábulas, o encontro do padre com o governador não teve um final feliz.

Por intermédio de Jorge Bornhausen a Suíça entrou na vida do padre Guido.

E ele, coitado, que não é Papa, esteve a ponto de ver entrar a própria Guarda Suíça para leva-lo de rastro novamente até sua sala de aula (*AFINAL*, junho de 1980, p. 12).

A fábula prossegue narrando como Padre Guido relatou o encontro com o governador Bornhausen e o quão irritado ele havia ficado por conta da presença no colégio da edição do jornal *Hora do Povo* que apresentava a lista de contas secretas na Suíça. No término da sua narrativa, o padre fez o seguinte questionamento: “Mas quem fala em democracia não é nem ele, mas sim o próprio presidente da República. Se uma criança pode ler, por que eu com 55 anos não posso?” (*AFINAL*, junho de 1980, P. 12). Na sua continuação, foi explicada a razão da visita exaltada do governador e exposta a observação do diretor do colégio acerca do que havia se passado no interior do colégio.

Jorge Bornhausen queria que o nosso padre se retratasse perante os alunos. O padre não achou boa ideia e não topou a parada. O governador não ficou nada satisfeito e foi embora. O diretor do colégio, AegídioKorbes, confirmou tudo isso, e fez uma

⁹⁹ A Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG) foi fundada em 7 de maio de 1927 e encerrou suas atividades em 20 de julho de 2016.

interessante observação. "O que o *Jornal da Semana*¹⁰⁰ publicou é uma infâmia. Se o povo acreditar nele, deve acreditar também na *Hora do Povo*". Ah! Antes que eu esqueça. Esta é uma fábula sem moral. (*AFINAL*, junho de 1980, p. 12).

Sem a moral, essa fábula pretendeu retratar de maneira satírica como a reportagem do jornal *Hora do Povo* circulou nos mais variados espaços da cidade e como diferentes faixas etárias tiveram acesso a ela. Ao fazer alusões à Suíça durante a narrativa, a pequena historietinha procurou demonstrar a fragilidade do governador diante da situação que, segundo o próprio jornal, "provocou um montão de protestos." (*AFINAL*, junho de 1980, p.12).

Ainda sobre o encontro entre o padre Guido e Bornhausen, o jornal reproduziu na íntegra a nota publicada no *Jornal Recado*, o veículo de comunicação dos estudantes do Colégio Catarinense. A nota dizia o seguinte:

Governador veio ao Colégio em protesto

O governador Jorge Konder Bornhausen, veio ao colégio protestar contra debates feitos nas aulas de religião do Pe. Guido para a 6ª série. Debates estes que começaram quando um aluno de uma das salas da 6ª série mostrou uma reportagem publicada no jornal "Hora do Povo", que abordava o assunto, de "contas bancárias na Suíça" (entre os quais constava o nome do nosso governador). Chegando ao colégio, o governador foi falar com o diretor, o qual disse que não estava a par do assunto, e que chamaria o Pe. Guido para esclarecer o mesmo. Foi quando então, o governador pediu que o Pe. Guido se retratasse nas salas, dizendo que aquele assunto deveria ser esquecido, e que nada daquilo era verdade. O Pe. Guido disse que não o faria, e não o fez.

Com esta resposta, a discussão foi encerrada, e ambos foram para casa de cabeça quente. (*AFINAL*, junho de 1980, p.12).

Nessas mesmas páginas foram ainda veiculadas informações gerais sobre o país europeu em questão e uma pequena nota, a qual afirmava que: "segundo informações confidenciais do nosso correspondente no Planalto, a oposição, a partir das denúncias do 'Hora do Povo', estaria preparando um volumoso dossiê sobre escandalosos casos de corrupção dos dirigentes do país" (*AFINAL*, junho de 1980, p.12). Além disso, mantendo o tom de escárnio e ironia presentes durante toda a sua trajetória, o jornal fez duas sátiras ilustradas sobre como eles também possuíam conta secreta na Suíça. A primeira afirmava que:

Em recente viagem a Genebra, na Suíça, onde foi depositar no Swiss Bank a receita da vendagem da segunda edição de *AFINAL*, nosso homem para a Europa colheu algumas interessantes frases, escritas em para-choques de caminhões suíços. Aí vão algumas delas.

- Onde tem rato tem queijo.
- Se o cavalo é branco e dizem que é preto, alguma mancha ele tem.
- Quem tem conta não conta. (*AFINAL*, junho de 1980, p.12).

¹⁰⁰ O *Jornal da Semana* foi idealizado por Paulo da Costa Ramos em 1979. Segundo Moacir Pereira, o projeto jornalístico tinha como objetivo desenvolver um jornal com leitura variada, bom humor e serviço público para os fins de semana. Por razões econômicas foi incorporado pelo *Jornal de Santa Catarina* e transformado em suplemento semanal até desaparecer em 1981. (PEREIRA, 1992, P. 77-78).

A última frase sobre o segredo de se possuir contas na Suíça foi abordada na segunda sátira também, quando foi dito pelo jornal que:

Nosso homem para Europa, Xequê Al Besque, no momento mesmo em que embarcava rumo à Suíça, para depositar na conta secreta numerada que abrimos recentemente naquele país amigo a fortuna resultante da vendagem de nossas duas primeiras edições. Deixou saudades, mas prometeu voltar logo. É bom que volte. (*AFINAL*, junho de 1980, p.12).

Se a ironia era presente nesta reportagem, a seriedade jornalística também o era. Somou-se, nessas duas páginas — além do que já foi exposto —, a reprodução da lista completa dos 152 nomes que eram os donos das contas, a matéria do jornal *Pasquim*¹⁰¹ que noticiava o enquadramento do jornal *Hora do Povo* na LSN e a nota oficial da Secretaria de Comunicação Social do Governo de Santa Catarina acerca do ocorrido. No comunicado oficial foram prestados esclarecimentos ao povo catarinense acerca da inclusão do nome de Bornhausen na lista na medida em que:

A Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Santa Catarina tendo em vista a publicação do jornal “*Hora do Povo*”, do Rio de Janeiro, que incluiu o nome do Governo Jorge Konder Bornhausen entre outras personalidades brasileiras infamemente arroladas como supostas possuidoras de contas secretas em bancos suíços, torna público que:

- 1º - o Sr. Jorge Konder Bornhausen não tem, nem nunca teve conta bancária na Suíça ou em quaisquer bancos estrangeiros em qualquer parte do mundo;
- 2º - O Governador e o Governo lamentam profundamente que elementos vinculados a movimentos internacionais se prevaleçam da liberdade de imprensa para denegrir a honra de homens públicos, como é o caso desse jornal;
- 3º - o Sr. Jorge Konder Bornhausen tomou a decisão de processar o referido jornal pelas inverdades que publicou;
- 4º - Esses esclarecimentos estão sendo prestados em respeito à opinião pública catarinense e a decisão de adotar os procedimentos legais é válida para o caso específico e para tantos quantos derem curso, por qualquer meio, às afirmações mentirosas do jornal “*Hora do Povo*” envolvendo a pessoa do governante catarinense.

¹⁰¹A nota publicada no jornal *Pasquim* e republicada pelo *jornal Afinal* afirmava o seguinte:

Deu no *Pasquim*!

Hora do Povo na Lei de Segurança

O *jornal Hora do Povo*, edição nº 30, de 4 de abril, fez a denúncia: Figurões botam 700 milhões na Suíça.

E dá o nome dos figurões: Emilio Médici, Ernesto Geisel, Delfim Neto, Mário Andreazza, Roberto Campos, Paulo Figueiredo (filho do presidente), Golbery do Couto e Silva, Golbery Filho, Mário Henrique Simonsen, Shigeaki Ueki, Jarbas Passarinho, Alexandre Costa, Luiz Viana Filho, Nilo Coelho, Milton Cabral, Lomanto Júnior, Aloisio Chaves, Amaral Peixoto.

Os senadores oficiaram o Ministro da Justiça, solicitando “as providências cabíveis para responsabilizar os autores da ignomínia dando-lhes oportunidade de provar a veracidade do que publicaram”.

Correta, a posição dos senadores. O ônus da prova cabe a quem acusa. Se o jornal não provar a veracidade da acusação, estará sujeito às leis do país.

No entanto, o general Walter Pires, ministro do Exército, apressou-se a pedir ao Ministro da Justiça o enquadramento dos responsáveis pelo *jornal Hora do Povo* no artigo 33 da Lei de Segurança Nacional.

Errada, a posição do ministro do Exército, por ser arbitrária e autoritária, e por significar abuso da Lei de Segurança Nacional.

Os denunciados é que devem providenciar reparação. E o caminho é o que os senadores tomaram.

Se *Hora do Povo* provar a denúncia, talvez caiba o uso da Lei de Segurança Nacional — Em cima dos figurões corruptos, é claro! (Pedro Ferreti). (*AFINAL*, junho de 1980, p.13).

Florianópolis, 23 de maio de 1980. (*AFINAL*, junho de 1980, p.13).

Ao ameaçar abertamente processar — a partir da Lei de Segurança Nacional — quem, de alguma maneira, continuasse a reverberar esse assunto, o governador Jorge Bornhausen utilizou a legislação existente como mecanismo de coação e intimidação de quem se dispusesse a averiguar e explanar ainda mais sobre o assunto. Sem definições precisas sobre seu campo de atuação, a referida lei foi usada, ao longo do regime civil-militar, para bloquear manifestações de quem fosse contra a situação vigente no país. Bornhausen, ao enquadrar o jornal *Afinal* nessa lei, demonstrou o quanto sua aplicabilidade abria espaço para usos que, por vezes, poderiam ser permeadas pelo arbítrio.

O tempo decorrido entre a publicação da matéria e o recebimento da intimação para comparecer diante de uma Corte Militar na cidade de Curitiba, a 5ª Região Militar do Brasil, não pode ser precisado de modo exato, porém, Sérgio Rubim estima que:

Eu acho que questão de duas semanas depois, três semanas, veio o enquadramento na Lei e já veio... Nós fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional e já veio a... Nós fomos convocados para ir no tribunal militar em Curitiba. Aí fomos no tribunal militar em Curitiba. Eu tive um problema que eu dormi durante a audiência e o juiz militar me mandou, eu tive que me retirar, eu não assisti o resto do julgamento, eu dormi três vezes, nós tínhamos virado na noite, o Edison Andrino nos emprestou o carro dele, tinha um Dodge Gato um Charger RT, nos emprestou o carro, encheu o tanque de gasolina, nos emprestou o carro para nós irmos a Curitiba e foi o Jurandir, Nelson Rolim, o Eloy e eu para o julgamento.¹⁰²

Os motivos do enquadramento na Lei de Segurança Nacional, especialmente seus detalhes técnicos, foram expostos na 6ª edição¹⁰³ do jornal. Mas, antes de analisá-la, as lembranças dos jornalistas oferecem indícios sobre as experiências tanto jornalísticas quanto individuais de participar de um projeto como o jornal *Afinal*. Rubim, ao relatar que houve o empréstimo de um carro para que eles pudessem e dirigir ao local do julgamento, permite-nos perceber como, naquele momento, redes de apoio e solidariedade diante da situação que estava sendo vivenciada foram mobilizadas. Nelson Rolim recorda igualmente do empréstimo do carro e de como os advogados Nelson Wedekin, René Dotti, Roberto Motta, José Carlos Dias e Idibal Pivetta não cobraram honorários¹⁰⁴:

Não, nem um pila, muito pelo contrário, teve uma época de uma vez que a gente teve que ir a Curitiba para ser interrogado lá... Foram... Como é que de diz... Tem a expressão que tu vais... Preparar o processo... O Edison Andrino deu carro, um Ford Galax, com gasolina no posto dele, aquele posto lá da Lagoa para a gente ir, porque a gente não tinha dinheiro nem para ir para julgamento, então foi... [barulho de fundo]... É... Realmente a gente ficou preocupado ali, aquele momento ali, porque

¹⁰² Depoimento concedido à autora em 14 de outubro de 2015.

¹⁰³ A 6ª edição é referente ao mês de outubro de 1980.

¹⁰⁴ O trecho da 6ª edição em que também é afirmado que os advogados abriram mão de seus honorários será transcrito e analisado mais adiante.

né... Afinal de contas era uma situação assim né, séria, nos atingiriam né, como de certa forma nos atingiram, porque aquilo ali foi um transtorno grande né.¹⁰⁵

Ao defenderem os jornalistas enquadrados na LSN abrindo mão de seus honorários, os advogados, além de acreditarem na veracidade das informações publicadas, tinham simpatia e concordância com as lutas travadas pelo periódico para o término do regime civil-militar e suas arbitrariedades. O momento que o jornal estava passando não era fácil e teria consequências para o jornal, porém, o sentimento, segundo as memórias de Jurandir Camargo, era de:

Vamos combater, encarar, ninguém ia fugir, ninguém ia fugir, continuou o jornal, nós continuamos indo a bares com um pouco mais de cuidado né, cuidado para não sumir, de repente sumia né, e aí fomos para o julgamento e por que foi, o Canga e o Nelsinho? Porque nós éramos os três que estávamos na direção da empresa na Junta Comercial, porque é... O Eloy não foi enquadrado porque não estava o nome dele na Junta Comercial, o Ney também por que... Senão, iria todo mundo todo mundo do jornal né?! Então o que eles fizeram? Pegaram o nome das pessoas que estavam na cabeça da empresa, da editora, e nós fomos, senão iriam todos.

O destrinchamento para o público leitor quanto a quais artigos foram mobilizados por Bornhausen na hora de processar os jornalistas do jornal *Afinal* no tribunal militar está presente na reportagem “LSN: Ele apelou!!!”. Veiculada na 6ª edição¹⁰⁶, a matéria de duas páginas está localizada nas páginas 8 e 9 e, além de expor os artigos, apresenta uma pequena descrição de como foi o comparecimento dos enquadrados na Corte Militar em Curitiba. A matéria também trouxe uma discussão sobre como a imprensa catarinense era submissa aos interesses governamentais, a ponto de não confrontá-los ou criar situações de instabilidade política. O *Afinal* também descreve uma reunião¹⁰⁷ em que Bornhausen afirmou que não processaria os jornalistas na LSN se houvesse uma retratação por parte do periódico e termina com uma pequena reflexão acerca do caráter arbitrário da LSN.

Por contas dos três artigos usados pela promotoria — 14; 33; e 49 —, os jornalistas poderiam ficar presos, caso condenados, de 2 a 5 anos. O artigo 14 afirmava o seguinte:

Art.14 – Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.
Pena: detenção de 2 a 5 anos (*AFINAL*, outubro de 1980, p.9).

¹⁰⁵ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

¹⁰⁶ A 6ª edição é referente a outubro de 1980.

¹⁰⁷ A reunião a que a reportagem se refere foi realizada no Palácio Cruz e Souza entre uma comitiva de jornalistas e o governador Jorge Konder Bornhausen sendo sua intermediação feita pelo deputado do PDS Ivan Ranzolin. Nela foram discutidas os motivos de enquadramento de 4 jornalistas (3 do jornal *Afinal* e um do jornal *Gazeta do Vale* — jornal que, a única informação a que se tem acesso, era que pertencia Sérgio Rangel Figueiredo) na Lei de Segurança Nacional. Durante a reunião, segundo consta na reportagem do jornal *Afinal*, Bornhausen afirmou que existiam duas possibilidades de os jornalistas não serem processados: 1ª – provarem que ele realmente possuía conta na Suíça e 2ª – Publicando uma retratação acerca das matérias divulgadas. (*AFINAL*, outubro de 1980, p. 8).

O artigo 33 elucidava que:

Art.33 – Ofender a honra ou a dignidade do presidente ou vice-presidente da República, dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, de ministros de estado e de governadores de Estado, do Distrito Federal ou de territórios.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único: Se o crime for praticado por meio de facciosismo ou inconformismo político-social.

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.9).

Por fim, o artigo 49 previa que:

Art.49 – Atendendo a gravidade do fato e suas consequências, quando o crime for praticado por meio de jornal, revista, rádio ou televisão, o juiz poderá, na sentença, decretar a suspensão por até sessenta dias da publicação ou do funcionamento da emissora de radiodifusão ou televisão. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.9).

A partir do que estava sancionado na LSN, Bornhausen poderia levar o processo até as últimas consequências, como por exemplo, prisão e fechamento do jornal, pois a lei possibilitava e o amparava legalmente para tal. Provavelmente, o intuito de Bornhausen era de minar qualquer tipo de oposição a si e ao seu governo, além de torna-lo exemplar para quem se dispusesse a seguir o mesmo caminho do jornal *Afinal*, pois:

As relações da imprensa catarinense com o Palácio Cruz e Souza, nos últimos anos de arbítrio e prepotência, têm se caracterizado por um pacto de não agressão, sempre compensado com polpudos empregos públicos e generosas verbas publicitárias. Qualquer órgão de comunicação que rompesse este acordo atrairia sobre si a ira e a violência dos governantes habituados ao comodismo da impunidade. Para conter as denúncias todos os meios são utilizados, seja através de pressões econômicas ou até mesmo lançando as forças repressivas e os tribunais militares contra os que não se resignaram. Um quadro lamentável que nos coloca sob a marca de um regime anti-popular e anti-democrático. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.8).

O uso de forças repressivas em meios de comunicação que apresentavam linhas editoriais destoantes da grande imprensa é resultado também das denúncias que eram feitas neste tipo veículo de informação. Suas críticas e o espaço cedido para que a oposição da época difundisse seus ideais e lutas tornando-as, desse modo, acessíveis a população desagradavam às altas esferas políticas e empresariais. De acordo com o periódico, o não cumprimento da determinação governamental teve consequências:

Através do procurador-geral do Estado, João Carlos Kurtz, o governador nomeado solicitou o indiciamento de quatro jornalistas catarinenses na Lei de Segurança Nacional, pairando sobre suas cabeças a ameaça de serem presos até cinco anos. Isto pelo simples fato de terem reproduzido uma lista de pessoas que possuíram contas bancárias na Suíça. O assunto, quando da publicação no jornal “*Hora do Povo*”, do Rio de Janeiro, foi amplamente divulgado por toda a imprensa nacional.

Entretanto, Bornhausen não moveu qualquer ação contra a grande imprensa, que publicou inúmeras matérias sobre a denúncia do jornal carioca. Preferiu descarregar suas baterias contra o *AFINAL* e a *GAZETA DO VALE*, considerando-se ofendido pela reprodução da famosa lista. Mas todos sabem que as razões do seu ataque são bem mais amplas e pretendem liquidar com qualquer oposição ao seu poderoso governo, alimentado pela manipulação das verbas produzidas pelo trabalho de todo o povo catarinense. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.8).

O resultado do processo só viria a sair no ano seguinte, 1981, porém, independente do resultado, os custos financeiros que implicou para o jornal *Afinal* poderiam, na leitura dos responsáveis pelo periódico, serem considerados, em certa medida, uma vitória de Bornhausen em virtude da sua duração e da sua incerteza acerca da sentença. Nas páginas do periódico era publicado:

Realmente a situação beira o absurdo. Lá estavam os jornalistas tentando esclarecer que apenas tinham cumprido sua missão jornalística de informar a população de um assunto amplamente publicado em todo o país. Se conseguiram sensibilizar os juízes ninguém sabe, pois o promotor ainda não fundamentou a acusação que poderá representar cárcere de 2 a 5 anos. Mesmo assim, o processo deverá estender-se com altos custos para os jornais *AFINAL* e *GAZETA DO VALE*. Viagens, estadia, alimentação, tudo significa muita despesa e esta pode ser uma vitória parcial do vingativo Bornhausen. Porém, os advogados José Carlos Dias e IdibalPivetta, paulistas, René Dotti, paranaense, e Nelson Wedekin e Roberto Motta, catarinenses, estão acompanhando todo o processo abrindo mão de seus honorários em favor da luta pelos Direitos Humanos e em benefício da causa da liberdade num país tão atropelado pelos desatinos de mentalidades como a do governador nomeado Bornhausen. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.9).

No intervalo de tempo entre o depoimento prestado na Corte Militar e a saída da sentença final os absolvendo das acusações feitas por Bornhausen, o jornal *Afinal* passou por um cisma no seu conselho editorial que está, entre outras coisas, ligada ao processo que o jornal vinha sofrendo. A saída de Sérgio Rubim e Jurandir Camargo no começo do ano de 1981 ocorre simultaneamente ao decorrer do processo na LSN. Os motivos que levaram ao desligamento dos dois jornalistas da equipe editorial do jornal não podem ser pontuados de modo preciso na medida em que protagonistas do jornal como Eloy Peixoto Galotti, Ney Vidal Filho e Flávio Espedito de Carvalho, por motivos diversos, não puderam ser consultados. No entanto é possível afirmar que a questão financeira, a perda de apoios importantes em virtude da linguagem e o fato de o término do jornal estar se delineando em virtude da conjuntura política foram motivos relevantes para a cisão que aconteceu, conforme pontuou Nelson Rolim:

Olha, eu pra mim o racha, esse racha se dá por uma questão de que o jornal não suportava sustentar as pessoas, quem estava ali estava né... Estava à míngua mesmo, era muito difícil, podia haver divergências porque havia, de certa forma assim, vamos dizer, o grupo do Rio. O Eloy, o Ney e o Flávio eram cariocas né, e o grupo daqui. Eu né, sempre fui chamado de socialdemocrata, quando queriam me ofender, brincar comigo me chamavam de socialdemocrata porque eu sempre fui um aglutinador, toda a minha vida uma coisa que eu sempre tento é manter as coisas né... Manter as coisas mais ou menos né, eu tentei fazer isso todo o tempo, quando o jornal acaba, o Canga e o Jura saem, vão lá para a fronteira, o jornal se aguenta, vai se aguentando, saem mais alguns números¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Depoimento concedido à autora em 18 de outubro de 2015.

A saída de Jurandir Camargo e Sérgio Rubim foi noticiada, como já apontado neste capítulo, na décima segunda edição¹⁰⁹, por via de uma pequena nota onde é apenas anunciado ao seu público leitor que ambos os jornalistas não faziam mais parte da equipe e nem possuíam qualquer tipo de vínculo com o jornal *Afinal*. No entanto, seus nomes são mencionados na 12ª edição,¹¹⁰ em virtude de uma reportagem cobrindo o julgamento e a sentença final de absolvição dos jornalistas processados pela LSN. Mas, além de ser a edição que torna pública a vitória no processo, a 12ª edição é também a comemorativa de um ano de circulação do jornal.

Logo no seu editorial são mencionadas a superação de dificuldades e o alinhamento a uma produção jornalística alternativa e popular, pois:

O governador nomeado Jorge Bornhausen fez de tudo para calar nossa voz. Tentou nos liquidar, não conseguiu, acumulou derrotas. Apesar das dificuldades econômicas sofridas, de nosso sacrifício pessoal, nossas páginas são um testemunho de nossa absoluta independência e fidelidade aos princípios democráticos de liberdade. Sempre estivemos presentes nas lutas travadas pelo povo, participando ativamente, denunciando as arbitrariedades e a injustiça semeada pelos poderosos. Depois deste longo período de trabalho só podemos agradecer aos nossos leitores, assinantes e anunciantes, com uma promessa de continuarmos fiéis a nossa linha editorial alternativa e popular (*AFINAL*, maio de 1981, p.2).

As referidas derrotas sofridas por Bornhausen estavam, possivelmente, relacionadas com as denúncias de esquemas de corrupção, desvio de verbas, abuso de poder e autoridade, dentre outras tantas denúncias feitas pelo jornal ao longo daquele ano de existência. A reafirmação da opção por uma linha alternativa de produção jornalística por certo também desagradava às altas esferas de poder político e econômico e a promessa da continuação de suas atividades era um aviso a essas pessoas de que as denúncias se manteriam e seriam cada vez mais contundentes. O somar as lutas do povo contra a ditadura civil-militar e seus desdobramentos também continuaria, segundo o editorial, enquanto o jornal estivesse em atividade.

No entanto, para além de ser a edição comemorativa de um ano do jornal, esta edição — como já pontuado anteriormente — trouxe a público a cobertura do julgamento e da sentença em virtude do enquadramento na LSN. Com uma matéria de 3 páginas, cujo título é “Vitória!”, foi publicada uma síntese analítica da importância da imprensa alternativa no país e em Santa Catarina e como o processo sofrido endossava o argumento apresentado, além da descrição de momentos do processo até o anúncio da sentença final.

¹⁰⁹ A 12ª edição é referente ao mês de maio de 1981.

¹¹⁰ A 12ª edição é referente ao mês maio de 1981.

A primeira parte da matéria não possui identificação de quem a escreveu e está localizada na página 11 do jornal. Seu início anuncia a absolvição dos jornalistas e começa a dimensionar a situação de uso inadequado da lei por Bornhausen:

O resultado proferido pela Corte Militar da 5ª auditoria de Curitiba, declarando-se incompetente, por 3 votos a 2, para julgar os quatro jornalistas catarinenses indiciados na Lei de Segurança Nacional, é um fiel espelho do que anda passando o governador nomeado Jorge Konder Bornhausen. (*AFINAL*, maio de 1981, p.11).

Ao elucidar no parágrafo inicial da reportagem que o resultado do julgamento da 5ª auditoria de Curitiba era um reflexo de como as práticas autoritárias de Jorge Bornhausen estavam em desacordo com as finalidades a que a LSN se propunha, a matéria denuncia o quanto as relações sociopolíticas catarinenses poderiam ser permeadas por extrema arbitrariedade caracterizadas por abusos que levavam, em última instância, ao uso inadequado e exagerado do aparato legal federal, como foi o caso do processo movido por Bornhausen contra os jornalistas do jornal *Afinal* e da *Gazeta do Vale*. Além disso, tal constatação permitiu que fosse possível destacar o trabalho realizado pela imprensa alternativa enfatizando sua importância enquanto uma fonte de informação para a população brasileira na medida em que eram nas suas páginas que análises críticas sobre a realidade vigente eram publicadas.

Foi um longo julgamento e, ao mesmo tempo, apesar das circunstâncias, uma excepcional oportunidade para que se determinasse objetivamente o verdadeiro papel da imprensa alternativa em nosso país. Sua vital importância no processo democrático, se é verdadeiramente essa a grande aspiração nacional. Os “nanicos”, como ficaram conhecidos os jornais independentes brasileiros, onde a força de trabalho dos jornalistas é mais importante que o poder econômico, são fontes vitais de informação. De suas páginas têm brotado alguns dos mais graves problemas que afligem nosso povo. Têm sido suporte para sérias denúncias contra arbitrariedades econômicas, políticas e sociais. Enfim, revelam o desequilíbrio e a injustiça que campeiam em nossa sociedade, que pouco ou quase nenhum espaço têm na grande imprensa. Portanto, não se pode conceber um estado democrático sem a liberdade de expressão.

E é justamente isso que Bornhausen não pode tolerar, pois representaria seu fim. (*AFINAL*, maio de 1981, p.11).

O ressaltar da imprensa alternativa associando-a com a liberdade de expressão permitiu que o jornal tecesse duras críticas — como era seu costume — a Bornhausen. Ao afirmar que o governador não resistiria no poder em um regime político pautado por princípios democráticos, o jornal afirmou que a censura e/ou autocensura eram presentes no cotidiano da grande imprensa o que impossibilitava, entre outras coisas, a publicização das reais condições a que uma parte significativa da população brasileira estava submetida. Mais ainda, dificultava que os governos fossem confrontados quanto a suas práticas e projetos políticos evidenciando, desse modo, uma cultura política marcada pelo autoritarismo e pelo benefício de si e de seus aliados em detrimento da população em geral. Nesse sentido:

Mais do que nunca, ficou claramente demonstrado, e a sentença final dos juizes militares é a principal evidência, que o governador nomeado Bornhausen padece de um equívoco crônico. Acredita que governar é praticar autoritarismo. Quer que os jornalistas se coloquem a seu serviço. Imagina que um homem público não pode receber críticas, nem deveria permanentemente prestar contas de seus atos à população. Triste concepção a de Bornhausen.

Deixamos o Tribunal Militar fortalecidos, mais do que nunca conscientes da nossa responsabilidade de contribuir efetivamente para que conquistemos a plenitude democrática, apesar dos percalços. *AFINAL* e *GAZETA do VALE* são dois jornais de oposição num território marcado pela imprensa servil aos governantes. Muitos jornalistas, para garantir seus míseros salários, são obrigados a deformar suas consciências, desde que isso represente mais lucros para os patrões. Escreve-se sob a ameaça do desemprego. Qualquer reação pode liquidar uma carreira. Mas existe resistência.

Dentro deste contexto de aquiescência com o poder é que nossos advogados formularam a defesa. Provaram que o pedido de condenação para os jornalistas, pela Lei de Segurança Nacional, era uma atitude desesperada de quem não podia resolver seus problemas nos limites do conflito. Um atropelo de quem não consegue pelas vias normais rebater as denúncias de impopularidade, incapacidade administrativa e a corrupção como prática para conquistar adeptos. Agora o processo vai tramitar numa das varas da Justiça Federal catarinense, onde tudo deveria ter ocorrido sem a tentativa de manipulação das Forças Armadas em benefício próprio.

Sofreu uma grande derrota, o impopular Bornhausen. Terá que continuar enfrentando críticas até abandonar o Palácio Cruz e Souza pela vontade popular, onde instalou-se para usufruir do poder em proveito próprio e de seus protegidos.

Na certa continuará a utilizar-se de outros métodos para tentar sufocar nossa voz. Irá equivocarse mais uma vez, pois nossas páginas apenas refletem o grande anseio do povo catarinense: varrer as oligarquias do poder e formular através do voto um novo programa de governo cuja essência seja democrático e popular. (*AFINAL*, maio de 1981, p. 11).

A problematização bastante densa que o jornal faz do cenário sociopolítico catarinense é indicadora de indícios sobre como a existência de práticas consideradas autoritárias poderiam impulsionar a resistência e o enfrentamento da situação mesmo que não houvesse equidade de condições no interior do confronto. O pontuar da submissão de jornalistas aos ditames governamentais para a garantia da subsistência demonstra o quão as relações entre imprensa e política eram estreitas e caracterizadas por uma tênue fronteira entre ser aliado ou inimigo do governo, conforme pondera Beatriz Kushnir (2004).

Mais ainda, a exposição dessa condição instável a que os profissionais da grande imprensa vivenciavam era um elemento a mais que impulsionava a produção de um jornalismo de denúncia e crítico ao tempo presente em que estavam inseridos. O renovar de ânimos que a absolvição da provável condenação havia trazido e a promessa de que o trabalho continuaria não se verificou. A edição seguinte, a 13^a ¹¹¹, seria a última do jornal *Afinal*. No entanto, até que essa edição viesse a público, a esperança na continuidade do jornal era uma realidade presente, pois, conforme o publicado na seção de cartas da 12^a edição: “Caros

¹¹¹ A 13^a edição é referente ao mês de julho de 1981.

leitores, Mais uma vez, pedimos: escrevam, no máximo, 30 linhas. Nosso espaço anda escasso. Afinal, há muita sacanagem para denunciar.” (*AFINAL*, maio de 1981, p. 23).

A descrição dos momentos do processo ainda na 12ª edição permite vislumbrar como, naquele momento, a vitória contra Bornhausen foi uma injeção extra de fôlego para permanecer com o trabalho que estava sendo executado até então.

A matéria “momento de um processo” é de autoria de Eloy G. Peixoto e as fotos são de Ezequiel Tiscoski e Paulo B. Salles e é onde é exposta uma espécie de cronologia do processo como um todo. Nas duas páginas, 12 e 13, foram rememorados como desde 17 de maio de 1980, o assunto da lista de pessoas que possuíam contas na Suíça pairava sob a cidade de Florianópolis, pois foi quando a edição do jornal *Hora do Povo* foi apreendida. No dia 23 de maio de 1980, a nota oficial que proibiu a circulação da reportagem foi lançada:

Dia 23 de maio de 1980. Os jornalões faturam com a nota oficial paga pelo governo estadual, para dizer que Jorge não têm conta na Suíça ou em qualquer outro banco no estrangeiro. E ameaça processar todo mundo. Muito “raivinha”, como diz o Beto Stodieck¹¹², ele apela para a Lei de Segurança Nacional. E em agosto, quatro jornalistas são intimados a comparecer ante um Tribunal Militar. (*AFINAL*, maio de 1981, p.12).

Na sequência é exposto que em 14 de outubro de 1980 os quatro jornalistas enquadrados foram depor em Curitiba e poderiam “ser punidos com a pena de dois a cinco anos de reclusão” (*AFINAL*, maio de 1981, p.12). O julgamento ocorreu no dia 7 de maio de 1981, iniciando às 13h30min.

Dia 7 de maio de 1981. 13h30min. Sol a pino em Curitiba. No interior do moderno prédio da 5ª Auditoria Militar, o procurador-público Bertino Ramos pede que o egrégio Conselho Permanente de Justiça para o Exército condene os réus a 2 anos e três meses de cadeia. Sem grande convicção, o procurador, em poucos 10 minutos. Aponta o crime dos jornalistas: transcrever reportagem que dizia que o governador Jorge Bornhausen tinha conta secreta na Suíça, e, dessa forma ameaçando a segurança do país. (*AFINAL*, maio de 1981, p.12).

Vinte minutos depois de aberto julgamento, às 13h50min a defesa dos jornalistas pôde fazer uso da palavra, começando com Idival Piveta.

O major Paulo Dante Marthus dá a palavra à defesa. Idival Piveta, nervoso, antes de iniciar seu discurso, denuncia ter sido perseguido no trajeto de sua casa até o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e do Afonso Penna, em Curitiba, à Auditoria Militar. O juiz Carlos Augusto Cardoso de Moraes Rego informa que pedirá providências ao Secretário de Segurança. Piveta despeja enorme quantidade de documentos sobre a bancada. Lembra ao Tribunal que o jornal *Hora do Povo* — de quem também é advogado — ainda não foi julgado definitivamente, pois seu processo ainda está sendo apreciado pelo Supremo Tribunal Militar. Cita vários artigos do jornalista David Nasser¹¹³, na “insuspeita” revista *Manchete*¹¹⁴, que falam do escandaloso contrabando de fortunas brasileiras para o exterior. Recordar as

¹¹² Jornalista brasileiro. Nasceu em 1946 e faleceu em 1990.

¹¹³ Jornalista e compositor brasileiro. Nasceu em 1917 e faleceu em 1980

¹¹⁴ Revista brasileira que circulou entre 1952 e 2000

centenas de pessoas que o Exército Brasileiro puniu em 1967 por terem contrabandeado dinheiro para fora do país. Lê trechos da conferência proferida pelo jornalista Genival Rabelo¹¹⁵, da Escola Superior de Guerra¹¹⁶, denunciando a existência de centenas de brasileiros com contas secretas na Suíça. Mostra balancetes de vários bancos suíços, onde o Brasil aparece como o 4º país do mundo em depósitos secretos, centenas de milhões de dólares, ¼ da nossa dívida externa.

O 1º Tenente Hudson Camilo de Souza franze a testa, parece surpreso. As evidências de que boa parte da riqueza produzida pelos trabalhadores brasileiros vai embora aumentam a cada novo documento citado por IdibalPiveta. Está claro para todo mundo que as contas na Suíça são um fato real. (*AFINAL*, maio de 1981, p.12).

Na sequência de Piveta, segundo a reportagem, a palavra foi passada às 14h32min a Nelson Wedekin, que faz a sua defesa na mesma linha de Piveta. Além disso, Wedekin questionou ao Tribunal por que Bornhausen não mobilizou a “Lei da Imprensa ou outros dispositivos da Justiça Comum” (*AFINAL*, maio de 1981, p.12) e pediu que:

Aos juízes militares que não envolvam o Exército nos desmandos do governador nomeado, “não confundam segurança nacional com questiúnculas de província”. Sua emoção aumenta, fala do seu coração catarinense, da liberdade de imprensa, da democracia, e pede a absolvição dos réus. Entre os presentes, vê-se algumas pessoas com os olhos umedecidos. A defesa solicita um pequeno intervalo. (*AFINAL*, maio de 1981, p.12).

Dez minutos depois após o intervalo solicitado pela defesa, a seção retornou e a palavra foi passada a Acácio Bernardes, o advogado de Sílvio Rangel de Figueiredo, o jornalista da *Gazeta do Vale* processado junto com Nelson Rolim, Sérgio Rubim e Jurandir Camargo. Endossando a linha de defesa dos dois advogados anteriores, Bernardes falou com emoção e comprometimento para provar que não existia ameaça para a nação a publicação da reportagem e citou, no decorrer de sua fala documentos e trechos de juristas famosos acerca da LSN. Concluiu sua defesa afirmando que:

Diz que a liberdade de imprensa é essencial. Critica a Lei de Segurança Nacional. Mostra mais documentos, cita novos autores. Quase sacode o 2º tenente Jorge Alberto Brasil de Souza, que acaba de dar um bocejo. Consegue manter todo mundo atento. Sua muito, está mais emocionado quando pede a absolvição dos quatro jornalistas, que afirma não terem convicções políticas. O major Paulo Dante Marthus determina novo intervalo de 10 minutos. (*AFINAL*, maio de 1981, p.12).

Perto das 18h00min, a palavra foi passada ao terceiro advogado de defesa, José Carlos Dias. No início, de acordo com a matéria, Dias teria afirmado que não falaria na condição de advogado e sim na condição de cidadão brasileiro. Fez, ao longo de sua exposição, duras críticas ao regime, confessou ter tido medo de enfrentar aquele julgamento em virtude das

¹¹⁵ Jornalista brasileiro. Nasceu em 1921 e faleceu em 1998

¹¹⁶ A Escola Superior de Guerra foi criada em 1949 e é integrante do Ministério da Defesa do Brasil

bombas explodidas no RioCentro¹¹⁷ e encerrou com um elogio ao trabalho desenvolvido pelos quatro jornalistas acusados.

Elogia a ação dos jornalistas acusados que “peço permissão para discordar do colega que me antecedeu, são jornalistas de oposição sim. Não estão tramando conspirando, fazendo bombas, e sim jogando aberto, acreditando na democracia prometida pelo presidente da República.” Fala da imprensa, de como era impossível aos jornalistas não registrarem a apreensão do jornal *Hora do Povo* e as repercussões do “affair”: contas da Suíça: “Esses moços que estão aí sentados não poderiam deixar de publicar estes fatos sob pena de se desmoralizarem, perderem sua credibilidade junto a seus leitores.”.

Ressalta a importância da democracia, da imprensa alternativa. Condena veementemente a Lei de Segurança Nacional. Pede que o Tribunal admita não ser o foro competente para julgar o suposto crime dos jornalistas catarinenses. Um novo intervalo é anunciado pelo presidente do Conselho Permanente de Justiça. (*AFINAL*, maio de 1981, p.12).

Às 19h10min a seção retorna e o quarto advogado, René Dotti, iniciou a sua defesa ressaltando a tese que vinha sendo exposta por seus antecessores: “o Tribunal deve reconhecer que o jornal *AFINAL* não compromete a Segurança Nacional” (*AFINAL*, maio de 1981, p.13). Dotti discutiu exaustivamente o conceito de Segurança Nacional para sustentar a sua tese e:

O 1º Tenente Divino Alves Garibaldi abre a boca. O juiz Auditor, Carlos Augusto Cardoso de Moraes Rego não disfarça o contentamento quando Dotti aponta os caminhos jurídicos para que o Tribunal se abstenha de julgar o processo. Continua, calma e minuciosamente, a desmontar a acusação de que os jornalistas atentam contra a segurança do País. Os juízes se retiram. Daqui a pouco trarão a sentença. (*AFINAL*, maio de 1981, p.13).

Entre o término da defesa de Dotti e o anúncio da sentença às 21h15min, a apreensão tomou conta do tribunal. Enquanto os juízes lanchavam e decidiam o destino dos quatro jornalistas a expectativa era grande. O placar do resultado era alvo de sugestões e um misto de sensações havia tomado conta do ambiente, na descrição de Galotti. Porém,

Os advogados têm como certa a vitória de sua tese principal. “os militares não vão arriscar o Exército para proteger a corrupção de Bornhausen, problemas de política local não têm nada a ver com a segurança nacional, o Exército Brasileiro não pode, não deve, e nem quer ficar envolvido com problemas da sociedade civil”, os comentários correm à toda. (*AFINAL*, maio de 1981, p.13).

Às 21h15min, depois de muita angústia e expectativa, a sessão era retomada e o anúncio do resultado do processo seria feito nos minutos seguintes.

21h15min. Todo mundo está com fome. O movimento lá dentro do Tribunal anuncia que os juízes estão retornando. Todo mundo se dirige, apressado, mas ninguém senta. O major Paulo Dantes Marthus declara aberta a sessão, mas também não senta. Todas as pessoas estão de pé. Os quatro réus balançam quase imperceptivelmente os corpos. Uma mulher sofre com a possibilidade de ficar longe dos carinhos de seu companheiro. O juiz auditor, Carlos Augusto Moraes Rego, anuncia que o Conselho Permanente de Justiça para o Exército da 5ª CJM, julga incompetente à Justiça Militar para julgar quatro jornalistas de Santa Catarina, por

¹¹⁷ O atentando do RioCentro aconteceu em 30 de abril de 1981 na cidade do Rio de Janeiro. Um grupo de militares insatisfeitos com a abertura política explodiram bombas durante um show de música popular brasileira com o intuito de causar confusão e desordem e, com isso, frear a queda do regime civil-militar.

terem ofendido o governador Jorge Bornhausen em publicações de sua responsabilidade, jornais *AFINAL*, de Florianópolis, e a *Gazeta do Vale*, de Gaspar, como o processo¹¹⁸ tramitando numa das varas federais de Santa Catarina. (*AFINAL*, maio de 1981, p.13).

A comemoração fora geral, a leitura da sentença oficial, pelo que foi veiculado na reportagem, seria feito na semana seguinte, dia 14 de maio de 1981, mas, ainda naquele dia 7 de maio de 1981:

Quase 22hs do dia 7 de maio de 1981. Lua cheia no céu e, por incrível que pareça, não faz frio em Curitiba. Os deputados estaduais Francisco Küster e Genésio Turek (PMDB) são os últimos a abandonar o prédio da 5ª Auditoria Militar. Lá fora a rapaziada conta o samba do Martinho: “Quebra-quebra gabioba/Quero vê quebrar/Quebra lá que eu quebro cá/Quero vê quebrar/Minha vila tá legal, tá legal/Sempre brigando pra ganhar o carnaval...”.

Os juízes militares aceitaram os argumentos da defesa e acharam por bem mandar o governador biônico Jorge Bornhausen resolver seus problemas políticos sem usar as Forças Armadas como respaldo para suas aventuras de província. A alegria é geral. (*AFINAL*, maio de 1981, p.13).

O processo poderia ter chegado ao seu fim e o jornal *Afinal* também se encaminhava para o mesmo caminho. Em pouco mais de um ano de atividade jornalística, denúncias foram feitas, reportagens escutando as necessidades do povo foram produzidas, apoios e simpatia foram angariados, dificuldades foram superadas, desavenças surgiram e ressurgiram. Na edição de julho de 1981, a 13ª, o jornal anunciou que encerraria suas atividades e seus redatores se engajariam em outras formas de luta pelo restabelecimento da democracia. Seu editorial, intitulado de “Saideira”, afirmava que:

Quando em fevereiro do ano passado decidimos tentar romper com o domínio da imprensa atrelada ao poder ditatorial, sabíamos que nossas perspectivas futuras estariam condicionadas às incríveis dificuldades. Nosso projeto era ainda mais audacioso, pois pretendia-se independente e alternativo, submetido somente às decisões de nosso Conselho Editorial, sem vinculá-lo a qualquer partido político, queríamos demonstrar que o governador nomeado Jorge Konder Bornhausen e seus cupinchas, mesmo com o poder despótico em suas mãos, eram vulneráveis em muitos flancos. Um deles, e o que desvendamos a nossos leitores ao longo de um ano, era o predomínio da corrupção, das mordomias e dos empregos fantasmas.

[...]

Nossa pequena parcela de luta com o jornal *AFINAL* foi dada. Temos a certeza que nosso trabalho foi recompensado pela receptividade que teve junto à opinião pública, expressa em nossa vendagem e penetração popular. Entretanto, as perseguições, as prisões, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, o descontrole da política econômica governamental, fizeram com que chegássemos a uma situação insustentável, onde intermináveis sacrifícios pessoais eram a base de nosso trabalho.

[...]

O país, os catarinenses, está encontrando as formas de varrer do poder os usurpadores e construir uma nova sociedade libertária e igualitária, sem injustiças e exploração econômica. É nesse caminho que, apesar de retirarmos *AFINAL* de circulação, nos reprojatamos na luta popular pela liberdade. Este é o nosso último

¹¹⁸ Cabe ressaltar que durante o decorrer desta pesquisa não se obteve nenhum tipo de informação acerca da localização deste processo.

exemplar, mas não nosso derradeiro encontro com os leitores porque estamos unidos pela insatisfação e busca de um país digno de seu povo.
Florianópolis, julho de 1981.
Conselho Editorial e companheiro. (*AFINAL*, julho de 1981, p.2).

Segundo o editorial, a contribuição que o jornal *Afinal* poderia dar, naquele momento, havia sido dada. A superação de obstáculos, de divergências internas, da instável situação financeira e do constante temor de possíveis prisões ou processos havia chegado ao limite. Novas formas de luta e engajamento seriam empreendidas dali para frente. Segundo Nelson Rolim, o término do jornal está relacionado também com a publicação, por parte dos jornais da grande imprensa, de matérias que eram veiculadas na imprensa alternativa. Nas palavras de Rolim

Ah, porque como toda a imprensa, a partir de um determinado momento, quando começa a liberar as matérias, quando os jornalões, a grande imprensa, começa dar as matérias que antes eram impublicáveis [barulho de fundo], o negócio começa... A partir do assassinato do Vladimir Herzog né, aquela situação, ditadura, a própria Novembrada que... O assassinato do Herzog é final de 75 a coisa começa... A famosa distensão, aquela porcária, o troço começa... Já não conseguem segurar, embora isso tenha se prolongado.¹¹⁹

Tal como ponderou Nelson Rolim, na fala acima reproduzida, a imprensa alternativa começou a perder o monopólio no decorrer do processo de abertura política “lenta, segura e gradual”. As informações e reflexões que antes eram encontradas apenas nos periódicos alternativos, a partir de, principalmente, 1979, passam a figurar nas páginas da grande imprensa, que procurou ser um dos atores que pautou a transição da ditadura civil-militar para a democracia conforme argumentou Alzira Alves de Abreu (2005). Nesse sentido, cabe ressaltar que durante a vigência do regime ditatorial a imprensa alternativa desempenhou um papel relevante na sua incessante oposição e crítica ao regime então vigente, constituindo-se, entre outras coisas, enquanto um espaço de contraposição ao que era veiculado na grande imprensa. Dito de outro modo: durante o período em que a grande imprensa esteve submetida aos interesses ditatoriais e, conseqüentemente, impossibilitada de publicar qualquer tipo de notícia que colocasse em cheque a credibilidade do regime diante da população, era nas páginas alternativas que era possível encontrar discussões ou reflexões sobre o caráter arbitrário e autoritário dos governos militares, bem como a publicização das atrocidades que ele cometeu. Enquanto a grande mídia esteve impedida exercer a crítica sobre algumas das realidades no Brasil, a imprensa alternativa desempenhou essa função na medida em que não se encontrava submetida aos interesses governamentais e empresariais.

¹¹⁹ Entrevista concedida à autora em 18 de outubro de 2015

Os periódicos que foram resultantes desse período da história contemporânea brasileira consistem em um escopo de fontes que ajudam a compreender e dimensionar os embates que foram travados nos mais variados setores da sociedade como, por exemplo, entre as camadas altas e as camadas baixas da pirâmide econômica. No caso específico dessa dissertação, o estudo do jornal *Afinal* possibilitará que as culturas políticas de Santa Catarina sejam problematizadas e que outras realidades cotidianas — para além das de classe média urbana — sejam percebidas na cidade de Florianópolis. No decorrer do tempo em que o periódico esteve em circulação, ele procurou somar-se às lutas populares em prol de condições de vida para toda a população catarinense e recebeu os mais variados apoios por conta disso e, quando seu término foi tornado público, o jornal publicou, para finalizar esse ciclo, uma espécie de carta de agradecimento e de despedida. Nela, foi mencionada a constante contribuição dos leitores para com o jornal por meio do envio de opiniões, pontos de vistas e denúncias e também foi feito um apelo para que, de alguma forma, essa forma de expressar o descontentamento fosse mantida. Nas palavras do jornal:

Amigos,

Durante mais de um ano, a gente contou com a colaboração de vocês e, através da nossa seção de cartas, muitas denúncias e desabafos foram feitos.

Infelizmente estamos tendo que parar, mas o pau continua comendo solto e não dá para dormir na touca.

O negócio é encontrar outras formas de protestar contra esses sem-vergonhas que nos exploram. Não podemos deixar a peteca cair.

Muito obrigado.

Abraços e esperanças. (*AFINAL*, julho de 1981, p. 11).

Na leitura feita pelo periódico, a contribuição havia sido dada. O enfrentar diretamente as arbitrariedades e o poder político e econômico do estado de Santa Catarina não fora tarefa simples ou fácil de ser executada. Suas edições bem como as memórias que os jornalistas possuem desse período constituem-se enquanto um rico *corpus documental* para o estudo da política catarinense no período e é a esta temática — após essa explanação inicial da trajetória do jornal — que o capítulo seguinte vai se dedicar.

3. Denúncias Políticas nas páginas do jornal *Afinal*

O discurso jornalístico apresenta-se nas sociedades contemporâneas não apenas como emissor de informações, mas também como uma das instâncias organizadoras do social, o que incluiu uma definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido. Imagens e fatos elaborados nas páginas dos jornais constituem suportes para memórias compartilhadas por uma grande coletividade. (LOHN, 2014)

O jornal *Afinal* caracterizou-se por ser, entre outras coisas, um periódico em que discussões políticas sobre o tempo presente em que estavam circulando foram uma constante em suas edições. Críticas ao regime civil-militar, ao governo de Jorge Konder Bornhausen (PDS) e ao então prefeito de Florianópolis Francisco de Assis Cordeiro (PDS) eram recorrentes nas páginas do jornal. Sob um ponto de vista orientado por denunciar o que consideravam serem ações arbitrárias contra a população principalmente nas esferas estadual e municipal, o periódico tornou-se um veículo de comunicação em que era possível serem encontradas problematizações referentes ao cotidiano político da época. Entretanto, embora a atenção do jornal tenha se voltado para as ações imediatas do campo político que estavam acontecendo no momento de sua circulação, reflexões sobre eventos políticos anteriores ao seu início também foram veiculadas, como foi o caso de reportagens publicadas sobre a morte de um militante trotskista catarinense nos porões do Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo (1972), a Operação Barriga Verde (1975) e a Novembrada (1979).

Na busca por denunciar como a ditadura civil-militar tinha como uma de suas práticas políticas o autoritarismo e a repressão aos seus opositores, o jornal *Afinal* enfocou suas matérias e reportagens na exposição de como ocorria a manifestação dessas características especialmente no estado de Santa Catarina. No entanto, o periódico não desarticulou a discussão sobre práticas políticas estaduais do cenário nacional e também dedicou em suas edições reflexões acerca do que estava acontecendo no Brasil em termos políticos durante o período em que esteve em circulação. Nesse sentido, suas matérias, reportagens, notas e cartas constituem um *corpus* documental que permite visualizar como o cenário político tanto nacional quanto estadual continham práticas e posicionamentos políticos que se contrapunham por conta do compartilhamento de valores e ideias.

É igualmente importante ressaltar que as discussões que o jornal apreendeu acerca do campo político e suas diferentes dimensões estavam também relacionadas com o seu contexto

de circulação. Com o avanço da abertura política “lenta, segura e gradual”¹²⁰, as denúncias de cunho político tornaram-se mais frequentes uma vez que com a progressiva distensão do regime civil-militar assuntos que eram costumeiramente silenciados como, por exemplo, as torturas e as improbidades administrativas cometidas pelas cúpulas governamentais passaram a figurar de forma mais veemente principalmente nas páginas dos periódicos alternativos. Assim, compreendendo que o período da ditadura civil-militar não foi homogêneo ao longo dos 21 anos de sua duração, buscar-se-á perceber como as modificações sociopolíticas que estavam ocorrendo naquele momento também contribuíram para que o jornal *Afinal* dispendesse um espaço significativo de suas edições para a reflexão política.

Deste modo, o objetivo central deste capítulo é o de analisar como nas matérias publicadas no jornal *Afinal* é possível perceber a presença de diferentes práticas e posicionamentos políticos no estado de Santa Catarina. Para lograr tal objetivo, optou-se por dividir o capítulo em três seções: a primeira intitulada de “posicionamentos políticos nacionais nas páginas do jornal *Afinal*” busca traçar um panorama dos posicionamentos políticos existentes no Brasil neste período e que são possíveis de serem debatidos a partir da documentação publicada no periódico; a segunda cujo título é: “eventos traumáticos em Santa Catarina e a percepção de posicionamentos políticos” pretende discutir sobre o teor político presente nas matérias que o jornal publicou sobre eventos traumáticos que ocorreram antes do início da sua circulação; e a terceira seção “O governo de Jorge Konder Bornhausen nas páginas do jornal *Afinal*” visa problematizar como o governo Bornhausen e os posicionamentos políticos ao quais ele estava vinculado foram apresentados pelo jornal *Afinal*.

3.1 – Posicionamentos políticos nacionais nas páginas do jornal *Afinal*

Durante a vigência da ditadura civil-militar, o cenário político brasileiro foi permeado por intensas disputas de posicionamentos e culturas políticas. Tanto nas esquerdas quanto nas direitas um espectro de práticas e discussões foi pensado e executado. Das manifestações públicas de apoio ao regime como a Marcha da Família com Deus¹²¹ pela Liberdade aos

¹²⁰ Anunciada em 29 de agosto de 1974 no Palácio da Alvorada pelo então general-presidente Ernesto Geisel, o processo de transição política do regime civil-militar para a Nova República foi encerrado em 1985 com a eleição indireta do candidato civil Tancredo Neves. Ao longo desse período, uma série de modificações aconteceram tais como a revogação do AI-5, término do bipartidarismo e a Campanha pela Anistia “ampla, geral e irrestrita”. Além disso, houve a entrada na cena pública de novos movimentos sociais como, por exemplo, o sindical, o feminista, o negro, dentre outros.

¹²¹ Conjunto de marchas ocorridas em várias cidades brasileiras entre 19 de março e 08 de junho de 1964 para marcar o apoio ao golpe civil-militar de 01 de abril de 1964. Protagonizadas notadamente por setores

protestos de oposição como a Passeata dos Cem Mil¹²² diferentes concepções, pensamentos e valores coexistiram. Transformando-se no decorrer dos anos em virtude das modificações que ocorreriam na sociedade e nos governos civis-militares, como, por exemplo, a inserção de novos personagens na cena pública – ex. mulheres, trabalhadores/as, negros/as, etc.- e os conflitos internos na cúpula militar acerca dos rumos que a abertura política seguiria, a análise historiográfica dos posicionamentos e culturas políticas existentes naquele período permite observar como alianças, comportamentos e discursos foram construídos e legitimados em diferentes espaços, como, por exemplo, as páginas de periódicos.

A definição do historiador francês Serge Bernstein do conceito de cultura política apresenta contribuições teórico-metodológicas na percepção de como sistemas de valores, referências e símbolos foram apropriados e, até mesmo, entraram em conflito. Bernstein pondera que:

Para os historiadores, a noção de cultura política tem uma acepção bem diversa. Por meio de seus estudos empíricos, eles constatam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representação coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos. Existe, é claro, uma estreita relação entre esses sistemas e a cultura global de uma sociedade, seus comportamentos coletivos, suas normas e valores. A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político. (BERNSTEIN, 2009, p.32).

Ao dedicar-se a compreender como elementos da esfera do político se manifestam e se integram nos diferentes âmbitos da sociedade, o conceito de cultura política permite refletir sobre como representações, ideias e imaginários existentes no campo político encontram reverberações e adesões em diferentes grupos sociais que a legitimam e a internalizam. Mutável, a cultura política é um fenômeno coletivo que se adapta aos movimentos do social e seu conteúdo procura oferecer respostas aos problemas do presente. Sua função está relacionada com a constituição da base do pertencimento político a partir da identificação do indivíduo com o discurso, a ótica de análise e do partilhamento, entre outras coisas, dos objetivos que determinada cultura política propõe (BERNSTEIN, 2009, p. 38-45).

conservadores da sociedade civil e do Clero, essas marchas mobilizaram as pessoas que eram favoráveis ao governo civil-militar e contra a suposta ameaça comunista que assolava o país naquele momento. A edição florianopolitana deste evento foi realizada no dia 17 de abril de 1964.

¹²² Organizada pelo movimento estudantil da cidade do Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil aconteceu no dia 26 de junho de 1968 na capital carioca. Ocorrida em virtude do assassinato do estudante secundarista Edson Luiz Souto no Restaurante Universitário Calabouço da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pelas forças repressivas, a manifestação contou com a presença de estudantes, intelectuais e artistas que protestavam contra o regime que estava vigente.

No caso do regime civil-militar brasileiro instaurado em 1964, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta afirma que a “coalizão” que efetivou o golpe para a derrubada do então presidente João Goulart era ampla e heterogênea, sendo seu ponto em comum a remoção de Goulart do poder para barrar o processo de, nos termos da época, comunização do país. Sem projetos claramente definidos para o futuro, esses grupos apresentavam interesses semelhantes que estavam relacionados com a defesa de interesses sociais, políticos, econômicos e culturais e viam nos projetos e propostas de Goulart uma porta de entrada para o comunismo no Brasil, afinal, naquele momento, o cenário político mundial era marcado pela Guerra Fria¹²³ que opunha democracia de um lado e comunismo do outro. Vendo seus objetivos ameaçados, a “coalizão” golpista associou-se às corporações militares para impedir o prosseguimento do governo que estava em andamento, fato que foi consumado na noite do dia 31 de março para a madrugada de 01 de abril de 1964. No entanto, embora apresentasse similitude no tocante ao anticomunismo, os grupos que arquitetaram o golpe civil-militar não possuíam um projeto perfeitamente delineado para o que seria feito na sequência da queda de Goulart, sendo muitas das decisões que determinariam os rumos do processo de consolidação da cúpula militar no poder tomadas no calor dos acontecimentos e das lutas e pressões que haviam sido travadas ao longo dos anos predecessores do golpe (MOTTA, 2014, p. 49-50).

A consolidação política do regime civil-militar foi marcada por ambiguidades e paradoxos, ainda de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta. Em jogos de acomodações e negociações políticas — um dos traços característicos da cultura política brasileira —, os grupos apoiadores do golpe foram inseridos nas estruturas de poder. Mesclando, ao mesmo tempo, desejos modernizadores ligados ao anseio de desenvolvimento econômico e tecnológico do país e conservadores relacionados com a manutenção da ordem social vigente e dos valores considerados tradicionais — por exemplo, defesa da moral e dos bons costumes e da religião católica —, a ditadura civil-militar teve como inspirações ideológicas de três vertentes: o nacionalismo autoritário, o liberalismo e o conservadorismo. Embora distintas entre si, o elo entre elas durante o período ditatorial foi o anticomunismo. No íterim dessas discussões acerca das configurações políticas que eram assumidas, o autoritarismo era presente em diferentes faces, desde a repressão dos inimigos do Estado até a implementação dos projetos modernizadores pretendidos (MOTTA, 2014, p. 50-51). Nesse sentido, Motta afirmou que:

¹²³ Iniciada logo após o término da 2ª Guerra Mundial em 1945, a Guerra Fria foi um conflito não armado caracterizado pela disputa entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos de um lado e pelo bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de outro lado. Com a queda do muro de Berlim em 1989, a guerra foi oficialmente encerrada.

O Estado autoritário foi marcado por indefinições ideológicas, dividido entre assumir-se como uma ditadura ou conciliar princípios liberais, ao passo que oscilava entre o nacionalismo desenvolvimentista e os princípios do livre-mercado. Ao mesmo tempo que demonizou o “populismo” de seus antecessores, a ditadura não só manteve intactas, como também ampliou as estruturas corporativas herdadas, além de ter criado um sistema previdenciário universal, sob o controle do estado (MOTTA, 2014, p.50).

A presença de diferentes matrizes ideológicas no aparelho do Estado durante a ditadura civil-militar torna complexa a definição sobre qual era efetivamente seu caráter político. A adoção de práticas políticas provenientes das três vertentes que compunham as estruturas governamentais mostra-nos a necessidade de arranjos, acomodações e negociações para manter o regime em meio a disputas de concepções e ideias, o que, por vezes, resultava em ações e atitudes paradoxais como, por exemplo, no tocante à reforma universitária, pois se de um lado havia a batalha por parte de líderes para melhores condições de trabalho para os professores, de outro a máquina repressiva demitia e causava a sensação de insegurança. Nesse sentido, precisar aspectos da cultura política dos tempos ditatoriais perpassa o reconhecimento de que ela não era homogênea e que suas decisões eram resultantes, entre outras coisas, da busca de legitimação social e da desmoralização de seus opositores, reconhecendo que as tramas políticas de acomodação no poder eram recorrentes para alcançar tais objetivos (MOTTA, 2014, p. 54-55).

Concomitante à cultura política que perpassava a cúpula militar e seus apoiadores, movia-se uma cultura política desenvolvida no interior das esquerdas brasileiras do período que tinha como ponto em comum o desejo de fazer frente à ditadura civil-militar, conforme afirmou o sociólogo Marcelo Ridenti (RIDENTI, 2014, p. 33). Também plurais, os movimentos de esquerda organizaram diferentes formas de se contrapor, resistir e contestar o regime que estava vigente. Seja através da criação de organizações como, por exemplo, a Ação Popular (AP), o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), pela publicação de periódicos alternativos como o *Pasquim*, *Movimento*, *Afinal*, pela atuação de entidades como os sindicatos como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo ou ainda pelos movimentos sociais como o negro ou o feminista, as esquerdas protagonizaram discussões políticas acaloradas sobre os rumos que o país deveria seguir tanto para alcançar a derrocada militar do poder quanto para os caminhos que seriam percorridos dali para a frente. Além disso, no interior das reflexões feitas pelas esquerdas, o respeito aos direitos humanos, a contrariedade ao conservadorismo político e econômico e o desejo de transformarem a realidade, eram presentes. Embora com divergências por vezes intransponíveis no tocante

aos caminhos e formas da condução de uma possível revolução, os movimentos de esquerda possuíam uma luta em comum que as unia: a queda do regime civil-militar.

Na seara das problematizações sobre o cenário político e suas reverberações na sociedade, os periódicos alternativos veicularam reportagens em que o confronto entre a cultura política que circulava entre a cúpula militar e a cultura política das esquerdas, de modo geral, era presente. No caso específico do jornal *Afinal*, esse embate de culturas e posicionamentos políticos foi publicado, por exemplo, em matérias referentes ao processo da abertura política “lenta, segura e gradual”, em cartas que abordavam o trabalho desenvolvido pela imprensa alternativa e ainda em editoriais que procuravam elucidar acerca da conjuntura do presente em que o jornal estava circulando.

Na 2ª edição¹²⁴, o jornal *Afinal* publicou uma matéria de autoria de Orlando Tambosi cujo título é: “Aviso aos corvos: chega de falar em retrocesso”. Nela, foi discutida sobre como o processo de abertura política, que já tinha sido anunciado em 1974 e ainda não estava concretizado, era alvo de disputas nos mais variados âmbitos, sendo a imprensa — de modo geral — um espaço de divulgação de posicionamentos e, conseqüentemente, de confrontos. O conteúdo dessa matéria permite observar os embates travados entre quem defendia o fechamento do regime e quem era a favor da concretização da volta da democracia enquanto regime político. Se de um lado prevalecia o interesse em manter as estruturas políticas e os jogos de acomodação e interesses proporcionados pelos governos militares, do outro vigorava o anseio pelo término da ditadura civil-militar e a retomada das liberdades democráticas. Procurando rebater um posicionamento veiculado na grande imprensa florianopolitana que elucidava que o comportamento popular poderia comprometer os rumos da abertura política, Tambosi afirmava que:

Essa ladainha aumentou com a greve no ABC paulista, que originou inclusive uma confrontação entre o regime militar e a Igreja Católica. Esquecem-se os propagadores do retrocesso (saúde: são os únicos que teriam a ganhar com isso) que aquilo que se convencionou a chamar de abertura não é colher de chá do governo, mas imposição da sociedade civil. E que, para retornar ao “status que ante”, não basta um simples decreto. A organização e consciência do movimento dos metalúrgicos paulistas (que se formou apesar da repressão, e à margem do peleguismo oficial e do Partido Comunista, que se auto-proclama a vanguarda das massas trabalhadoras) é a prova disso. Assim como a passeata dos 100 mil, a 1ª de maio.

Decididamente, não há condições para uma espécie de “pinochetazo”. Não que falem candidatos e bases de apoio para uma escala ultra-direitista: o pau que comeu solto sobre os metalúrgicos — e que ninguém do regime assumiu — não deixa dúvidas. A verdade é que as circunstâncias, neste agitado 1980, em nada se assemelham às de 64 e mesmo às de 68. Simplificando: em 64, golpe maior sofreram os políticos; em 68, foi a vez dos intelectuais e da classe média; em 80 os

¹²⁴ A 2ª edição é referente ao mês de maio de 1980.

trabalhadores é que seriam crucificados, e com eles setores progressistas da Igreja Católica. (*AFINAL*, maio de 1980, p. 19).

A exposição de Tambosi acerca da indefinição dos rumos políticos que o país apresentava apontou para culturas políticas que se confrontavam e se adaptavam na tentativa de oferecer respostas aos problemas presentes que, neste caso, envolviam o delineamento da abertura política. Ao pontuar que existia tanto uma base de apoio para uma guinada à direita do processo de abertura quanto movimentos sociais organizados que lutavam pela restauração da democracia, o autor da reportagem demonstrou que o cenário político brasileiro da época era marcado por incertezas e disputas, onde interesses e expectativas do que viria a acontecer eram presentes. Ou seja, direita e esquerda buscavam, cada uma ao seu modo, mecanismos para que seus objetivos fossem logrados. Ao chamar a atenção para o cenário de manifestações e lutas protagonizado pela sociedade civil no ano de 1980, Tambosi inseriu historicidade ao momento na medida em que discorreu acerca dos diferentes alvos do aparelho de repressão do Estado ao longo daqueles anos, uma vez que, segundo o jornalista, em 1964 políticos foram visados, em 1968 foram os estudantes e a classe média e em 1980 eram os trabalhadores e setores progressistas da Igreja Católica. Nesse sentido, além destacar os âmbitos autoritários e repressivos da ditadura civil-militar, foi enfatizado pela reportagem que, desde a instauração dos governos militares, houve setores perseguidos por conta das oposições que faziam ao regime e das posições políticas por eles defendidas, as quais destoavam dos ideários militares.

Deste modo, ao exemplificar no decorrer de sua reportagem os diferentes grupos que foram perseguidos pela ditadura civil-militar, Orlando Tambosi apontou para a dupla constatação de que os inimigos do Estado mudavam conforme a relevância que adquiriam na conjuntura sociopolítica nacional e que, ao longo da passagem dos anos, o regime sofreu alterações nos modos de se legitimar e de se relacionar com seus adversários. Com a paulatina necessidade de os militares angariarem e fortalecerem os apoios advindos dos diferentes setores da sociedade civil, as formas de se dialogar com as oposições variavam de acordo com o objetivo desejado. Transitando entre negociações e confrontos, “as oposições e a ditadura na sociedade brasileira devem ser compreendidas de modo relacional, envolvendo zonas intermediárias entre colaborar e resistir” (RIDENTI, 2014, p. 30).

No decorrer dos 21 anos em que a ditadura civil-militar esteve vigente, diferentes maneiras de se opor a ela existiram. Seja através das organizações da esquerda armada, dos grupos clandestinos, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de produções artísticas ou dos movimentos sociais tais como o negro; o feminista; o sindical, ações e ideias contra

posicionamentos e ações do regime instaurado foram formuladas e disseminadas com o intuito principal criticá-lo e derrubá-lo. Embora presentes em todos os momentos da vigência do regime civil-militar, tanto as oposições quanto situação não foram homogêneas em suas atitudes e atuações ao longo dos anos e procuravam, cada uma a seu modo, meios de conquistar adeptos e simpatizantes as suas causas. Em tempos caracterizados por acirradas polarizações sociopolíticas, angariar apoios e difundir seus pensamentos e objetivos estava na ordem do dia.

Procurando não apresentar ao seus/suas leitores/as o período da ditadura civil-militar como uno e linear, o jornal *Afinal* buscava compreender e apresentar, ao longo de suas edições, as singularidades de cada fase dessa experiência ditatorial iniciada em 1964, ciente, contudo, que a mesma ainda não estava encerrada uma vez que a abertura política “lenta, segura e gradual” e o consequente retorno do regime democrático ainda não estavam consolidados. Ao chamar a atenção as diferentes formas de repressão que o Estado Brasileiro desenvolveu o jornal *Afinal* convidou aos catarinenses a reflexão acerca de como as redes de relações políticas e suas articulações eram um elemento essencial na manutenção dos militares e de seus ideais no poder por mais de uma década. Seu enfoque nas variadas consequências que tais mecanismos de perpetuação de poder tinham tanto para a população estadual quanto para a população nacional era um elemento que o distinguiu dos principais jornais produzidos em Santa Catarina, tais como *O Estado* e *A Gazeta*.

Ressalta-se, conforme o afirmado acima, que as análises apresentadas do seu tempo presente eram um aspecto que diferia, de modo geral, o jornal *Afinal* de seus contemporâneos. Entretanto, o seu período de circulação e a forma como seus fundadores procuravam viabilizar o projeto editorial do periódico também eram características que lhe conferiam singularidades no cenário do jornalismo catarinense.

Sua fundação em 1980, poucos meses após ter ocorrido em Florianópolis a Novembrada, o insere em um conjunto de lutas que estavam se desenvolvendo e ganhando relevância no espaço público. Conforme o pontuado no primeiro capítulo desta dissertação, a censura que os jornalistas fundadores do jornal *Afinal* sofreram por conta da matéria que estavam produzindo para o jornal *O Estado* acerca da Novembrada e suas posteriores demissões os impulsionara a elaborar um projeto jornalístico em que haveria uma ruptura com as conservadoras oligarquias sociopolíticas locais que influenciavam diretamente o que era veiculado na imprensa catarinense. O perfil combatido dos jornalistas da equipe do jornal *Afinal*, suas relações pessoais e profissionais com pessoas ligadas ao campo progressista tanto de Santa Catarina quanto de outros estados, principalmente, os da região Sul do país – Rio

Grande do Sul e Paraná - e suas anteriores trajetórias de militância política ajudaram a delinear o tom crítico adotado pelo periódico em suas publicações.

Somado aos fatores acima mencionados, a vasta quantidade de denúncias feitas por múltiplos setores da sociedade acerca das atrocidades cometidas pelo regime vigente contra as oposições fomentou os esforços dos jornalistas em trazer para o seu público leitor discussões e informações que contextualizassem historicamente o momento presente bem como relembresse que a ditadura civil-militar ainda sobrevivia apesar dos contínuos esforços para derrubá-la. Além disso, ao mostrar claramente como a esfera política nacional era envolta de acirradas disputas cujos desfechos ainda não eram conhecidos, o periódico procurava fazer um jornalismo engajado e posicionado com as demandas políticas provenientes das necessidades e carências enfrentadas pela população. Assim, embora conscientes da existência dos riscos de repressão que poderia sofrer por conta de sua postura, o jornal *Afinal* se esforçava cotidianamente para somar nas lutas e ser um espaço de apoio e divulgação das mesmas.

Nesse sentido, retomando as discussões presentes no trecho da reportagem - anteriormente transcrito-, “Aviso aos corvos: chega de falar em retrocesso” - as resistências e contraposições à ditadura civil-militar foram existentes desde a sua instauração. Ao chamar a atenção para a existência de variados posicionamentos políticos no interior das esquerdas brasileiras, Orlando Tambosi indicou um contexto político com uma pluralidade de concepções política com um objetivo em comum: o fim do regime ditatorial. Contudo, se por um lado foi chamada a atenção para a heterogeneidade das posições das esquerdas, por outro lado a homogeneização dos diferentes posicionamentos políticos defendido pelos militares e seus apoiadores foi feita. Destacando o aspecto repressor e autoritário do regime na medida em que houve, por exemplo, uma forte represália aos metalúrgicos paulistas, à matéria retratou que a possibilidade de interromper o processo de abertura era cogitada por parte de setores mais conservadores, mas que sua eficácia – na perspectiva adotada pela reportagem- seria nula por conta, especialmente, das manifestações que a sociedade civil vinha organizando pelo fim da ditadura. Desse modo, Tambosi encerrou seu texto afirmando que:

“Sorry”, tecnoburocratas, direitistas hidrófobos et caterva, mas o tempo de vocês já está passando. Só lhes resta mesmo torcer para que o neomacarthysta Ronald Reagan (bater três vezes na madeira e fazer figa) chegue à Casa Branca. Quanto aos corvos de mau agouro que infestam a “grande imprensa”, que parem de escrever tanta bobagem. Já era tempo de terem aprendido que a história não se passa apenas nos bastidores do Palácio do Planalto ou das assembleias de pedessistas. Quem insistir no “retrocesso” leva desde já o Troféu “Cassetete de Peroba” do ano, com direito a um fim-de-semana no palácio do interventor Maluf. (*AFINAL*, maio de 1980, p. 19).

A forma como Tambosi se referiu a grande imprensa e aos setores direitistas é um exemplo de como a homogeneização dos posicionamentos dos setores conservadores da sociedade brasileira foi realizada. Ao colocar dentro do mesmo espectro político a grande imprensa, o Palácio do Planalto e as assembleias pedessistas, o autor da reportagem deixa de reconhecer que cada segmento dos acima citados possuía suas especificidades e maneiras de compreender o momento político que o país atravessava. Nesse sentido, o modo narrativo com que o trecho acima foi construído, por mais que mencione variados atores políticos, não os distingue entre si uma vez em que há a utilização de uma prática discursiva que busca unificar, para o seu público leitor, todas as atitudes empreendidas pela direita brasileira afim de que elas sejam refutadas e combativas nos mais diferentes espaços.

A publicação deste tipo de reflexão no jornal *Afinal* possibilita perceber como os embates travados entre os defensores e críticos estavam envoltos de conotações políticas e concepções de mundo. A busca por legitimar-se no cenário público levou as esquerdas e as direitas a utilizar os meios de comunicação enquanto uma ferramenta de divulgação de seus ideários e pontos de vistas. De acordo com o historiador Reinaldo Lohn (LONH, 2014, p.9), as narrativas jornalísticas demonstram, entre outras coisas, o quanto o presente é uma “uma lacuna e uma impossibilidade inacabada entre o passado e o presente” (apud PEREIRA, 2009, p.230). Ou seja, ao não se ter clareza acerca dos rumos políticos que o processo de abertura política seguiria, os materiais jornalísticos produzidos naqueles anos procuraram mostrar os diferentes caminhos em disputa e posicionar-se, na medida do possível, ao lado de uma das opções existentes. Além disso, ao salientar que o presente como uma dimensão temporal inacabada, Lohn chama a atenção para a percepção dos movimentos que a História apresenta, os quais são apreendidos também pelas narrativas jornalistas.

Nesse sentido, por se um ambiente propício para debates acerca tanto do presente quanto do futuro, o jornal *Afinal* procurou apresentar análises e posicionamentos alinhados com os ideários democráticos contrapondo-se, deste modo, aos valores defendidos pela ditadura civil-militar que estavam relacionados, por exemplo, com o cerceamento das liberdades de expressão. Além disso, as páginas do periódico eram favoráveis às organizações civis de todo o país que lutavam pela consolidação do processo de abertura e a veiculação de matérias que tornavam públicas as ações promovidas por esses grupos era um modo de somar-se nas lutas que vinham sendo desenvolvidas.

Mais ainda, ao apresentar e discutir a conjuntura em que se desenrolavam as atitudes em prol da volta democracia, o jornal *Afinal* centrou sua perspectiva em destacar os esforços

empreendidos em um contexto que era ainda permeado por possibilidades de uso arbitrário da legislação e do aparelho repressivo. Nesse sentido, embora o periódico tenha se colocado ao lado das lutas democráticas e as abordado em suas variadas manifestações, ao discorrer sobre os traços que fundamentavam o regime civil-militar a predominância dada para a face autoritária acabou por colocar em segundo plano outras características políticas tais como o conservadorismo sociocultural da época.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2001/2002), um elemento fundamental para a manutenção dos valores conservadores na sociedade brasileira durante o regime civil-militar foi a atuação da chamada indústria anticomunista. O temor provocado por um suposto avanço do comunismo em terras brasileiras fez surgir uma série de ações e práticas¹²⁵ que visavam forjar na opinião pública o sentimento de que era eminente a tomada do poder pelos comunistas caso eles não fossem constantemente combatidos, o que, na interpretação do autor, foi um dos argumentos utilizados “para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional” (MOTTA, 2001/2002, p. 73), tal como ocorreu em 1964 com o golpe de Estado que levou a instauração da ditadura civil-militar. Concomitante a presença da indústria anticomunista - enquanto um aglutinador e difusor de ideais conservadores -, o fortalecimento de setores da Igreja Católica que apoiaram a chegada dos militares no poder também auxiliou na manutenção e propagação de tal agenda conservadora pois as manifestações públicas tais como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade difundiram que a religião católica, a família e a democracia corriam perigo diante do aumento da presença comunista no Brasil.

Em Santa Catarina, as reverberações do contexto nacional acima apontado procuravam reforçar que o estado estava alinhado com as pautas propostas pelos governos civis-militares no tocante a legitimidade do golpe, do combate ao comunismo e a preservação de valores tradicionais como a família e a religião católica. De acordo com o historiador Reinaldo Lohn (2016), a imprensa florianopolitana procurou retratar que a cidade estava em sintonia com o golpe civil-militar deflagrado na madrugada do dia 31 de março para 1º abril de 1964. Além disso, Lohn cita que no dia 17 de abril de 1964 aconteceu a “Marcha da Vitória” que “reuniu milhares de pessoas, que demonstraram fé e, principalmente, fidelidade à estrutura de poder” (LOHN, 2016, p. 246). Pautado por um conservadorismo tanto político quanto sociocultural, Santa Catarina e seus principais veículos de comunicação - que possuíam as principais

¹²⁵ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, as principais atitudes para a propagação de que o Brasil se encontrava diante de uma ameaça comunista esteve relacionado com o uso do próprio termo “comunista” para se referir a pessoas consideradas inimigas, à veiculação de notícias as quais mencionavam a existência de relações com o bloco soviético e a divulgação, por partes de setores da Igreja Católica, de informações que atestavam que o comunismo objetivava destruir a religião e a família.

oligarquias políticas locais enquanto seus financiadores – silenciavam as atrocidades e violações dos direitos humanos cometidos ao longo dos anos pela cúpula civil-militar que estava no poder desde 1964. No entanto, essa realidade começou a ser paulatinamente transformada pelo anúncio da abertura política em 1974 onde denúncias e questionamentos acerca da repressão, de torturas e desaparecimentos políticos eram feitos em espaços como os jornais da imprensa alternativa tais como o próprio jornal *Afinal*.

Deste modo, além da reportagem da 2ª edição, o editorial da 5ª edição¹²⁶ do jornal *Afinal* novamente reforçou que a ditadura civil-militar tinha como um de seus traços políticos mais marcantes a repressão contra seus opositores. A partir da menção dos atentados que bancas de jornais estavam sofrendo no ano de 1980, o periódico elucidou como a imprensa alternativa era um alvo das forças repressivas e como ele, assim como os outros alternativos, inseriam-se nas lutas pela restauração da democracia.

A atual conjuntura política do país, alfinetada por atentados terroristas de direita contra bancas de revistas e personalidades da oposição, nos coloca diante de uma nova realidade política. É preciso fortalecer a resistência, não recuar sob o bastão dos agressores. Demonstrar que o limite de nossas forças só poderá ser questionado quando o povo brasileiro tiver assegurado em suas mãos o próprio destino. Nesse sentido, a imprensa alternativa e independente cumpre um papel circunstancial, enfrentando os altos custos da produção para que questões populares não sejam escanteadas pelos donos do poder e dos meios de comunicação. *AFINAL* continuará lutando para que o monopólio da informação não seja propriedade dos abutres da riqueza nacional. Nossas páginas não sofrerão qualquer transformação para fazer o jogo da candura política proposta pelos exploradores da miséria, através de seu braço armado terrorista. A palavra de ordem é resistir até a conquista das plenas liberdades democráticas (*AFINAL*, setembro de 1980, p.2).

No editorial acima transcrito, para além do enaltecimento do trabalho realizado pela imprensa alternativa no tocante à divulgação de informações referentes às diversas situações em que a população se encontrava submetida, é possível observar que nos embates travados entre quem almejava a permanência do regime e quem desejava o seu término os contendores tomavam a imprensa enquanto um campo de disputas por legitimidade junto à opinião pública. Por se tratar de um jornal alternativo, as críticas tecidas à grande imprensa e suas ligações com as altas esferas de poder eram recorrentes na medida em que, na leitura feita pelo jornal *Afinal*, havia um monopólio do que seria veiculado como notícia por esses meios de comunicação.

Nesse sentido, opondo-se as práticas e posicionamentos da grande imprensa e seus aliados, a imprensa alternativa buscava trazer para a esfera pública reflexões que procuravam expor, entre outras coisas, o envolvimento popular nas lutas pela restauração da democracia,

¹²⁶ A 5ª edição é referente a setembro de 1980

uma vez que se tratava de manifestações que tinham em si um caráter político. Exemplificando o autoritarismo e a repressão presentes no regime civil-militar a partir dos ataques contra bancas de revistas que vendiam periódicos alternativos, o jornal *Afinal* permitiu visualizar que os confrontos entre culturas políticas dava-se em vários ambientes sendo as publicações da imprensa um lugar de acentuadas discussões na busca pela divulgação de valores e expectativas para o presente e o futuro.

Na busca por não repetir as arraigadas estruturas que configuravam a grande imprensa catarinense do período principalmente no tocante às próximas relações estabelecidas com as oligarquias políticas que estavam no poder e com a questão da censura e/ou autocensura, o Jornal *Afinal* procurou pautar-se – ao longo de toda a sua trajetória - por valores relacionados à liberdade de imprensa e a ampla divulgação de informações da vida política e cotidiana da cidade e do estado. Essa forma escolhida para praticar o jornalismo fez com que o periódico desafiasse o *status quo* existente e pudesse se constituir enquanto um modo de fazer oposição aos tempos que o Brasil atravessava.

Ao noticiar o que a grande imprensa nacional e estadual omitia, o jornal *Afinal* trazia para o conhecimento público as negociações e acordos que eram feitos no interior das esferas de poder. Na medida em que expunha nomes, documentos e dados em suas reportagens, o periódico mostrava que era possível realizar no conservador estado de Santa Catarina um projeto jornalístico que visava opor-se aos ditames e posicionamentos oficiais uma vez que suas lutas e ideais eram partilhados por variados segmentos da população que, ao comprar o jornal, lhes demonstravam simpatia e/ou apoio. Cabe salientar, contudo, que tal empreendimento foi viável também graças à existência de vínculos com grupos e pessoas ligados a setores progressistas do estado que forneciam fontes para a construção das matérias uma vez que possivelmente tais sujeitos viam no jornal *Afinal* uma possibilidade de mostrar a população as arbitrariedades e corrupção que assolavam o país.

As complexas relações existentes entre mídia e política foram analisadas pelo cientista político Luiz Felipe Miguel (2002). Ao afirmar que a mídia é um agente político relevante no mundo contemporâneo, o autor convida-nos a refletir acerca do alcance e espaço que os meios de comunicação ocupam nos jogos políticos em nosso tempo. A partir da definição de campo proposta pelo sociólogo Pierre Bourdieu, Miguel explora as particularidades dos campos político e midiático sem perder de vista as imbricações entre eles. Salientando que a mídia - em suas mais diferentes formas- é por si só uma esfera de representação política, é constatado que o acesso a elas está relacionado a fatores como: capital político, capital cultural e relevância temática. Nas palavras do cientista político:

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* [grifo do autor] das vozes da sociedade, mas esta representação tem um viés. (MIGUEL, 2002, p. 163).

Ao chamar a atenção para as questões da representação e do viés adotado, Miguel alerta aos pesquisadores para a necessidade de compreender esses dois aspectos quando se realiza uma pesquisa com mídias uma vez que eles são circunstanciais para o entendimento das relações entre o campo midiático e o campo político no contexto em questão estudado. Em diálogo com Luiz Felipe Miguel, o historiador Jean Noël Jeanneney destaca a importância de atentar para os vínculos múltiplos que a mídia estabelece com os diferentes atores do social (JEANNENEY, 2003, P.222-223). Ou seja, as relações tecidas entre os campos midiático, político e social são elementos fundamentais para problematizar os papéis desempenhados pelos diferentes veículos de comunicação na contemporaneidade.

No caso da abertura política “lenta, segura e gradual” que vinha se desenhando no Brasil desde 1974, os meios de comunicação apresentaram um papel importante no desenrolar do processo, seja pautando a agenda como foi feita pela grande imprensa, seja fazendo contraposições e críticas aos rumos que o país estava tomando, como foi o caso da imprensa alternativa. Deste modo, no desenvolvimento de estudos sobre as mídias e suas interfaces com a política, deve-se observar a presença de culturas políticas que fundamentam e sustentam as posições defendidas, sem esquecer, entretanto, que os veículos de comunicação são também espaços de disputas e de poder que podem legitimar ou não determinados pontos de vista.

Nesse sentido, os posicionamentos em favor da restauração da democracia adotados pelo jornal *Afinal* na hora de construir as argumentações presentes em suas reportagens e editoriais - que apresentavam reflexões acerca da conjuntura política nacional do período em que estava em circulação -, apontavam para uma batalha existente entre os defensores do regime que almejavam a sua manutenção e seus opositores, os que desejavam a volta da democracia. Somando-se nas lutas de viés democrático, o periódico buscou enfatizar a face repressora e autoritária da ditadura civil-militar no combate aos movimentos populares que lutavam por melhores condições de vida e pela queda do regime vigente. Com o intuito de mostrar ao seu público leitor que o campo político era marcado por intensas disputas, o jornal apontava que coexistiam pelo menos duas culturas políticas dominantes no período, as quais procuravam mecanismos de legitimação e inserção social. Assim, embora o jornal *Afinal* tenha discutido em suas páginas, de modo geral, como as culturas políticas democrática e

autoritária confrontavam-se no âmbito da nação, sua atenção voltou-se principalmente para o seu estado de origem, Santa Catarina.

Além de discorrer sobre como o governo de Jorge Konder Bornhausen era representante de uma cultura política marcada pelo arbítrio, autoritarismo e pelo favorecimento e proteção de seus aliados, o jornal *Afinal* publicou reportagens sobre eventos traumáticos que apresentavam relações com o estado de Santa Catarina e que foram anteriores ao início de sua circulação como, por exemplo, o assassinato do militante trotskista Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter, em 1972, nos porões do DOI-CODI de São Paulo; a Operação Barriga Verde deflagrada em 1975 contra pessoas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); e a Novembrada, que aconteceu em 1979. Estimulados pela onda de denúncias que estava sendo em todo o Brasil em virtude da violação dos Direitos Humanos, dos desaparecimentos e do aparato de repressão utilizado pelo Estado brasileiro, o periódico procurou mostrar ao seu público leitor que essas situações ocorreram em terras catarinenses ao longo de toda a permanência dos militares no poder.

Reafirmando essencialmente o caráter arbitrário e repressor do regime, as matérias acerca desses acontecimentos também apontavam para a existência de lutas e engajamentos pela volta da democracia desde a instauração e consolidação da ditadura civil-militar. Deste modo, a análise de como o jornal *Afinal* abordou em suas edições tais acontecimentos oferece indícios de como os embates travados entre culturas políticas em nível nacional se desenrolaram no estado.

3.2 - Eventos traumáticos em Santa Catarina e a percepção de posicionamentos políticos

Uma das características da ditadura civil-militar foi a arquitetura repressiva montada para neutralizar, combater e aniquilar seus opositores. Conforme afirma a historiadora Mariana Joffily, a criação de órgãos como o Sistema Nacional de Informação (SNI), em junho de 1964, o Centro de Informações do Exterior (Ciex), em 1966, além das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e Divisões de Segurança e Informações (DSIs), que datam de 1967, exemplificam os esforços militares para o enfrentamento de seus inimigos. Embora nem todos esses órgãos atuassem diretamente nas ações de repressão política como eram os casos do SNI e dos DSIs, suas contribuições ligadas à obtenção de informações para uma condução mais eficiente dos interrogatórios era fundamental para a estrutura repressiva elaborada pelo regime civil-militar. Entretanto, o desenvolvimento das estratégias utilizadas

pela ditadura civil-militar perpassou a discussão sobre quais seriam os tratamentos despendidos aos seus adversários. Situados no território nacional, os desafetos do Estado que estava se consolidando eram cidadãos provenientes da sociedade civil impregnados, entre outras coisas, de ideais comunistas os quais buscavam disseminar para a população através, por exemplo, da propaganda revolucionária e da preparação para a guerrilha, ou seja, a ameaça era interna e precisava ser combatida. O caminho escolhido pela repressão para enfrentá-los foi a unificação dos comandos policiais e militares, a atuação pelo viés psicológico e pelo controle de informações que possibilitassem um conhecimento profundo do adversário no intuito de prever suas atitudes para miná-las (JOFFILY, 2014, p. 160-161).

Em Santa Catarina, o aparato repressivo ditatorial agiu contra a população catarinense em pelo menos várias ocasiões, das quais é possível destacar três: o assassinato do militante trotskista Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter, em 1972, em São Paulo; a Operação Barriga Verde de 1975; e, por fim, em 1979, na chamada Novembrada. O jornal *Afinal* começou a circular em maio de 1980, portanto após esses eventos já terem acontecido. Entretanto, ao veicularem reportagens sobre eles, o periódico realizou discussões acerca das reverberações políticas que as ações de resistência ao regime apresentavam bem como permitiu a visualização dos modos os quais a repressão atuava no combate aos seus inimigos. Mais ainda, a publicação desse tipo matéria é elucidativa para problematizar que o choque entre as culturas políticas defendidas tanto pela cúpula militar quanto pelos seus adversários não é exclusividade do período de abertura política “lenta, segura e gradual”, pelo contrário, essa disputa acompanhou os 21 anos de vigência do regime civil-militar e foi também presente em SC.

A instauração dos governos civis-militares a partir de 1º de abril de 1964 mobilizou setores da sociedade contrários ao movimento golpista que manifestaram seu descontentamento e oposição das mais diferentes formas e nos mais variados espaços. Vertentes estudantis, da Igreja Católica, de artistas, de intelectuais, além da esquerda armada e da imprensa alternativa são exemplos de grupos que posicionaram abertamente contra a ditadura civil-militar e foram alvos, em diferentes níveis, do aparelho repressivo montado pelo Estado brasileiro, conforme aponta o *Projeto Brasil Nunca Mais*¹²⁷. Realizada entre 1979 e 1984, a pesquisa resultou no livro *Brasil Nunca Mais*, cuja primeira edição data de 1985 e é

¹²⁷ O projeto Brasil Nunca Mais se dedicou a estudar a repressão política que foi presente ao longo de toda a vigência do regime civil-militar instaurado em 1964 e findado em 1985. A partir da perspectiva dos Direitos Humanos foi examinado um conjunto de processos que tramitaram no Superior Tribunal Militar (STM) entre abril de 1964 e março de 1979. O livro resultante deste projeto intitula-se “Brasil Nunca Mais” e foi publicado pela Editora Vozes em 1985.

prefaciada pelo Arcebispo Metropolitano de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns¹²⁸, uma figura atuante e de destaque no campo progressista brasileiro no período.

De acordo com o apontado no primeiro capítulo desta dissertação, a imprensa alternativa foi um caminho de oposição e resistência que existiu ao longo dos 21 anos da ditadura civil-militar. Adaptando-se as modificações ocorridas no decorrer dos anos, os periódicos alternativos se tornaram espaços constantes de críticas ao regime. Embora poucos jornais alternativos apresentassem duração maior do que um ano, os esforços dos e das jornalistas que neles escreviam tornava possível ao grande público o acesso a reflexões que não circulavam na grande imprensa e nas mídias oficiais bem como constituíam um lugar onde redes de apoios e solidariedade eram construídas na medida em que as pessoas que dela faziam parte apresentavam afinidades, lutas e projetos sociopolíticos em comum.

Cabe ressaltar que, por identificar-se enquanto um periódico alternativo, a posição editorial e os valores defendidos pelo jornal *Afinal* estavam alinhados com os da oposição, o que implicava, entre outras coisas, no enaltecimento e valorização dos movimentos de contestação e no destacar essencialmente da face autoritária e repressora da ditadura, homogeneizando, deste modo, as complexidades e conflitos existentes no interior dos governos militares.

No entanto, ao analisar como o jornal *Afinal* abordou os eventos que ocorreram em Santa Catarina anteriormente mencionados, a discussão realizada pela historiadora Sônia Meneses acerca da operação midiográfica norteou as interpretações que serão expostas na sequência deste subitem. Ao focar nos usos do passado pelo presente pela mídia, a autora defende a hipótese de que a mídia atua em nossos dias como “um tipo de conhecimento específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos, destacando-se, especialmente, a relação entre as três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história” (MENESES, 2014, P. 232). Para comprovar a sua constatação Meneses propõe que a operação midiográfica se divida em dois momentos: “a inscrição de eventos na cena pública e a inscrição de acontecimentos na duração” (MENESES, 2014, P. 232). Deste modo, ao situar primeiro a inscrição do evento na cena pública e para depois inseri-lo dentro de uma determinada historicidade é possível perceber, entre outras coisas, os embates de memória existente no período em questão pesquisado.

¹²⁸ Dom Paulo Evaristo Arns nasceu em 14 de setembro de 1921 no município de Forquilha (SC) e faleceu em 14 de dezembro de 2016 na cidade de São Paulo (SP). Foi Cardeal da Arquidiocese de São Paulo entre 1 de outubro de 1970 e 9 de novembro de 1998. Além disso, foi arcebispo-emérito de São Paulo e protopresbítero do Colégio Cardinalício.

No caso específico da abertura política brasileira iniciada em 1974 e terminada em 1985, as disputas pela memória entre o que lembrar e o que esquecer são envoltas de conotações políticas as quais visavam delinear e definir os caminhos que o processo seguiria. Na medida em que os anos passavam e as lutas populares avançavam, as denúncias acerca das improbidades e abusos cometidos por parte da cúpula militar através de sua estrutura de repressão tornaram-se mais recorrentes, principalmente a partir das esquerdas brasileiras. Com o objetivo de trazer à tona para o debate público com a sociedade como pessoas foram torturadas, mortas ou estavam desaparecidas, as discussões que eram empreendidas carregavam em si desejos de retorno do regime democrático e de que os acontecimentos vivenciados naqueles anos não fossem esquecidos e nem se repetissem no futuro que se delineava.

Nesse sentido, sob o prisma da operação midiográfica visa-se perceber os movimentos realizados entre mídia, memória e história que possibilitaram que o jornal *Afinal* abordasse em suas edições eventos traumáticos que ocorreram antes de sua fundação sem, contudo, desconsiderar que o contexto de sua circulação é um fator relevante na publicação das reportagens que serão reproduzidas abaixo.

Na 2ª edição¹²⁹, o jornal *Afinal* publicou uma matéria intitulada “A morte do trotskista de Nova Orleans”, cuja autoria é de Jurandir Pires de Camargo. No decorrer da reportagem, foram expostos detalhes dos caminhos percorridos pelo casal Pfitzenreuter para a liberação do corpo de seu filho, o militante Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter, que fora morto nos porões do DOI-CODI de São Paulo em 1972 e enterrado nas covas rasas Cemitério de Perus. Os trâmites legais para a liberação do corpo de Rui Pfitzenreuter constituíram uma verdadeira saga para seus pais, cuja ausência de respostas sobre o que efetivamente havia acontecido ainda se fazia presente oito anos depois. De Nova Orleans, sul de Santa Catarina, até São Paulo capital, perpassando ainda pela cidade do Rio de Janeiro, Osvaldo Pfitzenreuter empreendeu esforços na busca por informações de seu filho e as encontrou nos livros do Instituto Médico Legal (IML). A descrição do trajeto percorrido pela família mostra um aparelho repressivo estruturado para o combate de seus inimigos ideológicos.

O mesmo automóvel que veio de Porto Alegre¹³⁰ corta agora as estradas que vão levar até São Paulo, com o casal Pfitzenreuter sofrendo a mesma luta do filho trotskista. A primeira parada foi direto no Dops.
— Quero saber se o meu filho está preso aqui?
— Não está!

¹²⁹ A 2ª edição é referente a maio de 1980.

¹³⁰ A reportagem afirma que antes de ser assassinado em São Paulo, Rui Pfitzenreuter fora preso em Porto Alegre por volta de 1966 e seus pais haviam ido, igualmente, atrás de informações sobre sua prisão.

Pelos corredores daquele casarão na vizinhança da Estação Julio Prestes era somente isso o que as bocas balbuciavam e os homens, disfarçados com suas gravatas, respondiam.

Ninguém, ou melhor, quase ninguém se importava com os gritos e o choro do velho Osvaldo.

Isto até que um sussurro sai rápido pela boca de um homem apressado e amedrontado:

— O meu filho era jornalista da Visão. Eles também sempre negavam mas ele está aí.

A caminhada agora é pelos lados da Rua Tutóia, comando da Operação Bandeirantes, hoje transformada no Doi-Codi do II Exército. Nada!

A viagem se espicha até o Rio de Janeiro. Num escritório do centro da cidade, o advogado Sobral Pin começa a preparar um “habeas corpus”, e também explica que os contatos devem ser diretos, pois o telefone está grampeado. O cardeal dom Ivo Loscheider conforta:

— Estamos numa situação perigosa.

A família Pfitzenreuter está novamente no automóvel, voltando para São Paulo, balbuciando pelos corredores do Dops e da Operação Bandeirantes. Um companheiro de Rui apressa a angústia:

— Senhor deve ir ao IML.

Neste momento o velho Osvaldo já está vasculhando os livros de registro do Instituto Médico Legal de São Paulo. E num daqueles calhamaços de fotos e nomes estava lá, assinalado com duas setas vermelhas: Rui Osvaldo Pfitzenreuter. Preso no dia 15 de abril de 1972 e enterrado no mesmo dia. (*AFINAL*, maio de 1980, p. 10).

O trecho acima transcrito apresenta, para os leitores do jornal *Afinal*, alguns elementos importantes acerca do contexto brasileiro na primeira metade da década de 1970. Com a declaração do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968 uma série de direitos civis foram suprimidos como, por exemplo, a suspensão de direitos políticos de pessoas consideradas subversivas pelas autoridades, a cassação de mandatos e o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Além disso, houve a suspensão do *habeas corpus* para presos políticos. Nessa conjuntura, ocorreu um acelerado aumento dos níveis de repressão e o consequente dismantelamento de grupos e entidades que faziam oposição ao regime, tal como a União Nacional dos Estudantes (UNE).

No íterim dessa efervescência sociopolítica dos anos de 1970, duas frases contidas na reportagem apontavam para os riscos que pessoas simpáticas à oposição ou ligadas a ela corriam naquele período. A primeira frase está relacionada à forma de contato entre o Sobral Pin - advogado que estava preparando o pedido de habeas corpus de Rui Pfitzenreuter - e os pais de Rui. Ao afirmarem que os contatos deveriam ser feitos pessoalmente em virtude de o telefone estar grampeado, o advogado pondera a questão da segurança e da vida de Rui e seus pais uma vez que, caso os órgãos de informação tivessem acesso a informações do que estava sendo combinado entre eles para libertar Rui do cárcere, poderia criar obstáculos para impedi-los de conseguir seu objetivo. A segunda frase, dita pelo cardeal dom Ivo Loscheider, quando encontrou com o casal Pfitzenreuter afirmava que a situação que enfrentavam era perigosa. O reconhecimento por parte do cardeal sobre a periculosidade do momento colocou em primeiro

plano na narrativa da reportagem a discussão sobre a falta de segurança física e jurídica existentes para aqueles e aquelas que se dispusessem de alguma forma a lutar com a realidade que estava sendo imposta pelo regime civil-militar.

Somado as duas frases acima pontuadas, a menção a vários órgãos da repressão aonde foram feitas buscas por Rui Pfutzenreuter demonstrou que a arquitetura feita pela ditadura civil-militar para combater seus inimigos foi extensa e organizada. Ao ressaltar que, nas tentativas de encontrar seu filho, o casal Pfutzenreuter compartilhava de sua luta, a reportagem chamou a atenção para como se contrapor ao regime poderia resultar, em última instância, no término da vida. Em tempos marcados pela censura e pelo cerceamento de liberdades de expressão de professar ideais diferentes, o tornar público as discordâncias existentes em relação à situação ditatorial vigente no país significava correr riscos de sofrer algum tipo de represália, principalmente se houvesse a suspeita por parte do aparato repressivo da existência de algum vínculo com o comunismo e suas vertentes. Em seu diário guardado por seus pais, o militante trotskista de Nova Orleans tinha ciência dos perigos que enfrentava, porém isso não o fez recuar em suas lutas, as quais foram interrompidas quando foi preso e morto.

Deixo aqui lavrada a minha profissão de fé marxista, o meu propósito revolucionário sustentado dentro de trotskismo, de minha luta, de minha integração total, consciente, de minha ação pelo progresso, pelo socialismo. Esta minha decisão foi consciente e nisso estou tranquilo, seguro. E sei dos riscos, dos perigos. Mas também sei que embora me eliminem fisicamente, jamais poderão varrer a minha contribuição, derrubar toda a valiosa herança que deixo à humanidade. (*AFINAL*, maio de 1980, p. 10).

A consciência de Rui perante as suas escolhas e o que elas implicavam demonstrou que suas posturas e crenças nas ideias revolucionárias que estavam em voga na época superavam os medos e incertezas acerca do que viria a ser o seu futuro. Para ele, mais importante do que sua própria vida, eram as contribuições e o legado das lutas empreendidas em prol do avanço socialismo no Brasil. Seus anseios, assim como o de vários outros opositores do regime, colidiram com estruturas repressivas que tinham como meta aniquilar aqueles que colocassem em risco, de alguma forma, a consolidação da ditadura civil-militar.

Nos confrontos estabelecidos entre situação e oposição estavam em jogo concepções de mundo e posicionamentos políticos. Nas páginas dos periódicos alternativos, casos como o de Rui Pfutzenreuter eram expostos com o intuito de mostrar e denunciar o que aconteceu com pessoas que contestaram e se rebelaram contra a realidade que estava sendo imposta pelos militares desde 1964. Nos entrelaçamentos entre memória, História e mídia, a publicação deste tipo de reportagem em jornais como o *Afinal* tinha o intuito de não deixar

cair no esquecimento as vidas que foram interrompidas pelo regime civil-militar. Ao trazer para o conhecimento de seu público a história de Rui - que havia acontecido 8 anos antes o início de sua circulação -, o jornal *Afinal* o inseriu dentro de uma historicidade da resistência brasileira à ditadura civil-militar na medida em que sua luta era semelhante ao de outras pessoas espalhadas ao longo país. Colocando-se também enquanto um espaço de denúncia contra as atrocidades cometidas pelo regime civil-militar, periódico apresentava como a vertente repressiva do Estado brasileiro violava recorrentemente os direitos humanos contra seus presos políticos.

No decorrer dos 21 anos de vigência de governos militares, prisões, torturas e mortes em circunstâncias duvidosas aconteceram e a busca das famílias por esclarecimentos tinha o silêncio como uma resposta constante. Após conseguir a liberação do corpo de Rui Pfitzenreuter para enterrá-lo na sua cidade natal, Osvaldo Pfitzenreuter escreveu uma carta — que nunca fora respondida — ao então presidente Emílio Médici solicitando uma investigação acerca de como ocorrera o falecimento de seu filho. Em sua parte final, foi explicitado o estranhamento com algumas questões que colocavam em xeque a explicação que foi dada no Dops acerca da morte de Rui Pfitzenreuter.

O que me causa estranheza, Sr. Presidente, é o fato do atestado não explicitar o motivo que causou esta anemia. Junta-se a isso os detalhes (manchas escuras) que aparecem na foto. Eu pergunto que tipo de tratamento teve meu filho antes de falecer? Ou mesmo o que causou concretamente sua morte? Conforme tem noticiado de forma limitada, a imprensa denuncia maus tratos a presos políticos e levanto sérias dúvidas se meu filho não teria sido torturado antes de morrer, ou se não morreu exatamente em consequência de torturas?

No cemitério me informaram que foi enterrado no dia 19, contraditório com a afirmação do I.M.L de que teria sido no dia 15.

Quem não deve, não teve, Sr. Presidente, tenho o passado limpo de serviços prestados à Nação e a consciência livre para exigir a punição dos assassinos. Se amanhã alegarem que a Polícia Política nada tem haver com isso, pergunto desde já: Porque buscar autorização para o atestado de óbito no DOPS e não no IML que é o órgão responsável? (*AFINAL*, maio de 1980, p. 11).

Os argumentos e questões expostos por Osvaldo Pfitzenreuter na carta endereçada ao então presidente Médici permitem perceber que a história que lhe fora contada acerca da morte de seu filho não o convencera, ainda mais por conta do conhecimento que ele tinha tanto das atividades e crenças de Rui Pfitzenreuter quanto da existência de uma polícia política especializada na perseguição e prisão de militantes políticos de esquerda. Ao afirmar que desconfiava que antes de morrer Rui fora submetido a algum tipo de tortura, Osvaldo Pfitzenreuter fundamentou suas suspeitas nos detalhes das fotos que lhes mostraram, nas escassas informações obtidas na grande imprensa acerca de como eram tratados os presos

políticos no país e nos locais nos quais teve que obter a documentação referente a morte seu filho.

As angústias e sofrimentos de um pai presentes na carta publicada pelo jornal *Afinal* mostrou que, na busca por compreender como havia acontecido o falecimento do seu filho, nenhuma informação ou esclarecimento lhes eram dispendidos por parte das autoridades competentes. O drama enfrentado pelo casal Pfutzenreuter sensibilizou o periódico com a situação que o levou a denunciá-la em suas páginas para mostrar que ela – a situação, no caso, a ditadura civil-militar - ainda não estava terminada, que a repressão também atingiu cidadãos catarinenses e que histórias como essas não poderiam ser esquecidas pelas pessoas no futuro pois elas guardavam em si elementos tanto sobre a resistência quanto sobre a repressão e o cerceamento de liberdades vivenciados no regime civil-militar.

A publicização nas páginas do jornal *Afinal* tanto da carta quanto dos percursos que o casal Pfutzenreuter enfrentou nas buscas pelo corpo de seu filho mostraram que a face repressiva do regime foi constante durante os governos civis-militares. Ao veicular esse tipo de reportagem, o periódico refletiu e denunciou sobre como houve ações de resistência e contestação protagonizadas por cidadãos catarinenses. Além disso, o jornal buscou não deixar cair no esquecimento de seus/suas leitores/as o lado autoritário e repressor da ditadura civil-militar diante de pensamentos e crenças que eram destoantes de seus ideários.

Por se tratar de um jornal alternativo, suas características jornalísticas e seu contexto de circulação possibilitavam que este tipo de debate fosse feito. Na medida em que a abertura política avançava ganhava espaço na arena pública de debate, as discussões acerca do que acontecia nos porões os órgãos de repressão começaram a aumentar, principalmente, conforme pontuado anteriormente, pelas esquerdas brasileiras. Nesse sentido, a partir da exposição de ações de repressão, era possível perceber como culturas políticas díspares se confrontavam em variadas situações e espaços que perpassavam as esferas públicas e privadas. Assim, ao abordar esse tipo de questão em suas edições, o jornal *Afinal* trazia para o conhecimento público uma face política do regime relacionada a torturas e assassinatos que era ocultada frequentemente do grande público.

Para além do caso de Rui Pfutzenreuter, o jornal *Afinal* dedicou-se a relembrar em sua 5ª edição¹³¹ a Operação Barriga Verde¹³², que fora deflagrada em Santa Catarina no ano de 1975 contra os militantes do Partido Comunista Brasileiro. De autoria de Nelson Rolim de Moura, a reportagem “O terror da Operação Barriga Verde” descreveu como os responsáveis

¹³¹ A 5ª edição é referente a setembro de 1980.

¹³² Acerca da Operação Barriga Verde, ver mais em Torres (2014).

pela operação de repressão arquitetada contra o PCB de Santa Catarina ainda permaneciam impunes 5 anos depois e como ela era um exemplo do uso do aparato repressor no enfrentamento de seus inimigos. A reportagem iniciou da seguinte forma:

Em novembro de 1975, quando o país ainda horrorizava-se com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, quinze dias antes, nas dependências do DOI-CODI paulista, o terror da ditadura militar chegava a Santa Catarina. Numa ação conjunta de unidades do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e setores especializados da Polícia Federal e Estadual, insolitamente minada de “Operação Barriga Verde”, 42 pessoas eram sequestradas, torturadas, forçadas a assinar confissões forjadas e, finalmente, 16 condenadas a cumprir penas que variavam de dois a quatro anos. Foram tempos de terror que até hoje permanecem impunes. Um verdadeiro desafio ao regime que agora pretende livrar-se do julgamento popular, sustentando a tese de uma “abertura democrática” sem remexer no passado. (*AFINAL*, setembro de 1980, p. 9).

Logo no início de sua reportagem, Nelson Rolim trouxe para o público do jornal *Afinal* informações contextuais acerca da Operação Barriga Verde, a fim de situá-los sobre o que leriam na sequência da matéria. A menção da morte do jornalista Vladimir Herzog - que ocorreu em 25 de outubro de 1975 nas dependências DOI-CODI de São Paulo - quinze dias antes da deflagração da operação em Santa Catarina mostrou que existia em todo país um clima de perseguição aos opositores do regime. Na sequência, outro elemento contextual ressaltado pelo autor da reportagem foi a existência de uma ação conjunta do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e setores da Polícia Federal para planejar e executar a operação, mostrando que existia uma cooperação entre os diferentes órgãos para lograr o objetivo de aniquilar seus inimigos. Nesse sentido, Rolim chamou a atenção de seu público para o tamanho e para eficácia da estrutura repressiva que era arquitetada no país, cuja finalidade principal era garantir que a ordem e o ideário desejados pela cúpula civil-militar fossem mantidos e não questionados.

Contudo, para além dos elementos contextuais de 1975, o jornalista apresentou também discussões e posicionamentos sobre o tempo presente em que estava produzindo a reportagem. Ao criticar a forma como a abertura política estava sendo conduzida e ao mencionar sobre a impunidade em 1980 dos responsáveis pela Operação Barriga Verde, Nelson Rolim discordou das tendências conciliatórias na condução do processo de redemocratização do país e da não responsabilização dos perpetradores de violências e torturas. Na percepção de Rolim, o não remexer no passado no decorrer do processo de transição abria precedente para que as ações violentas cometidas pelo Estado brasileiro contra a população fossem relegadas ao esquecimento. Mais ainda, o não enfrentamento da experiência ditatorial no futuro presente democrático era um indicativo de que os jogos de acomodação no poder era uma estratégia para evitar bruscas rupturas com consolidadas

estruturas sociopolíticas bem como afastar um debate público com a sociedade sobre as causas e consequências da vigência de uma ditadura civil-militar.

Nesse sentido, o historiador Rodrigo Francisco Dias (2015) pontua que a redemocratização brasileira era permeada por diálogos intensos entre oposição e situação. Reconhecendo que tanto a situação quanto a oposição continham em si variados posicionamentos acerca dos caminhos que a transição para a democracia deveria seguir, Dias pondera que a opção conciliadora foi o meio termo encontrado pelos militares a favor da abertura e os oposicionistas moderados para dar sequência ao processo uma vez que o choque entre a linha dura militar e os radicais da oposição poderia acarretar em um novo recrudescimento do regime civil-militar. A partir da leitura de Thomas Skimore e Maria do Carmo Capello de Souza, é exposto como a condução da abertura política foi feita a partir de negociações entre as elites políticas do país silenciando, deste modo, os anseios e expectativas da sociedade civil para o retorno do regime democrático.

Na sequência da reportagem, o jornalista detalhou sobre como foram empreendidos os sequestros e o alibi para legitimar as torturas nas 42 pessoas alvos da Operação Barriga Verde.

Os agentes da “Operação Barriga Verde” não escolhiam lugar para sequestrar. Na rua, no trabalho ou entre os familiares, onde estivesse o “suspeito”, era algemado e tinha os olhos vendados com óculos de solda cujas lentes estavam cobertas com fita isolante. Assim não se sabia para onde estava sendo conduzido. Mas isso era apenas o início de longos dias de pânico e horror.

A primeira parada foi em delegacias e unidades do Exército localizadas em Tubarão, Florianópolis e Joinville. Os interrogatórios começavam e com eles as acusações: “Vocês pertencem ao Partido Comunista Brasileiro e vão confessar tudo”. As violências tornavam-se cada vez mais brutais. E ninguém se identificava, ficando claro que os policiais atuavam mantendo suas identidades na clandestinidade. A voz de comando do “Coronel Rui ou do Dr. Gregório”, que se dizia chefe da “Operação Barriga Verde”, revezava-se com a do Major Souto, nº 63 Batalhão de Infantaria, sediado na capital.

Poucas horas depois, aos grupos, os sequestrados foram levados para Curitiba, conduzidos em “furgões”, onde o pior os esperava. No DOI-CODI paranaense, iam sendo depositados em celas e imediatamente interrogados. “Vocês estão entrando nos cárceres da ditadura fascista e não adianta apelar para o governador ou Geisel porque aqui vai rolar muito sangue”, berravam os torturadores. (*AFINAL*, setembro de 1980, p. 9).

A descrição que Nelson Rolim fez acerca de dos procedimentos executados para sequestrar e torturas as pessoas que eram alvo da Operação Barriga Verde apresenta ao menos 4 elementos que permitem melhor compreender a atuação da repressão durante a operação. O primeiro elemento está relacionado com os mecanismos utilizados para efetuar os sequestros. A independência do lugar em que a pessoa estivesse, as algemas e os óculos usados para impedir qualquer tipo de reação ou fuga demonstrou que, a partir do instante em que o sujeito era pego pela repressão o seu destino era incerto, ou seja, não se sabia se sairia daquela

experiência com vida. Além disso, a não preocupação por parte dos agentes com o local onde sequestrariam a pessoa atenta para o fato de que suas ações não seriam punidas por parte do Estado, caso fossem denunciadas. O segundo elemento diz respeito à acusação e certeza de que havia o pertencimento ao Partido Comunista Brasileiro. Sob a égide desta suposição prisões, torturas e mortes aconteciam no país pois, conforme a Doutrina de Segurança Nacional vigente, o comunismo e seus partidários – independente a qual vertente da esquerda pertencessem - eram ameaças que precisavam ser combatidos e eliminados. Já o terceiro elemento é referente à ausência de identificação dos agentes o que impossibilitava que posteriormente houvesse o reconhecimento e denúncias por parte das vítimas. Por fim, o quarto elemento apresenta um embate entre a direita e a ultradireita brasileira no tocante ao uso de violência física e psicológica porque, de acordo com o afirmado na reportagem, de nada adiantaria apelar para o presidente ou o governador uma vez que o DOI-CODI paranaense era uma instituição ligada à facção fascista da ditadura civil-militar.

As discussões que Nelson Rolim propôs nesta reportagem demonstrou que havia o objetivo de recordar, especialmente a população catarinense, sobre as atrocidades que o regime civil-militar cometia enfatizando que tais atitudes também aconteceram no estado e seguiam impunes. Os elementos acima pontuados procuraram expor ao leitor a complexidade do aparato repressivo e a prerrogativa da ameaça comunista usada para justificar a existência e a execução da Operação Barriga Verde. Contudo, o jornalista também trouxe para o conhecimento público as disputas de posicionamentos dentro dos governos civis-militares evidenciando, deste modo, que não se tratava de um projeto sociopolítico linear e uno. Assim, ao reconhecer 5 anos depois os embates políticos que estiveram presentes na operação, Rolim inseriu o episódio dentro da história de atos cometidos pela repressão, os quais na perspectiva conciliatória do processo de abertura política – a qual ele critica, conforme o mencionado acima- não deveriam vir à tona.

Para finalizar sua reportagem acerca da Operação Barriga Verde, Nelson Rolim descreveu os eventos referentes sobre como as confissões forjadas no DOI-CODI de Curitiba foram obtidas sobre tortura, sendo muitas negadas quando houve a transferência dos sequestrados para Florianópolis, a visita que os 42 detidos receberam na Colônia Penal de Canasvieiras do Padre Francisco Bianchini que lhes propunha a filiação ao partido da Arena e a negação das denúncias de tortura para que as penas fossem mais brandas ou até inexistentes

e ao julgamento a que 16¹³³ das 42 pessoas foram submetidas e condenadas à detenção de 2 a 4 anos. Por fim, Rolim encerrou sua matéria do seguinte modo:

Todos, com exceção do velho Teodoro que encontrou a paz ao falecer em São Paulo, guardam até hoje as chagas da tortura e esperam que algum dia se faça justiça. Ninguém pede misericórdia por crimes que não cometeram, só esperam que seus ideais se realizem com a conquista de uma vida mais digna e mais justa para o povo brasileiro. (*AFINAL*, setembro de 1980, p. 9).

Ao denunciar que as chagas da experiência da tortura permaneciam presentes na vida das pessoas que a sofreram, Rolim procurou apresentar aos leitores do jornal *Afinal* que a espera por obter justiça diante do que haviam vivenciado era um anseio compartilhado entre todos aqueles que foram vítimas da Operação Barriga Verde. Ao ressaltar também que a esperança era um sentimento presente naquelas pessoas na medida em que elas acreditavam que as lutas empreendidas para conquista de uma vida mais digna para o povo brasileiro atingissem sucesso, o jornalista reafirmou o posicionamento do periódico ao lado do campo progressista o qual buscava mecanismos para construir uma sociedade mais igualitária bem como não deixar cair no esquecimento as violações cometidas pela ditadura civil-militar ao longo de sua vigência.

Nesse sentido, a exposição de matérias que publicizavam questões referentes a perseguições políticas por parte do jornal *Afinal* objetivava lembrar ao seu público leitor que o aparato repressivo arquitetado pelos governos militares era presente na sociedade e que suas atividades corroboravam para a manutenção do regime através do uso da força e do medo. Embora tanto a morte de Rui Pfitzenreuter quanto a Operação Barriga Verde tenham acontecido anterior ao nascimento do jornal *Afinal*, ao problematizar esses acontecimentos o periódico inseriu Santa Catarina no cenário de resistência a ditadura civil-militar. Assim, o jornal procurou ressaltar que o regime apresentava uma estrutura de poder que possibilitava o combate de seus inimigos ideológicos sem que houvesse o respeito aos direitos humanos e sem, até aquele momento, qualquer punição para quem compunha os quadros desses órgãos. Mais ainda, ao expor essas discussões em suas páginas, o periódico também teceu críticas ao modo político conciliador com que o processo da abertura “lenta, segura e gradual” estava lidando com o passado, o qual tinha como uma de suas características a violenta represália a seus inimigos.

¹³³ Os 16 presos em virtude da Operação Barriga Verde foram: Teodoro Ghercov, Roberto Motta, Alécio Verzola, Marcos Cardoso, Jorge João Feliciano, Ciro Manoel Pacheco, Amadeu Hercílio da Luz, Sebastião Ernesto Goulart, Roque Felipe, Roberto Cologni, Túlio Valmor Bresciani, Luiz Jorge Leal, Newton Cândido, Wladimir Salomão do Amarante e Valci Lacerda.

Somando-se as matérias produzidas acerca do assassinato de Rui Pfitzenreuter e a Operação Barriga Verde, uma reportagem acerca da *Novembrada* foi noticiada na 7ª edição¹³⁴ do jornal *Afinal*. Ocorrida em 30 de novembro de 1979 na cidade de Florianópolis, as manifestações contra o general-presidente João Batista Figueiredo eram um renovar de ânimos na luta pela restauração da democracia. De autoria de Hilton Lobos, Jurandir Carmargo e B. do Iguazu a reportagem foi intitulada de “A Revolta de Florianópolis um ano depois”. Com uma descrição bastante densa de como a cidade estava sendo organizada para a visita do então general-presidente João Figueiredo, a narrativa apresentou dados do montante gasto para recepcionar Figueiredo, dos interesses governamentais que estavam em jogo e detalhes da manifestação que tomou conta do centro da cidade. A certa altura, a reportagem sintetizou como o Projeto Sidersul acabou perdendo espaço diante dos protestos feitos pela população:

Na praça, a polícia cerca grupos de protesto e os acua para os lados da Catedral. E quem está no adro da igreja desce para a frente do Palácio. Os PMs também são vaiados. Até aqui não há violência. Nas janelas dos edifícios ou fazendo-se confundir no meio dos jornalistas, a Polícia Federal fotografa os manifestantes, alguns depois identificados, procurados e presos.

O memorial do Projeto Sidersul, esquecido em cima da mesa do salão nobre está junto com os convênios que os ministros irão assinar. Agora ninguém se importa com esses papéis. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 18).

A descrição de como os protestos não previstos contra Figueiredo e Bornhausen modificou o cronograma do objetivo principal da visita presidencial a capital catarinense apresentou elementos de que mesmo diante do anúncio e do avanço da abertura política a mesma ainda não estava concretizada e poderia ser interrompida a qualquer momento. A presença de traços autoritários e repressivos do regime mostrou que em momentos nos quais havia divergência entre estado e setores da população descontentes com a realidade em que o país se encontrava o uso dos mecanismos de coerção e repressão ainda eram possíveis, conforme o pontuado na sequência da reportagem.

A praça XV entrou em convulsão. Fugindo dos golpes dos cassetetes da PM, os manifestantes correm agora para o centro da praça, bem abaixo da grande figueira: pedras e paus voam para o bolo de gente com o general Figueiredo no meio. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 18).

Embora tenha sido ressaltado o uso da força policial para dissipar os protestos contra a visita de Figueiredo, a ênfase desta reportagem foi mais na descrição da manifestação em si do que nas estratégias utilizadas para reprimir o povo, sem esquecer, contudo, que houve o enquadramento de 7 estudantes na Lei de Segurança Nacional. Ao expor ao seu público leitor

¹³⁴ A 7ª edição é referente a novembro de 1980.

como o evento ocorrido no ano anterior havia mobilizado a cidade e a agitado, o jornal *Afinal* relembrou que este episódio fazia parte de um conjunto de lutas que estavam sendo empreendidas para findar a ditadura civil-militar e restaurar a democracia cujos efeitos ao longo da década de 1980 se espalhariam por todo o Brasil.

Após o embarque do general-presidente João Figueiredo, o jornal constatou que naquele 30 de novembro de 1979, Florianópolis viveu momentos de lutas e enfrentamentos com o regime que culminou na destruição da placa que homenageava Floriano Peixoto e com o indiciamento, dias após, de 7 estudantes escolhidos pelo governador Jorge Bornhausen.

Na Praça XV ainda permaneciam mais de 5 mil pessoas, que corriam lado a lado com o estouro de boiada. O balão que custou Cr\$ 57 mil é facilmente resgatado, furado e incendiado. Três jovens, usando camisetas com os nomes de Figueiredo e Bornhausen impressos no peito são agarrados. O grupo quer as camisetas e do corpo dos rapazes elas vão parar no amontoado sob o pedestal da placa em homenagem a Floriano Peixoto. É ateadado fogo no monte de lixo, ele queima rápido e a placa fica levemente chamuscada. A polícia não interfere. O pedestal agora é arrancado, o bloco de concreto se demole no impacto com a calçada e a placa desliza pelo chão. Aos gritos, urras e vivas a homenagem ao “Marechal de Ferro” é erguida e carregada pelos braços dos manifestantes até a porta fechada do Palácio Cruz e Souza, jogada à sua frente e deixada ali. A porta abre, a placa é recolhida por um soldado e levada para dentro.

Este foi o fim do “presente” que gerou tanta polêmica na pacífica Florianópolis, antes do estouro popular da visita. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 18).

Tanto a queima da placa que fora dado de presente à cidade de Florianópolis quanto as manifestações se tornaram símbolos de luta pela ditadura civil-militar. Ao mencionar como os manifestantes se referiram a Floriano Peixoto, os jornalistas captaram como a destruição da placa e as vaias representavam simbolicamente o anseio da queda da atual ditadura civil-militar e de seus ditadores. A não interferência da polícia durante este momento demonstrou também que um novo confronto foi evitado uma vez que horas antes, conforme o apontado anteriormente, a Praça XV havia presenciado violentos embates entre manifestantes e entidades policiais. Entretanto, ao salientar o número de pessoas que estiveram presentes no ato e suas ações, a reportagem chamou a atenção para como as lutas pelo retorno da democracia e por melhor qualidade de vida eram capazes de mobilizar um grande número de pessoas mesmo em uma cidade com acentuadas características conservadoras.

Contudo, a reportagem também dedicou um espaço para narrar como os 7 estudantes denunciados foram por Jorge Bornhausen uma vez que era necessário, na ótica governamental, apresentar a Brasília e ao país os responsáveis pelos protestos que repercutiram nos âmbitos nacionais e internacionais. Segundo consta na reportagem, o general Figueiredo exigiu que a punição dos responsáveis pelos protestos durante a sua visita à Florianópolis e Bornhausen empenhou-se em atender a ordem o mais rápido possível e para

tal usou as fotos feitas TV Cultura e TV Catarinense de Florianópolis e da TV Eldorado de Criciúma.

É comum para o governador Jorge Bornhausen nos fins-de-semana, vestir seu calção de helanca preta e sair desfilando na areia das praias de Florianópolis frequentadas pela classe média para seus testes de popularidade.

Naquele sábado, 31 de novembro, o dia seguinte à visita de Figueiredo, amanheceu nublado e pouco favorável para se fazer pesca submarina. Para o governador, o clima não podia estar melhor: assim ele não precisaria ir até o Sul da Ilha, onde se realizava o Campeonato Nacional de Pesca Submarina, Jorge e Déa Bornhausen preferiram o recolhimento da casa na praia de Canasvieiras, ao Norte da Ilha. Este seria um sábado diferente para um homem que costuma, nos fins-de-semana, testar sua popularidade nas praias “bem frequentadas” de Florianópolis.

Mais importante agora era meditar sobre o destampatório do general Figueiredo, que ao despedir-se no Aeroporto Hercílio Luz, naquele tumultuado dia 30, havia atribuído a Bornhausen toda a culpa da pancadaria no “Senadinho”. O presidente queria cabeças:

- Você vai ficar encarregado de punir os culpados, ordenou o general.

Na Superintendência da Polícia Federal, um casarão plantado no meio do tranquilo bairro de Balneário, os agentes-fotográficos já haviam revelado mais de uma centena de filmes que em close identificavam as cabeças pedidas pelo general presidente. O trabalho foi bastante fácil: no dia anterior os policiais viram e reviram as fitas de vídeo teipe gravadas pelos cinegrafistas das TV Cultura e TV Catarinense, de Florianópolis, e TV Eldorado, de Criciúma, pelas quais acompanharam toda a movimentação desde que as faixas de protesto foram levantadas na Praça XV até a pancadaria na rua principal da cidade. Aos jornalistas responsáveis pelos noticiários, se desculparam:

-Isso não é censura. Estamos apenas tentando cumprir nosso trabalho. Essa é uma ajuda que vocês estão prestando a nós.

A missão da Polícia Federal estava cumprida. Bastava apenas que o governador, da casa de Canasvieiras, autorizasse as prisões e o enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Mas, ao mesmo tempo em que precisava cumprir o exigido por Figueiredo, Jorge Bornhausen corria o risco de acabar com sua imagem de “homem da abertura”. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 19).

O relato apresentado pela reportagem aponta alguns elementos que permitem visualizar como processo de abertura política era indefinido e o fechamento do regime era uma possibilidade. Ao exigir de Bornhausen que houvesse a punição dos responsáveis pelas manifestações, Figueiredo deixou claro que não admitiria contestações ao regime que ele representava e que o uso da legislação acerca da Segurança Nacional ainda vigente poderia ser evocado quando fosse julgado necessário. Além disso, a ordem dada pelo general-presidente ao governador de Santa Catarina é um exemplo de como os anseios populares não eram levados em conta para o desenrolar da transição da ditadura para a democracia. Na medida em que fazia o uso dos instrumentos legais para punir os que atentavam contra a ordem imposta, Bornhausen demonstrava que as liberdades de expressão ainda eram cerceadas e que as autoridades poderiam utilizar de variados mecanismos e fontes para lograr seus objetivos ao mesmo tempo em que ressaltava que as atitudes veementemente contestadoras apresentariam igual tratamento e punição.

Ao prosseguir sua análise sobre a punição dos responsáveis pela *Novembrada*, o jornal *Afinal* afirmou que:

Naquele final de tarde de sábado em que Bornhausen ficou descansando em Canasvieiras a decisão já estava tomada: as cabeças seriam oferecidas ao general Figueiredo.

Adolfo Dias, presidente do Diretório Central dos Estudantes, funcionário da Secom e hoje presidente da União Catarinense dos Estudantes era o principal procurado. No domingo, ele e a sua vice-presidente no DCE, a sextanista de medicina Lígia Giovanella fugiram para São Paulo.

Ao contrário de Adolfo e Lígia, os outros cinco universitários caçados pela Polícia Federal não tiveram tempo de escapar. Rosângela Koerich, Marise Lippel, Geraldo Barbosa, Amilto Alexandre e Nilton Vasconcelos foram presos em suas casas. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 19).

O desenrolar do processo sofrido pelos estudantes presos por conta da *Novembrada* não foi abordado pelo jornal *Afinal* nas suas edições seguintes. Apenas houve, na mesma edição, uma página dedicada a uma manifestação que ocorreu no dia 04 de dezembro pela libertação dos estudantes que estavam presos e que resultou na saída da clandestinidade de Adolfo Dias e Lígia Giovanella para juntar-se a seus 5 colegas que seriam processados pela Lei de Segurança Nacional.

Os detalhes desse ato mostraram que a cidade de Florianópolis havia se transformado em um local de confrontos mesmo com as tentativas de negociação do deputado Jaison Barreto (PMDB) para que o protesto pudesse acontecer sem maiores transtornos e violência, não obtendo o resultado desejado pois:

Enquanto Jaison saía do quartel, outros quatro caminhões, lotados com policiais, tomavam conta do pátio: cassetetes elétricos, pistolas automáticas novinhas, escudos e máscaras de gás, fuzis de cano curto e a grande novidade para a tropa: pistolas com líquido cegante. Mais de sete mil pessoas tomam conta da Praça XV, pedindo liberdade para os estudantes. 700 policiais também estão nas ruas. O centro de Florianópolis tinha feições de uma cidade prestes a entrar em guerra civil, pois até caminhões do Exército desfilavam ostensivamente à volta da praça. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 21).

E a narração da reportagem prosseguiu contando que mesmo com a forte repressão a manifestação continuava e deslocou-se de lugar até ser encerrada a pedido do presidente da UNE Ruy Costa e Silva temendo pela segurança e integridade física das pessoas que ali se encontravam.

Neste momento, 17h30min., os soldados do Batalhão de Choque avançam contra o povo. “Calma soldado, você também é explorado”. Nada. Em formação de paliçada, bradindo cassetetes, os policiais dispersaram os que tomavam a praça: as primeiras camisas manchadas de sangue foram vistas; mulheres agora rolavam pelas escadarias da igreja e foram pisoteadas junto com os estudantes e trabalhadores.

A praça foi sitiada. Os grupos de manifestantes fogem para ruas laterais, escapando dos golpes de sabre da Cavalaria e pelo menos uma pessoa foi vista sob as patas de um cavaleiro. Mesmo com toda essa violência, o ato prosseguiu, com quatro mil pessoas, agora na Praça da Bandeira, em frente à Assembleia Legislativa, a quatro quadras da que ficou ocupada pela polícia.

No gabinete da Casa Militar do Palácio Cruz e Souza, o secretário de Segurança e Informações, coronel reformado do Exército Ari Oliveira, juntamente com o alto comando da Polícia Militar bebia café e se limitava a olhar tudo pela janela.

Às 21 horas desta terça-feira de dezembro de 1979, quando o então presidente da UNE, Ruy Costa e Silva pedia que o povo fosse para suas casas, os soldados atingiram seu mais alto grau de agressividade, passando a bater em que ia na direção do Terminal de Transporter Urbanos. No Hospital de Caridade da Irmandade dos Jesuítas, com graves ferimentos, 14 manifestantes eram socorridos às pressas: queimaduras, contusões musculares e ósseas, líquido cegante e coronhadas de revólver e golpes de sabre. Entre os feridos, cinco jornalistas. (*AFINAL*, novembro de 1980, p. 21).

A atenção conferida pelo jornal *Afinal* a essa manifestação permitiu mais uma vez ao periódico denunciar o uso do aparato repressivo do Estado contra aqueles que discordavam de seus ideais ou que punham em cheque sua autoridade. Ao lembrar o desdobramento da manifestação do dia 30 de novembro de 1979, o jornal conferiu atenção para o fato de que mesmo com a brutalidade da repressão, a manifestação prosseguira até o pedido feito pelo presidente da UNE. A menção aos instrumentos usados pela polícia evidenciava que a força dispendida para encerrar a manifestação era exacerbada e tinha o intuito de causar pânico e dissipar os que ali se encontravam. Denunciar essa situação um ano após ela ter acontecido era um renovar de ânimos para as batalhas que estavam sendo travadas no presente, mas que eram tributárias de experiências anteriores. Mais ainda, ao pontuar que as ruas do centro foram ocupadas também por trabalhadores, estudantes e mulheres, a menção a novos personagens que (re)entravam na cena pública foi devidamente feita reconhecendo, deste modo, a heterogeneidade de sujeitos tanto que compunham quanto eram simpatizantes dos movimentos sociais.

A publicação dessa matéria somou-se às outras que também abordavam em si a questão da repressão a manifestações políticas que atingiu catarinenses ou propriamente no território de Santa Catarina. Ao referenciar para seus leitores que ao longo dos anos da ditadura civil-militar houve o uso da legislação repressiva no estado, o jornal *Afinal* colocava em primeiro plano as discussões acerca do cerceamento das liberdades de expressão e das violações aos direitos humanos na medida em que a manutenção e refinamento do aparato repressivo possibilitavam que as pessoas e grupos considerados inimigos do Estado fossem punidos das mais diferentes formas, inclusive com o término de sua vida, sob a justificativa de atentarem contra a segurança nacional do país e estarem vinculadas as práticas consideradas comunistas.

As denúncias que o jornal *Afinal* fez ao longo de suas edições buscou mostrar que existiram experiências de resistências e contestações durante toda a vigência da ditadura e que

o projeto jornalístico ao qual se vinculava estava na seara desses movimentos que almejavam o término do regime civil-militar. Ao inserir historicidade as experiências de luta o jornal mobilizou o passado no presente e seu contexto de circulação lhe permitiu abordar com densidade os movimentos e as singularidades que cada luta tinha sem, entretanto, desvinculá-las do objetivo maior que era o fim do regime civil-militar. A cada história narrada, o anseio de não deixar cair no esquecimento que vidas foram interrompidas, que torturas físicas e psicológicas tinham consequências na vida de quem as sofrera, que a impunidade era uma realidade fazia parte do ideário do jornal *Afinal*.

No entanto, para além de problematizar sobre como eventos que envolveram ações de repressão possibilitavam perceber os embates políticos da época em Santa Catarina, o jornal *Afinal* dedicou-se a expor e criticar como o governo de Jorge Konder Bornhausen apresentava características que estavam em consonância com os ideais militares e com os jogos de acomodação existentes. Nesse sentido, através de uma série de denúncias do que consideravam serem ações arbitrárias por parte de Bornhausen, o periódico buscou argumentar que algumas de suas práticas políticas a contrapunham-se aos valores democráticos.

3.3 - O governo de Jorge Konder Bornhausen nas páginas do jornal *Afinal*

Jorge Konder Bornhausen governou Santa Catarina entre 1979 e 1982, através da indicação do general-presidente Ernesto Geisel. Nascido em 01 de outubro de 1937 na cidade do Rio de Janeiro, Jorge Bornhausen é filho de Irineu Bornhausen e Maria Konder Bornhausen. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), filiou-se ao partido União Democrática Nacional (UDN) tal como outros membros de sua família, visto que sua família paterna possuía relações com o meio político tendo seu pai governado Santa Catarina entre 1951 e 1956 e seu primo Antônio Carlos Konder Reis entre 1975 e 1979. Além disso, durante a sua trajetória política, Jorge Bornhausen foi vice-governador do estado entre 1967 e 1971, presidente do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) entre 1975 e 1978, senador de SC por duas vezes (1983 – 1991 e 1999 – 2007), além de Ministro da Educação entre fevereiro de 1986 e outubro de 1987. Durante a vigência da ditadura civil-militar esteve filiado ao partido da ARENA e após a dissolução do bipartidarismo filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS).

No período em que o jornal *Afinal* esteve em circulação, as ações de Bornhausen no governo foram alvo de reportagens e notas por parte do periódico, que buscava apresentar os

aspectos antidemocráticos e elitistas do governo na medida em que havia, por exemplo, o estabelecimento de favores em trocas de apoio e a ausência de preocupação com as reais necessidades da população.

Na 2ª edição¹³⁵ foi publicada uma matéria intitulada de “Galinhas da corrupção” de autoria de Eloy G. Peixoto. Nela, foram expostas as situações a que alunos e alunas do colégio Getúlio Vargas — localizado em Florianópolis, no bairro Saco dos Limões — eram submetidos em decorrência das atitudes autoritárias da diretora Walmira Rodrigues Stopassoli, que possuía ligações com políticos do PDS. O fio condutor da reportagem foi o fato de que parte da merenda escolar destinada aos estudantes era desviada e vendida na cantina da escola, cuja proprietária era a própria diretora.

Das galinhas destinadas à merenda Escolar do Colégio Getúlio Vargas, no Saco dos Limões, as crianças só comem as asinhas. Os peitos e as coxinhas são vendidos na cantina da escola, rendendo juro e dividendos à diretora, Dona Walmira Rodrigues Stopassoli.

Talvez por isso, ela considere normal que o Estado não disponha de recursos para a manutenção da escola que dirige, nem reclame contra os baixos salários pagos pela Secretaria de Educação.

Dona Walmira, há cinco anos dirigindo uma das “escolas-modelo” de Santa Catarina, acha que “o Governo já fez muito em dar os prédios e pagar os professores” e mostra-se francamente favorável à política educacional do governador Jorge Bornhausen.

Confiante nas suas ligações com políticos do PDS (uma reportagem sobre a escola, há cerca de um mês foi censurada no jornal “O Estado”, graças a um “providencial” telefonema do Secretário de Transportes, Esperidião Amim), ela pouco se importa com as reclamações de pais e alunos. (*AFINAL*, maio de 1980, p. 7).

Além de evidenciar que havia o desprezo por parte da diretora para com as necessidades dos estudantes, na medida em que a merenda escolar constituía, para muitos, uma importante refeição, o trecho mostrou que as ligações e acordos estabelecidos entre políticos e pessoas que ocupavam cargos estratégicos eram fundamentais para a manutenção de determinados comportamentos, como, por exemplo, os baixos salários pagos aos professores por parte do Estado. Somado a isso, o compartilhamento do ideário governamental e suas relações com os políticos do PDS eram estratégicas pois a ajudavam a lhe manter no cargo apesar do descontentamento dos alunos e de suas famílias. Assim, ao alinhar-se com a política governista no tocante aos desejos de privatização da educação, a diretora em questão compartilhou da visão que os custos do ensino deveriam ser arcados pelas famílias, independente das condições financeiras para tal. Nesse sentido, a reportagem procurou evidenciar aos seus leitores que a nomeação para cargos públicos de confiança era perpassada, entre outras coisas, pelo alinhamento político e ideológico com as diretrizes governamentais.

¹³⁵ A 2ª edição é referente a maio de 1980.

Na sequência da reportagem, foi apresentada uma discussão acerca dos interesses governamentais em privatizar a educação pública e gratuita. A partir do caso da escola dirigida por Walmira Rodrigues Stopassoli, o jornal *Afinal* divulgou em linhas gerais as diretrizes da Secretária da Educação no tocante à arrecadação financeira:

Seguindo a nova tática, a Secretaria de Educação passou a orientar os diretores das escolas a pressionarem os pais no sentido de aumentar, ao máximo, a arrecadação das APPs.

Uma das novidades foi a criação de carnês de pagamento, distribuídos, no início do ano, a todos os alunos da rede estadual.

Paralelamente, foram adotadas medidas de represália contra os que se recusaram a dar suas “contribuições espontâneas”.

As cadernetas só são distribuídas depois de efetuado o pagamento. Nas festas e programações sociais das escolas, os que não “contribuem” não são convidados.

Para completar o plano, o dinheiro das APPs, originalmente destinado aos serviços de assistência aos alunos carentes, passa a ser usado para complementar as despesas com manutenção e operacionalização das escolas.

Com isso, o governo pode gastar mais comprando políticos corruptos e construindo prédios luxuosos. A educação que se dane pois, afinal, não dá lucro mesmo. (*AFINAL*, maio de 1980, p.7).

A problematização que o periódico fez acerca dos mecanismos utilizados para elevar ao máximo a arrecadação das APPs permite refletir sobre como a educação não estava em primeiro plano no governo de Jorge Bornhausen uma vez que ela não dava, na ótica governista, lucros. A entrega das cadernetas aos estudantes somente após o pagamento dos carnês era uma estratégia adotada com o intuito de forçar a contribuição estudantil para o pagamento das despesas da escola, tirando, paulatinamente, a responsabilidade do governo e a transferindo para os pais dos alunos. Nesse sentido, a reportagem empreendeu uma reflexão acerca das imbricadas relações entre nomeação de cargos, políticas governamentais e prioridades pois, de acordo com a reportagem, era mais importante para o governo, por exemplo, investir na construção de prédios luxuosos aumentando a especulação imobiliária existente do que investir na qualidade da melhoria do ensino ofertado a toda a população.

Por ser um periódico alternativo, o jornal *Afinal* empreendeu reflexões sobre como as atitudes de Bornhausen eram permeadas pelo arbítrio e, mais uma vez, o campo educacional foi um espaço aonde esse comportamento era visível. Presente na 3ª edição¹³⁶, a nota de autoria de NRM “Escola Padrão de Capoeiras não paga seus funcionários. Diretora faz jogo do PDS”, disserta sobre a falta de pagamento de 55 funcionários da escola Aníbal Pires Nunes e alerta que a diretora nomeada da escola, Marli Jabor, só estava no cargo por conta de seu pai, o vereador Nagib Jabor, e que, por conta de sua nomeação pelo PDS, ela deveria servir aos interesses do partido, pois:

¹³⁶ A 3ª edição é referente a junho de 1980.

Apesar da insuportável situação, nada do que está ocorrendo dentro das quatro paredes do colégio pode transpirar. Quando o governo nomeia alguém para ocupar um cargo, mesmo sendo uma professora, quer o troco. Sua permanência na direção da escola “padrão” está diretamente vinculada a sua capacidade de servir aos também interventores, patrulhando os funcionários que não recebem seus salários. (AFINAL, Junho de 1980, p.5).

A fiscalização para que esses funcionários da escola não comentassem com ninguém da imprensa a situação que estavam vivendo foi levada ao limite quando souberam que teriam que ficar na porta da escola para impedir a entrada de pessoas estranhas ao ambiente escolar, leia-se aqui repórteres, que tinham como objetivo informar ao público o que estava acontecendo. Mas alguns se recusaram a cumprir essa ordem e quem forneceu essas informações ao autor da nota pediu para não se identificar, pois, segundo a pessoa, a repressão viria no dia seguinte.

Mas a coerção por parte da diretora da escola para com os 55 funcionários que não recebiam salários não se limitou a vigiá-los e impedir que falassem com a imprensa. Suas carteiras de trabalho estavam confiscadas, se houvessem faltas essas seriam descontadas da folha de pagamento e todos eram obrigados a participar das propagandas governamentais como o Passeio Ecológico promovido pela FATMA¹³⁷. O funcionalismo público, através de estratégias de repressão por parte do governo e de seus aliados, estava atrelado aos interesses governamentais, quem ousasse a sair da linha no outro dia corria o risco de estar desempregado e, provavelmente, não conseguiria outro emprego tão cedo.

Mas, enquanto os funcionários da escola Aníbal Pires Nunes não viam a cor do dinheiro dos seus salários atrasados, pessoas com ligações próximas ao governo do estado recebiam mensalmente altas quantias para ocuparem mais de um cargo público. O tema foi reportagem da 6ª edição¹³⁸. Na reportagem “Mar de Lama: Bem-vindos ao P.D.S” o tom de indignação com o descaso administrativo referente do uso de dinheiro público é evidente logo nas primeiras linhas:

Mar de lama é pouco para definir o abuso de poder e a corrupção no governo do estado: às escâncaras, os cofres públicos estão sendo esvaziados e o dinheiro dos contribuintes usados nos pagamentos de salários astronômicos que todos os meses alimentam gordas contas bancárias de párias, numa administração corroída pelas traças da arbitrariedade que percorrem o Palácio Cruz e Souza até os órgãos que compõem o sistema financeiro CONDESC. (AFINAL, Outubro de 1980, p.10).

A reportagem prossegue afirmando que os concursos públicos para funcionários do estado teriam sido substituídos pelas expressões “podes contratar” ou “concordo com a contratação” e que o atual governador, Jorge Bornhausen, se beneficiou dessa situação para

¹³⁷A FATMA é a fundação responsável pelos assuntos relacionados a questão do meio-ambiente em Santa Catarina.

¹³⁸A 6ª edição é referente a outubro de 1980.

inflar o número de funcionários do BESC na sua gestão de presidente e que, quando percebeu que o banco não teria condições de pagar o salário das 94 pessoas contratadas, transferiu esses funcionários para cargos em que seus salários saíssem do Tesouro do Estado de Santa Catarina. A soma de todos os salários mais as gratificações ultrapassou Cr\$ 4 milhões. Quem denunciou a situação foi o deputado da oposição Francisco Küster e os dados financeiros que a reportagem apresentou foram consultados ao manusear o processo de ressarcimento de janeiro do ano de 1980, “pois foi através deles que o Tesouro do Estado devolveu a algumas empresas do Sistema CODESC determinados valores por salários e gratificações pagas, num total de Cr\$5 milhões, para 36 pessoas” (*AFINAL, Outubro de 1980, p. 10*).

No decorrer da reportagem são expostos os nomes de algumas pessoas que possuem dois cargos públicos estaduais e suas remunerações, no entanto, na página seguinte é reproduzida uma tabela intitulada “O Listão”,¹³⁹ na qual são conhecidos com maiores detalhes os nomes, os salários e as gratificações que essas pessoas recebem mensalmente.

Por fim, a reportagem termina afirmando que essas pessoas não desocuparão seus cargos quando o mandato de Bornhausen acabar, uma vez que:

Ao contrário do que se possa imaginar, a boa boca de todo esse pessoal não acaba junto com o mandato do governador nomeado Jorge Bornhausen — pois eles naturalmente retornarão a seus cargos de origem quando ele deixar o poder, protegidos pela Legislação. Para que a estabilidade funcional do Estado volte a se normalizar, seria preciso a revogação do artigo 198 da Lei 5.516/70. Coisa que certamente Jorge Bornhausen não se disporá a realizar — embora se irrite toda vez que fazem alguma alusão à Pesquisa Gallup¹⁴⁰, que o coloca graus acima de seu colega Paulo Maluf em corrupção. (*AFINAL, Outubro de 1980, p.11*).

Enquanto algumas pessoas recebem salários elevados pagos pelo governo, a saúde do estado de Santa Catarina ia mal, de acordo com as declarações de Clair Castilhos, na 12ª edição¹⁴¹. Na reportagem, a professora do Departamento de Saúde Pública da UFSC, a partir de um trabalho solicitado pela União Catarinense dos Estudantes e do Diretório Acadêmico de Serviço Social e Enfermagem de Tubarão, explica, em linhas gerais, porque a saúde pública do estado está em más condições. A professora afirmou que:

Esta situação descrita, no entanto, não é uma coisa fortuita e ocasional. É uma realidade objetiva e permanente. Tanto estes fatos, se vistos de uma ótica político-institucional, revelam uma causa básica, geradora de todo este panorama: a política econômica voltada para a internacionalização dos recursos do país e assentada na concentração da renda e aviltamento dos salários. Como é evidente,

¹³⁹ Essa lista encontra-se digitalizada no anexo deste trabalho.

¹⁴⁰ Na quinta edição foi noticiada uma pesquisa que aponta que o governador Jorge Bornhausen foi eleito o pior governado do país, superando a impopularidade de Paulo Maluf, de São Paulo. Na reportagem são apresentadas as estatísticas que levaram Bornhausen ao topo da lista de pior governado do país. Essa notícia volta a ser abordada na 12ª edição quando é publicada uma matéria intitulada “Jorge, o Malufinho catarinense”.

¹⁴¹ A 12ª edição é referente a maio de 1981.

esta posição é adotada quando das formulações de políticas de saúde. (*Afinal, Maio de 1981, p.10*).

A reportagem prossegue apresentando as reflexões feitas pela professora Clair Castilhos e apontando indícios que mostram como o estado queria se omitir e transferir de sua responsabilidade a obrigação de oferecer uma saúde pública de qualidade para a população em virtude da presença dos lucros obtidos com as privatizações dos hospitais públicos. Além disso, são apresentados dados sobre a mortalidade e desnutrição infantil no estado, o que desmente as fontes que afirmam que Santa Catarina vai bem da saúde. E, de acordo com a reportagem:

E, se depender da política de saúde do governo, dificilmente esse quadro vai sofrer alguma alteração. Isso porque a medicina tem se tornado cada vez mais curativa e previdenciária, sem que os problemas básicos de saúde pública (saneamento, assistência local, medicina preventiva, etc) sejam abordados com seriedade pelas autoridades. Ao mesmo tempo, o Estado procura progressivamente transferir as responsabilidades para a área privada que, aparece em seus planos e projetos, denominada, eufemisticamente, de “comodidade”. (*Afinal, Maio de 1981, p. 10*).

Ao enfatizar que o estado não ia bem da saúde e que o governo estava pouco a pouco se afastando de suas obrigações em relação à saúde, a reportagem dissertou sobre como o governo de Bornhausen aliava-se às propostas do governo federal de continuar abrindo espaço para que o capital privado e internacional estivesse presente no estado, conforme a análise abaixo:

“Esta intenção é explícita na parte de Saúde do Governo da gestão atual: os hospitais próprios do governo deverão ser cedidos a grupos, mediante regime de doação ou cessão de uso real e por instituições particulares que deverão ser estimuladas e devidamente remuneradas pelo Estado”, explica Clair Castilhos. Ou seja, o governo Bornhausen e seus lacaios do PDS pretendem isentar o governo da responsabilidade política e social da saúde da população, ao mesmo tempo que enchem os bolsos as empresas particulares que passam a receber todas as vantagens para explorar a medicina como fonte de lucro. Enquanto isso, a esperança de vida do catarinense diminui, doenças de fácil erradicação continuam matando milhares de crianças. Mas, é com alento que se vê a mobilização de estudantes e profissionais da saúde no sentido de transformar esta triste realidade, e desse I Encontro Catarinense de Saúde, pode-se esperar o início de uma caminhada que nos leve a uma sociedade onde a doença de muitos não seja a razão do enriquecimento de poucos. (*Afinal, Maio de 1981, p. 10*).

Ao ponderar sobre a transformação da medicina como fonte de lucro, Clair Castilhos chamou a atenção para como os esforços governamentais de não erradicar as doenças que matavam milhares de crianças e diminuía a expectativa de vida da população catarinense era responsável pelo enriquecimento de empresas médicas que buscavam essencialmente o lucro ao invés da prevenção das doenças. Nesse sentido, a menção a realização do I Encontro Catarinense de Saúde era foi considerado um alento para aqueles que acreditavam que ainda

era possível transformar a realidade da saúde no estado através da conscientização da população e do bom uso dos recursos públicos.

As notas e reportagens aqui analisadas não são as únicas presentes no jornal *Afinal* sobre a temática do governo de Jorge Konder Bornhausen, no entanto, foram escolhidas por apresentar diferentes aspectos do mundo político do estado de Santa Catarina além de mostrar um pouco das denúncias e da oposição que o jornal *Afinal* fazia ao governo de Jorge Bornhausen e, conseqüentemente, ao PDS. Ao estampar nas suas linhas que existiam problemas de saúde, de falta de pagamentos, de corrupção, entre outros assuntos, o jornal procurou ressaltar que a política e suas decisões não ficam restritas as altas cúpulas de poder e suas decisões nos corredores. Desta maneira, concorda-se então com a afirmação feita pelo historiador Reinaldo Lohn quando este elucida que “as páginas dos jornais, aos poucos, constituíram-se em veículos para as representações sociais e políticas do país como um todo”. (LOHN, 2013, p.10). Representações essas que desagradaram, certamente, muita gente que figurava no poder catarinense do período.

Se o jornal *Afinal* problematizou como o governo Bornhausen foi, entre outras coisas, marcado por favorecimentos políticos e arbitrariedades para conseguir legitimidade, além de uma ausência de preocupações com as reais necessidades do povo, a cidade de Florianópolis foi, igualmente, atravessada por essa situação e é a isso que o próximo capítulo irá procurar analisar.

4. Uma cidade entre o ontem e o amanhã: Florianópolis nas páginas do jornal *Afinal*

Fontes são históricas, têm sua história, porém não são história. Esta somos nós, historiadores, os encarregados de contar (WITTMANN, 2011).

Além das denúncias políticas, aspectos cotidianos da vida da cidade de Florianópolis ocuparam um espaço denso de reflexão do jornal *Afinal*. Na medida em que dificuldades enfrentadas pela população com a ausência de serviços básicos como, por exemplo, o acesso ao transporte público de qualidade, eram conhecidas pelo periódico, a sua publicização era feita. Ao longo das 13 edições, reportagens, notas e cartas foram publicadas com o intuito de apresentar ao seu público leitor aspectos das condições de vida a que parcelas da sociedade menos favorecidas socioeconomicamente estavam submetidas permitindo, deste modo, perceber como o ambiente citadino era atravessado, entre outras coisas, por disputas territoriais e políticas.

Durante o período em que o jornal *Afinal* esteve circulando, Florianópolis vivenciava processos de intensificação da indústria do turismo, especulação imobiliária, ampliação da sua área urbana e de sua população, tudo isso em consonância com o que estava ocorrendo no país como um todo. No entanto, essas modificações pelas quais a cidade passava provocaram variados impactos na vida de seus habitantes, especialmente das camadas menos favorecidas economicamente. Diferente da abordagem comumente adotada na grande imprensa, que preconizava discussões sobre como as transformações no espaço urbano haviam inserido a capital de Santa Catarina em um novo tempo, o jornal *Afinal* procurou retratar como essa cidade que estava sendo construída também marginalizava e excluía sujeitos.

Principalmente a partir de visitas e entrevistas com moradores, o jornal *Afinal* obteve o retrato de uma cidade que era negligenciada em suas necessidades e dificuldades por parte dos poderes políticos local e estadual. O trabalho de campo realizado pelos jornalistas do periódico era uma característica singular perante outros meios de comunicação uma vez que havia a preocupação de conhecer de perto os problemas que eram enfrentados a fim de expô-los em seus números. Dito de outro modo, na medida em que as observações eram feitas, os sentimentos de revolta e insatisfação diante das situações encontradas provavelmente lhes impeliam do desejo de denunciá-las para mostrar que dentro da mesma cidade coexistiam múltiplas realidades.

Assim, as reportagens, notas e cartas que serão analisadas a seguir procurarão evidenciar como o espaço urbano foi marcado por uma pluralidade de vozes e experiências. Tal documentação permite que se visualize uma cidade entrecortada por diferenciações acentuadas de classe, gênero e raça onde as relações com o campo político apresentam relevância nos rumos que irá se seguir. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é problematizar como o jornal *Afinal* noticiou e se posicionou diante das transformações que estavam em andamento na cidade de Florianópolis. Para tal optou-se por dividi-lo em três seções: a primeira, intitulada de “Projetos modernizadores da cidade”, pretende discutir em linhas gerais como a modernização de Florianópolis impactava na vida da população pobre; a segunda, cujo título é “Retratos de outros cotidianos”, problematizará como adversidades cotidianas enfrentadas pela população da cidade foram abordadas no jornal; e, por fim, a terceira seção, “Quando os invisíveis se tornam visíveis: a presença de novos sujeitos no espaço público”, perceberá como sujeitos marginalizados — negros, populações periféricas, homossexuais, etc. — encontram no jornal um espaço de visibilidade e de resistência diante da sociedade em que se encontravam.

4.1 – Projetos modernizadores da cidade

“Mas os habitantes do sul da Ilha que, como dizia o Beto Stodiek, ‘não são tansos nem nada’ já perceberam a jogada: o prefeito quer que eles entreguem as casas, semidestruídas nas bocas dos leões imobiliários” (*AFINAL*, maio de 1980, p.6). Essa constatação feita pela jornalista Rosana Bond na reportagem publicada na 2ª edição,¹⁴² cujo título é “*Um lobo na pele de Cordeiro*”, é elucidativa para problematizar como, no período em que o jornal *Afinal* estava circulando, os projetos de transformação de Florianópolis em uma cidade com características consideradas modernas, tais como altas edificações e avenidas que interligassem os principais pontos da cidade estavam em debate. Além disso, nesse momento, estava acontecendo a ampliação e consolidação da indústria do turismo na capital de Santa Catarina, elemento indispensável nas discussões acerca de especulação imobiliária e da ocupação do espaço urbano.

Segundo o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn, a opção pelo desenvolvimento de uma indústria turística na cidade estava relacionada com as expectativas de futuro que determinados grupos políticos e empresariais tinham naquele momento: inserir Florianópolis no cenário das grandes e modernas cidades do Brasil. Como um caminho possível, a escolha

¹⁴² A 2ª edição é referente a maio de 1980.

pelo turismo possibilitou o favorecimento de determinadas redes políticos empresariais¹⁴³, na posse por áreas que seriam destinadas ao deleite tanto dos turistas quanto da nova classe média emergente e que, conseqüentemente, se tornariam mais valorizadas dentro do perímetro urbano (LOHN, 2016, p. 185-190). Regiões como Jurerê Internacional, Ingleses e Lagoa da Conceição começaram a receber investimentos de infraestrutura para facilitar o acesso a esses bairros além de terem seus espaços utilizados para a construção de residências e hotéis que atendessem as novas demandas de conforto e lazer provenientes desses novos sujeitos sociais.

Na análise de Lohn:

Esta primazia pelo turismo proporcionou oportunidades de ganhos materiais, com a valorização de imóveis que, em muitos casos, foram conquistados em áreas que haviam sido campos comunais, ou seja, partilhados em uso comum por pequenos produtores agrícolas, bem como terras devolutas. Diversas áreas da Ilha de Santa Catarina passaram por um lento processo de apropriação privada, que se acelerou justamente no momento em que o turismo tornou-se a principal bandeira dos grupos dirigentes da cidade. Os terrenos junto às praias sofreram intensa valorização, enquanto seus ocupantes mais antigos perderam o direito de utilizá-los para atividades agropecuárias. (LOHN, 2016, p.190).

A valorização dos imóveis pontuada pelo historiador apresentou conseqüências na vida das pessoas que residiam em áreas de foco do desenvolvimento da indústria turística, como foi o caso também das praias da região sul da cidade. O destaque das paisagens naturais implicava, entre outras coisas, na modificação das paisagens arquitetônicas até então existentes naqueles locais. A derrubada antigas construções para em seu lugar erigir modernas instalações fazia parte dos planos das redes político-empresariais que controlavam a especulação imobiliária da cidade. Através da utilização de diversos mecanismos objetivava-se deslocar a população que vivia nas áreas com potencial turístico para outras localidades com o intuito de que essas regiões fossem valorizadas e procuradas pelos turistas que vinham a Florianópolis.

Contudo, cabe salientar, que os objetivos das redes político-empresariais que investiam na indústria turística da cidade não colocava em primeiro plano os impactos que poderiam ocorrer na vida da população local menos abastada financeiramente. Na medida em que os objetivos desta empreitada estavam concentrados na obtenção de lucros e na inserção de Florianópolis na rota nacional e internacional de destinos turísticos, ações que corroborassem para o alcance do que estava sendo proposto eram colocadas em prática. Nesse sentido, a especulação imobiliária e os conseqüentes aumentos do custo de vida e da

¹⁴³ Reinaldo Lohn afirma que porções da região de Canasvieiras foram adquiridas, por Celso Ramos já na década de 1950, quando o debate acerca da indústria do turismo em Florianópolis começaria a ganhar seus primeiros contornos.

carga tributária paga eram sinais de que nem todas as pessoas estariam incluídas nesse projeto.

Corroborando com o exposto acima, na sequência da reportagem “*Um lobo na pele de Cordeiro*”, Rosana Bond ponderou que a especulação imobiliária atingia a população local fazia algum tempo, pois:

Há dois ou três anos atrás, quando a prefeitura ainda era comandada por Esperidião Amin Helou Filho¹⁴⁴ hoje secretário dos Transportes, os impostos prediais e territoriais tiveram um grande aumento. Para alguns contribuintes o valor duplicou, para outros triplicou ou quintuplicou. A grita foi geral, mas o então prefeito explicou que a elevação não era exagerada e sim “o valor antigo é que era irreal”. O prefeito Cordeiro também acompanhou o altismo (não confundir com “autismo”, embora os sintomas da indiferença generalizada sejam os mesmos), e hoje já tem gente pensando em vender a casa para pagar o imposto. Mas essa história toda foi só para preparar uma outra notícia: a Prefeitura vai cobrar a luz da sua rua. O projetinho já está pronto e será encaminhado à Câmara dos Vereadores. A partir deste ano nós todos vamos pagar a iluminação pública e daí sim, não vai bastar vender apenas a casa para pagar o tributo. Vamos ter que vender nossas próprias mães. (*AFINAL*, maio de 1980, p.6).

O aumento do valor dos impostos pagos sem levar em conta o rendimento financeiro da maior parte população tinha como um dos objetivos/consequência pressionar a venda desses terrenos localizados em bairros de interesses de empresas da construção civil por um preço irrisório a fim de que imóveis de alto padrão, não acessíveis aos então moradores locais, pudessem ser construídos e aproveitados pelos turistas e pela classe média da cidade. Somou-se a isso o fato de que em todas as ruas da capital a iluminação pública, de acordo com a reportagem, seria cobrada, elevando ainda mais a carga tributária paga pelos cidadãos florianopolitanos, fator que acabaria forçando a saída de localizações mais centrais e valorizadas da cidade de quem não pudesse arcar com tais despesas. Na seara de tais movimentos, o paulatino aumento do custo de vida esteve relacionado com a ampliação do número de moradores e com a oferta de empregos que a cidade proporcionava naquele momento, uma vez que, durante a ditadura civil-militar, Florianópolis viveu intensos processos de transformações urbanas e sociais.

Os historiadores Carla Acordi e Felício Mourão Freire analisam como a capital do estado de Santa Catarina inseriu-se nos novos padrões de consumo e de progresso vividos no Brasil naqueles anos da ditadura civil-militar. Ao pontuarem que o desenvolvimento urbano de Florianópolis esteve também relacionado com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1960, do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), em 1962, das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), em 1955, e da Universidade do

¹⁴⁴Esperidião Amin foi prefeito de Florianópolis duas vezes, a primeira entre 1975 e 1978 e a segunda entre 1988 e 1990.

Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC), em 1961, os autores demonstram como a cidade colocava-se diante dos novos tempos na busca por seu desenvolvimento e sua expansão. Nesse sentido, destacam que a vinda de profissionais liberais como professores universitários, engenheiros, publicitários, servidores públicos e etc. no período do chamado “milagre econômico” criaram um extrato social, a nova classe média. Diferente da classe média tradicional que estava baseada em moradores nascidos e criados na cidade e apegada a valores considerados clássicos, como, por exemplo, o catolicismo, a moral e os bons costumes, essa nova classe média que surgia em Florianópolis estava pautada no acesso a bens de consumo e elementos que a diferenciava dos demais segmentos da sociedade como, por exemplo, a escolaridade. Deste modo, o planejamento e o crescimento da cidade foram pensados para atender as demandas desses novos atores sociais, excluindo os que não compartilhassem suas ideias e modos de vida. (ACORDI, FREIRE, 2010, p. 53-55).

Na busca por atender as expectativas e anseios de transformar Florianópolis em uma cidade com ares modernos e atrativos aos olhos de seus moradores das classes média e alta, além de assegurar a permanência e os rendimentos monetários de grupos políticos e econômicos no poder — por exemplo, o Partido Democrático Social (PDS) —, políticas públicas foram criadas, como os Comandos Sociais. Segundo Simone Matos Machado, o programa foi criado em 19 de abril de 1980 pelo então governador Jorge Konder Bornhausen e tinha como objetivo principal a mobilização de estudantes universitários para a atuação em áreas com deficiências sociais. De acordo com sua pesquisa, foram mobilizados 473 estudantes os quais foram alocados em 26 comunidades da Grande Florianópolis. Além disso, assistentes sociais compunham a coordenação e a execução desse projeto, que fora financiado com recursos públicos (MACHADO, 1990, p. 44). As intenções políticas desse programa e a forma como permite perceber a existência de outros sujeitos e de outras ações em um espaço urbano em processo de modificação, foram abordadas nas páginas do jornal *Afinal*.

Na 2ª edição¹⁴⁵ do jornal *Afinal*, Nelson Wedekin assinou uma reportagem intitulada “O grande golpe dos Comandos Sociais”. Nela, Wedekin discorreu sobre como o programa Comandos Sociais (CS) estava investido, na sua leitura, de intenções políticas. No início da matéria já foi pontuado a indefinição do que exatamente seria esse projeto:

Com aparato publicitário (rádios, jornais, Tvs) o Governo do Estado lançou um projeto denominado COMANDOS SOCIAIS. Os objetivos do projeto não são suficientemente definidos. Parece ser algo próximo a levantar os problemas das comunidades periféricas e encaminhar suas soluções.

Um projeto Rondon ou Operação Mauá em escala catarinense? É possível. Não será a primeira vez que se fará “pesquisa social” nos bairros mais carentes. De qualquer

¹⁴⁵ A 2ª edição é referente ao mês de maio de 1980.

modo, é um programa limitado, que atinge apenas a superfície dos problemas sociais que afetam formidáveis contingentes da população. (*AFINAL*, maio de 1980, p.18).

A constatação feita por Wedekin sobre a falta de clareza do que seria efetivamente o projeto e qual seria a sua abrangência permite refletir sobre como os problemas sociais eram relevantes para o campo político somente quando estivessem relacionados com a obtenção de votos para a continuação no poder. Soluções rápidas, de curto prazo e com baixo custo para as deficiências mais superficiais eram o almejado pelo governo, pois o que realmente importava era angariar eleitores a partir de um esquadramento denso do perfil de cada comunidade em que o projeto atuava.

Ao mencionar que, segundo a sua interpretação, o programa Comandos Sociais proposto pelo governo atingia somente a superfície dos problemas que as comunidades enfrentavam, Nelson Wedekin apresentou um tom crítico acerca condutas governamentais para com esta iniciativa uma vez que a considerava limitada. Para Wedekin, o interesse maior estava voltado essencialmente para a formação de novas bases eleitorais a partir de investimentos em ações já existentes e no alinhamento das lideranças e entidades locais com as diretrizes do PDS, fortalecendo, deste modo a sua permanência no poder e não solucionando efetivamente as mazelas que assolavam diariamente as populações que lá residiam (*AFINAL*, maio de 1980, p.18). Compondo a bancada da oposição ao governo de Jorge Bornhausen, Wedekin expôs no jornal *Afinal* – também crítico de Bornhausen- uma análise de como questionário inicial aplicado pelo CS aos moradores alvo do programa continham questões voltadas especialmente para o âmbito político.

Composto de 35 perguntas, o questionário elaborado pela equipe do CS, apresentava perguntas que versavam em investigar, para além das necessidades de cada local específico, como era o eleitorado da região. A partir das indagações de cunho político feitas, na perspectiva de Wedekin, é possível observar que o projeto tinha como uma de suas balizas principais a propaganda política do governo sob a argumentação de que as melhorias que estavam sendo feitas na cidade era resultado de esforços coletivos estaduais e municipais para o seu pleno desenvolvimento. De acordo com a reportagem:

A pergunta 16, por exemplo, depois de listar todos os membros da família, quer saber sobre cada um dos mesmos: “É eleitor?” e “onde vota?”.

Em outra parte do questionário, como se nada tivesse a ver com os itens referidos, a pergunta 24: “A comunidade tem representação na Câmara Municipal? Ou um líder político? Quais?”.

Outro contexto, outro item, o de nº 31: “Entre os moradores desta comunidade, quais você acha mais capazes para ajudar a resolver os problemas comunitários?”.

Outras perguntas denunciam intenções políticos-eleitoreiras, que — estas sim — explicam a verdadeira natureza dos Comandos. Como a de nº 27: “Quem de sua família pertence a alguma associação, entidade ou grupo abaixo-relacionados?”.

Estão relacionados conselhos de moradores, sindicatos, APPs, grupo esportivo, de jovens, mães, etc.

A pergunta seguinte, a 28, quer saber se o entrevistado tem interesse de pertencer à alguma associação. Aí, o Governo pode estimular a criação de associações, ou mesmo “investir” nas já existentes, para assegurar o seu controle político, como é o caso dos atuais Centros Sociais Urbanos e Conselhos Comunitários ou de Moradores, cuja maioria esmagadora é antes a expressão dos interesses eleitorais do Governo, do que das reais necessidades da população.

Embora tudo fique em meio a outras questões e perguntas, dá para sentir as intenções camufladas.

[...]

Os mais otimistas poderão dizer que as conclusões expostas aqui são precipitadas. O certo, entretanto, é que o problema social das comunidades periféricas não se resolverão a partir desse tipo de programa superficial, paliativo, assistencialista. Os comandos sociais são de uma inconsequência quase leviana. Não passam de remendos sociais.

[...]

Se o governo do Estado tivesse um mínimo de sinceridade para as suas recém-descobertas preocupações sociais, não vetaria como fez — verbas para o projeto de educação popular Alfa Gente. Este é um programa sério e de real profundidade. Educa através de uma pedagogia voltada para a libertação do homem, que ensina crianças a pensarem por suas próprias cabeças, a não se verem diante do mundo como seres dependentes e subalternos, mas como agentes e sujeitos do processo histórico, social, econômico e político.

(*AFINAL*, maio de 1980, p. 18).

A transcrição das perguntas especificamente voltadas para a obtenção de dados do perfil político de cada comunidade feita por Wedekin evidenciou como as intenções do governo ultrapassavam o objetivo de proporcionar melhorias as populações marginalizadas da cidade. A possibilidade de ampliação de suas bases eleitorais vislumbrada pelo governo em áreas que concentravam setores populacionais que necessitavam da sua atuação efetiva foi provavelmente uma das principais intenções da criação deste programa. Na busca por garantir a vitória nas eleições que se aproximava, o governo precisava de estratégias e de feitos que mostrassem aos catarinenses que existia um trabalho social em desenvolvimento e que este precisava ser continuado. Contudo, na leitura feita por Nelson Wedekin as ações pretendidas no decorrer da existência do CS não davam conta de solucionar definitivamente os problemas existentes.

A análise que Nelson Wedekin inicialmente fez sobre os Comandos Sociais e suas intenções políticas foi confirmada nas duas edições seguintes, 3^a¹⁴⁶ e a 4^a¹⁴⁷. No entanto, cabe pontuar que essa reportagem da 2^a edição¹⁴⁸ apresentou elementos que permitem observar a existência, para além das ações governamentais, de ações e ideias que visavam oportunizar melhores condições de vida para os habitantes dessas comunidades e que não contavam com nenhum apoio por parte do governo. Ao exemplificar que o projeto de educação popular Alfa

¹⁴⁶A 3^a edição é referente a junho de 1980.

¹⁴⁷A 4^a edição é referente a julho/agosto de 1980.

¹⁴⁸A 2^a edição é referente a maio de 1980.

Gente desenvolvia trabalhos no campo educacional voltado para as necessidades das pessoas que atendia, Wedekin demonstrou que, mesmo sem os incentivos políticos, houve iniciativas sociais pensadas para atender e suprir carências enfrentadas pela população que vivia em áreas consideradas marginais da cidade.

Ao publicar esse tipo de matéria, o jornal *Afinal* possibilitou aos seus leitores o conhecimento de que em Florianópolis existiam e conviviam, no mesmo espaço urbano, diferentes realidades. Enquanto para alguns setores da sociedade o essencial era o acesso aos bens de consumo que eram oferecidos em virtude dos novos tempos que estavam sendo experimentados na cidade, para outros setores o primordial era garantir o mínimo de condições para a sobrevivência em meio a circunstâncias adversas como, por exemplo, baixas remunerações, imobilidade urbana e falta de saneamento básico, fatores que foram abordados na sequência das edições do jornal *Afinal*.

Na 3ª edição¹⁴⁹, os Comandos Sociais voltaram a ser notícia no jornal e, novamente, a tônica política do projeto e a falta de preocupação com as reais necessidades das comunidades que pretendiam atender ditaram o tom da reportagem. Sob o título “*Comandos Sociais tremem*”, o texto de autoria Eloy G. Peixoto e Flávio Carvalho está localizado na página 20 e contou com fotos produzidas por Ezequiel Tiscoski. No início da matéria foi informado que a primeira reunião do CS com a comunidade do Morro da Caixa d’Água, localizada no bairro Estreito, foi realizada no dia 13 de junho com a participação de apenas 27 moradores, enquanto a gafieira do bairro, na mesma hora da reunião, estava lotada. Logo no primeiro parágrafo, os autores da reportagem concluíram que o pouco *quórum* devia-se ao fato de as pessoas que ali residem não colocarem confiança no governo e nas suas tentativas de solucionar os problemas que ali havia.

Afinal, depois de dois meses de visitas à comunidade, era a primeira vez que os meninos falariam dos objetivos dos C.S: “fazer um levantamento os problemas e necessidades para que juntos possamos tomar certas providências”.

No morro da Caixa D’água moram cerca de 1200 famílias, comprimidas nas 310 casas de madeira da favela.

Seus problemas são os mesmos que atingem as comunidades que compõe o cinturão da miséria da Grande Florianópolis. Não há rede de esgotos, o lixo não é recolhido pela Comcap, o fornecimento de energia elétrica é deficiente, o desemprego é rotina na vida da maioria das pessoas, as crianças são subnutridas e não recebem nenhum tipo de assistência médico-hospitalar. (*AFINAL*, junho de 1980, p. 20).

A falta das mínimas condições de sobrevivência que são apontados pela reportagem mostrou que parcelas da população florianopolitana não possuía acesso, por exemplo, a esgotos, médicos e empregos. Embora estivessem dentro da área urbana e próximos das áreas

¹⁴⁹ A 3ª edição é referente a junho de 1980.

nobres da cidade, os habitantes dessa região não eram contemplados pelas mudanças advindas das transformações que ocorriam naquele momento, pelo contrário, eram considerados indesejados e precisavam ser — de algum modo — ou removidos dali ou eleitores do atual governo para que não fossem interrompidos os projetos de tornar Florianópolis um lugar moderno e atraente aos olhares de seus moradores das classes média e alta e dos turistas. Contudo, as finalidades políticas implícitas no CS esbarrariam na resistência dos moradores do bairro para com o governo Bornhausen, pois, na perspectiva de um residente da comunidade exposta na reportagem, se o governo tivesse mesmo interesse em solucionar as carências existentes, se engajaria e financiaria o trabalho lá que já estava em andamento.

— “Vocês precisam aprender muita coisa. Eu não tenho estudo nenhum. Desde os 14 anos trabalho para políticos. Fiz campanha pro Ivo Silveira, Francisco Gallotti, Bulcão Viana e mais muitos outros políticos. Hoje eles passam por mim e fingem que não me conhecem. Vocês estão muito errados em trabalhar para o Governo, não estão vendo a realidade. O Governo quer ganhar eleições e só. A Celesc, Casan, Prefeitura é tudo igual: pelos pobres não fazem nada”.

Com o dedo em riste, *seu* Lauro levantou-se do último banco da capelinha pra dizer na cara dos estudantes que a orientação dada pelo Governo para a ação junto à comunidade está errada.

— “Vocês nos convidaram para participar do trabalho dos C.S., mas na verdade, se houvesse mesmo boas intenções, vocês deveriam vir participar do trabalho que já é feito aqui no morro”. (*AFINAL*, junho de 1980, p. 20).

A constatação de que os estudantes deveriam juntar-se as atividades que já estavam sendo realizadas pelos moradores da comunidade apresentou uma disputa de narrativa que se desenrolava também no espaço público. Ao afirmar que as reais intenções do governo para com o programa Comandos Sociais estavam pautadas pela vitória nas eleições e não por sanar os problemas diariamente ali enfrentados, seu Lauro contrapôs-se ao discurso que estava sendo veiculado pelos estudantes ali presentes. A assertiva de que órgãos como a Casan, Celesc e Comcap pelos pobres não faziam nada possibilita a visualização de como Florianópolis era uma cidade atravessada por acentuadas diferenciações de classe, raça e gênero. Por trás construção da imagem de uma cidade em pleno desenvolvimento de projetos modernizadores existia uma cidade que era negligenciada em suas necessidades mais elementares como saúde e saneamento básico. Nos embates entre as múltiplas versões sobre Florianópolis e seus habitantes, a pesquisa e a escuta que o jornal *Afinal* empreendia procurava mostrar ao seu público leitor as visões e opiniões de diferentes pessoas que experienciavam as realidades as quais suas matérias de seu abordavam, tal como a de seu Domingos.

Seu Domingos, chefe do morro, colou novamente os meninos do Bornhausen contra a parede:

— “Essa não é a primeira reunião como vocês escreveram aí no convite. Nós já fizemos muitas reuniões. Tem muita gente trabalhando e fazendo muita coisa pelo

morro. Se hoje veio pouca gente aqui é porque o povo não confia nestas estórias. Nós estamos trabalhando há muito tempo sem nenhuma ajuda do Governo e já construímos uma parte do esgoto apenas com nosso trabalho. Aliás, isso era dever do Governo. Nos bairros onde vocês moram — bairros de ricos — tem esgoto, lixeiro e tudo mais, mas por aqui continuamos sem as mínimas condições de vida.” (*AFINAL*, junho de 1980, p. 20).

Reiterando o argumento Lauro, Domingos pontuou que o governo não cumpria com as suas obrigações para com o povo e, por conta disso, não inspirava confiança da população para participar de suas iniciativas. Contudo, na sua exposição é igualmente nítida a existência de outra face da cidade, que é marcada pela ausência de infraestrutura e por outras relações sociais. Ao exemplificar que o canal de esgoto que estava sendo construído era fruto da organização e do trabalho da comunidade, Domingos expôs e denunciou como, na ausência de recursos públicos, houve a mobilização dos próprios moradores locais para que melhorias fossem feitas. Colocando no espaço público o debate e a inadimplência governamental para com as comunidades carentes, falas como as de Domingo e Lauro são elucidativas das situações de vulnerabilidade social, política e econômica em que se encontravam as populações marginalizadas da cidade.

Somado a isso, no trecho acima reproduzido, é possível perceber mais uma vez como Florianópolis era uma cidade marcada por diferenças sociais e urbanas que refletiam, entre outras coisas, no acesso a serviços e bens de consumo. Enquanto, de acordo com Domingos, os bairros em que os estudantes envolvidos no CS residiam tinham lixeiros, redes de esgoto, água potável e etc, o morro da Caixa d’Água encontrava-se privado de tais comodidades, mostrando que a cidade não estava sendo planejada e gerida efetivamente para todos os seus moradores, pois, na medida em que diminuía a renda e a proximidade do centro e dos lugares considerados turísticos, mais deficitários ou inexistentes eram os serviços que garantissem as mínimas condições de vida.

Nesse sentido, ao trazer a discussão sobre o programa dos Comandos Sociais e suas finalidades, o jornal *Afinal* colocou no debate público as diversas realidades presentes na cidade de Florianópolis. Ao acompanhar as reuniões que foram realizadas no Morro da Caixa, o periódico pôde construir uma reflexão com o seu público-leitor acerca da ineficiência do governo em atender as necessidades mais elementares daquela população. Somando-se nas críticas já desenvolvidas por setores da oposição, o jornal questionou constantemente a eficácia e a justificativa do programa na medida em que, do seu ponto de vista, não solucionariam em definitivo os problemas enfrentados e poderia ser utilizado como plataforma de campanha eleitoral.

Ao acompanhar o desenvolvimento deste projeto, o jornal *Afinal* buscou retratar — em suas edições que abordaram o tema — como as necessidades e as dificuldades de parcelas da população eram vistas pelo poder político. Na medida em que havia o desejo em garantir a perpetuação do grupo do PDS e de seus aliados no comando do estado, era preciso criar mecanismos que garantissem tal feito. A execução do programa Comandos Sociais, na concepção do governo, era uma saída possível, uma vez que poderia atrair votos e simpatias de setores que, naquele momento, faziam parte da oposição, como as populações de baixa renda. Nesse sentido, o jornal procurou demonstrar como o espaço urbano era também um espaço de disputas políticas em que variados interesses e sujeitos buscavam diferentes meios e redes de relações para alcançar seus objetivos. Se do lado do governo, 473 estudantes universitários e assistentes sociais encaparam, de algum modo, a ideia do programa na tentativa de criar uma aproximação com esse segmento da população, do lado das comunidades, a solidariedade — de modo geral — dos moradores que ali residiam foi um elemento que proporcionou que melhorias fossem feitas para o Morro da Caixa d'Água, independente das ações do governo.

A matéria da 3ª edição finalizou constatando que houve surpresa por parte dos estudantes ante a reação da comunidade acerca das intenções do governo e que, por conta do tumulto causado principalmente pela fala dos senhores Lauro e Domingos, a reunião seria encerrada e a próxima aconteceria no dia 29 de junho.

A reação dos moradores surpreendeu os estudantes. Os Comandos Sociais tremeram. O monitor tentava, em vão, explicar que “nós queremos ser amigos (muy amigo! Muy amigo!) de vocês, orientar direitinho para que vocês resolvam seus problemas!”. Em seguida, considerando a reunião tumultuada, a supervisora dos C.S. decidiu encerrar os trabalhos e marcar para o próximo dia 29, logo depois da missa das 9h, novo encontro com os moradores do morro da Caixa D'água. (*AFINAL*, junho de 1980, p. 20).

Na página seguinte, a 21ª, o jornal expôs uma cronologia de como os fatos da reunião aconteceram, indicando a hora em que a reunião começou — 19h45min —, a hora em que terminou — 21h10min —, os pontos altos e como, após o fim da reunião, um morador e os repórteres se encontraram na gafieira que ficava em frente ao local de onde foi realizada a conversa entre o C.S e os moradores do bairro (*AFINAL*, junho de 1980, p. 21). O assunto dos Comandos Sociais e seus entremeios tanto com o campo político quanto com as transformações da cidade apareceria mais uma vez nas páginas do jornal *Afinal* na edição seguinte, a 4ª¹⁵⁰.

¹⁵⁰ A 4ª edição é referente a julho/agosto de 1980.

Sob os títulos de “O circo chegou!” e “Comandos Sociais voltam ao Morro da Caixa”, as duas reportagens veiculadas na 4ª edição discorreram acerca do objetivo do governo de remover a população daquela localidade para outro local mais afastado por conta da especulação imobiliária que existia na região em virtude da proximidade com zonas consideradas nobres da capital catarinense.

A primeira matéria “O circo chegou!”, localizada na página 10 e que não está assinada, fez um resumo — com toques de sarcasmo — da reportagem seguinte “Comandos Sociais voltam ao Morro da Caixa” de autoria de Flávio Carvalho veiculada na página seguinte, a 11ª. Ao comparar as repostas dadas por Luiz Henrique, o único estudante do C.S. que compareceu à reunião do dia 29, com os personagens do circo a matéria expôs como os envolvidos no programa eram despreparados para atender as demandas que a comunidade apresentava, bem como não possuíam clareza dos reais objetivos do programa.

Luiz Henrique, o único dos Comandos Sociais que teve coragem de voltar ao morro da Caixa, entregou o ouro. O que os mascotes do Bornhausen querem é transferir o pessoal para a Forquilha. A razão é muito simples: favorecer a especulação imobiliária. Negócio velho, já bem conhecido.

Mas o corajoso CS não parou por aí: com apenas 13 pessoas assistindo o que se passava no picadeiro, Luiz Henrique continuou o espetáculo. As 120 manilhas pedidas pela população na reunião anterior, não poderiam ser fornecidas “porque o Governo não pode ser paternalista”.

[...]

Mas o ponto alto da apresentação do “circo do eu sozinho” de Luiz Henrique não foram os papéis até agora apresentados (equilibrista, mágico, malabarista, etc.). Ele é um bom palhaço. Em meio às diversas cobranças do público, acabou respondendo: “olha gente, foi isso que eles mandaram eu falar aqui”. Sem comentários... (AFINAL, julho/agosto de 1980, p. 10).

Ao comparar o estudante com diferentes personagens do circo, a pessoa que escreveu a matéria tomou a plateia enquanto o público de um circo que, neste caso, era protagonizado apenas por Luiz Henrique. Apresentando um cenário onde ao *quórum* da comunidade que estava presente não eram fornecidas respostas efetivas acerca de suas necessidades, a reportagem enfatizou que os Comandos Sociais não estavam preocupados em solucionar os problemas que afetavam cotidianamente a população, pelo contrário, seu objetivo era encontrar um caminho para transferi-los para a Forquilha.

Nos embates entre governo e população, o jornal *Afinal* posicionou-se publicamente ao lado dos moradores da comunidade bem como comprovou a sua argumentação de que o programa dos Comandos Sociais continham intenções políticas e econômicas relacionadas, mais uma vez, com a especulação imobiliária e a ocupação do espaço urbano. Ao acompanhar as reuniões que foram realizadas, o periódico adentrou momentaneamente na realidade daquelas pessoas e verificou o quão negligenciadas elas eram por parte do poder político. Seu

posicionamento crítico em relação a este programa governamental devia-se também a uma conjuntura maior de contraposição a todo um projeto socioeconômico que fora instaurado pela ditadura civil-militar.

As conclusões que foram apresentadas nesta matéria foram exploradas com mais densidade na reportagem da página seguinte — 11^a —, de autoria de Flávio Carvalho. “*Comandos Sociais voltam ao morro da Caixa*” elucidou sobre como as 13 pessoas que participavam da reunião não foram apresentadas repostas consistentes acerca dos problemas que eles enfrentavam. Além da ausência de caminhos para solucionar as dificuldades que a comunidade enfrentava, foi sugerido que a população que ali residia se mudasse para locais mais distantes como a Forquilha ou a Palhoça (*AFINAL*, julho/agosto de 1980, p. 11). Porém, até chegar a essa questão da mudança, a exposição das ideias do CS para solucionar o problema de água e da inexistência de escolas na região foram consideradas risíveis por quem estava presente, segundo consta na reportagem:

Como solução para o problema da água, a proposta trazida pelos Comandos Sociais foi considerada cômica pela reduzida plateia. Luiz Henrique propôs que os moradores fizessem uma comissão para falar com o presidente da Casan, Ari Canguçu de Mesquita. O que Luizinho ignora é que este senhor não está habituado a receber em seu gabinete este tipo de reclamações. A não ser em troca de votos.

O motivo de gargalhada na plateia é muito simples. O único trecho de esgotos canalizados existentes na área foi construído pelos próprios moradores, em regime de mutirão. E quando os Comandos Sociais deram seu primeiro vexame no Morro da Caixa d’Água, no dia 13 de junho, a distinta plateia fez um pedido bastante simples também: 120 manilhas para concluir a rede de esgotos.

Gaguejando, Luiz Henrique, desprovido no momento de manilhas e de companheiros apelou para o ridículo. “Nós não podemos dar tudo. Não podemos ser paternalistas (mais risos...). Só queremos dar uma força para vocês.” (*AFINAL*, julho/agosto de 1980, p. 11).

O trecho demonstrou que, além de não oferecer soluções concretas e possíveis para a comunidade, o comportamento do estudante que representava os Comandos Sociais denunciava que as intenções dos CS em estar em contato com comunidade tinha mais conotações políticas do que realmente ajudar na superação das dificuldades. O não fornecimento do material solicitado para o término da construção da rede de esgotos com o argumento de que o estado não poderia ser paternalista e simplesmente ceder o que fora pedido foi motivo de risadas por parte da comunidade presente e de mais desconfiança quanto às intenções dos Comandos Sociais uma vez que não eram apresentadas propostas consistentes e viáveis para a resolução das dificuldades enfrentadas pelos moradores do morro da Caixa d’Água. A questão da água e do esgoto são exemplos contidos na reportagem sobre como os problemas que a comunidade enfrenta estava longe de ter serem prioridades do governo, porém não são os únicos. A discussão sobre a inexistência de escolas públicas e de

estabelecimentos comerciais na região que atendessem às demandas que a população tinha cotidianamente também foi pontuado no decorrer da matéria, e foi a partir dessas questões que as temáticas de especulação imobiliária e ocupação urbana vieram à tona e possibilitaram compreender como o programa dos Comandos Sociais apresentava contornos políticos e econômicos acentuados.

Outra ideia brilhante apresentada pelo monitor dos Comandos Sociais foi a inscrição das vendas existentes no local na Rede Somar de Abastecimento. É que no morro da Caixa não existem supermercados, e cada um cobra o que bem entende. O problema foi colocado pelos próprios moradores no primeiro aparecimento dos CS.

Um dos moradores resumiu assim: “essa tal de Rede Somar é uma droga. A maior parte do que eles vendem não é o que a gente precisa”.

Mas as verdadeiras intenções dos Comandos Sociais de Jorge Bornhausen foram reveladas pela ingenuidade do Luizinho. Eles querem tirar a população que mora na área, transferindo as famílias para outro local. A medida só favorece a especulação imobiliária, uma vez que o morro está localizado nas proximidades de duas zonas nobres de Florianópolis.

Luiz Henrique sugeriu que as pessoas se mudassem para Forquilha ou para a Palhoça. E veio a reação de um dos moradores: “quer dizer que vocês querem tirar a gente daqui, aonde moramos há tanto tempo e levar para aquele fim de mundo?”.

Responde Luizinho: “é isso mesmo”. O morador insistiu: “E você vai colaborar com isso, rapaz?”.

Fala o incrível Comando Social: “é, foi isso que eles mandaram eu dizer...”.

Só restava uma saída ao mascote do Bornhausen e foi por ali que ele enveredou: “bem gente, acho melhor discutirmos isso numa próxima reunião. Depois das férias dos CSs a gente combina”. Os moradores gargalharam e um deles comentou: “poxa, não tem nem um mês de trabalho e vocês já entraram em férias. É por isso que a gente não acredita no governo.”. (*AFINAL*, julho/agosto de 1980, p. 11).

A descrença da comunidade nas intenções do governo apontava para a existência de outras formas de experimentar o cotidiano da cidade. Conforme o apontado nos trechos acima, as necessidades daquela população não eram atendidas, muito pelo contrário, eram relegadas a um esquecimento uma vez que havia a intenção de forçar uma saída do local para ampliar o mercado imobiliário próximo as regiões mais valorizadas. A proximidade do morro da Caixa d'Água com duas zonas nobres da capital catarinense era um empecilho para o desenvolvimento da especulação imobiliária em Florianópolis, uma vez que a presença de uma comunidade de baixa renda diminuía os valores dos imóveis da região. O *boom* do setor de imóveis na capital estava relacionado, conforme já pontuado anteriormente, com os projetos de modernização da cidade e tinham como objetivo torná-la mais atraente e moderna aos olhos das classes médias e altas bem como aos olhos dos turistas. Nesse sentido, a transferência das pessoas que residiam na região do morro da Caixa d'Água era um objetivo a ser logrado na medida em que seu espaço urbano seria apropriado para a construção de mais edifícios que atendessem as necessidades dos mais afortunados que residiam na cidade. Além disso, cabe pontuar que, entre 1970 e 1980, a população de Florianópolis cresceu 56,38% segundo constatou o geógrafo Victor Antônio Peluso (1990). Esse aumento da população

acarretou em mudanças na forma de ocupar e experimentar o espaço urbano. Regiões antes consideradas distantes como, por exemplo, a Trindade, passaram a ser valorizadas na medida em que começaram a ser ocupadas por famílias com rendas elevadas e por locais de trabalhos que ofereciam melhores salários, como a ELETROSUL e a UFSC (SILVA, 2010, p. 111-112).

No ínterim dessas transformações, a cidade ia se delineando e transformando-se. As relações com o campo político eram estreitas e o programa dos Comandos Sociais é um exemplo de como política, espaço urbano e interesses econômicos podiam confundir-se na medida em que, conforme já demonstrou Patrícia Zumblick Santos May (1998), as redes empresariais do estado eram atores importantes na cena política catarinense.

Embora o jornal *Afinal* tenha encerrado suas publicações sobre os Comandos Sociais na sua 4ª edição, as denúncias acerca das ausências de serviços públicos de qualidade e as dificuldades que a população florianopolitana enfrentava estiveram presentes ao longo das edições seguintes do periódico. Com o intuito de tornar público uma cidade que era entrecortada por divisões sociais, raciais e de gênero, o jornal *Afinal* procurou apresentar como existiam, para além dos cotidianos das pessoas das classes média e alta, outros cotidianos e outros sujeitos circulando e vivendo no espaço urbano.

4.2 – Retratos de outros cotidianos

Na seção Feira Livre da 2ª edição¹⁵¹ do jornal *Afinal*, encontra-se publicada na página 5 uma nota intitulada de “Se o ônibus voar, é culpa do prefeito” de autoria de Ney Vidal. Nela, é exposta a precariedade do sistema de transporte público da capital a partir das reclamações dos moradores do bairro da Lagoa da Conceição. A nota começou da seguinte maneira:

Pior que o desastre com o avião da Transbrasil que deixou mais de 50 cadáveres no Morro da Virgínia, em Florianópolis, vai ser quando um dos ônibus da Emflotur¹⁵² despencar pelo morro da Lagoa da Conceição abaixo, transportando a sua eterna super lotação de irritados passageiros.

Mas a Prefeitura de Florianópolis, Francisco Cordeiro à frente, parece gostar das manchetes sensacionais que enfeitam as páginas de polícia. No dia em que faltar freio a um desses ônibus, que transformam os moradores da Lagoa em “presuntos” em potencial, talvez o funcionário teoricamente encarregado de resolver estes assuntos descubra no fundo de suas gavetas, diversos abaixo-assinados e memorando reclamando e pedindo providências. (*AFINAL*, maio de 1980, p.5).

¹⁵¹ A 2ª edição é referente ao mês de maio de 1980.

¹⁵² Emflotur é uma das empresas de ônibus que compõem o sistema de ônibus de Florianópolis.

Além de constatar o problema sobre a ineficiência do transporte público, a nota dissertou sobre como a população já havia se manifestado pedindo soluções por parte dos órgãos públicos responsáveis, porém, sem a obtenção de nenhuma resposta concreta que indicasse que a situação mudaria para melhor. A nota apresentou aos seus leitores e leitoras os esforços que os moradores da Lagoa da Conceição fizeram para tentar solucionar o problema, que consistiram em mais de 10 idas à prefeitura, diversos abaixo-assinados e até procura de um funcionário público chamado Décio¹⁵³ para sanar a dificuldade dos moradores do bairro em se locomover pela cidade por conta da escassez de horários (*AFINAL*, maio de 1980, p.5). Nesse entremeio entre diversas mobilizações feitas, a nota apontou que um estudo promovido pela Geipot¹⁵⁴ foi feito e que:

O pessoal do Geipot fez o estudo e chegou à conclusão mais óbvia: os moradores tinham razão. Os horários eram insuficientes, e quando eles não obtinham a graça de poder arriscar suas vidas, ficavam a pé mesmo, e sem poder chegar no trabalho. E todo mundo sabe, patrão não quer saber de historinha...

Décio resolveu marcar uma reunião com a representante da Emflotur. Seu nome é Valquíria. [...]

Dona Valquíria afirmou nesta reunião que a empresa não poderia atender às reclamações porque o serviço para aquela região era deficitário. Engraçado, os abaixo-assinados que foram encaminhados ao Décio tinha 500 assinaturas, número suficiente de passageiros descontentes para lotar diversos ônibus.

E os candidatos às manchetes ou ao desemprego que moram na Lagoa da Conceição continuam esperando. Qualé, Décio? Larga o teu carro e vai andar de ônibus. (*AFINAL*, maio de 1980, p.5).

Ao focar na deficiência do transporte coletivo da capital, a nota permite que se visualize um aspecto da realidade de quem dependia de ônibus para se locomover por Florianópolis naqueles tempos. Além de as estradas não apresentarem boa qualidade, o mau serviço ofertado à população e a ausência de soluções causava indignação e reclamações, as quais foram noticiadas em outras edições do jornal *Afinal* como, por exemplo, a 3^a¹⁵⁵. Entretanto, essa primeira nota publicada pelo periódico expressou aspectos que estavam relacionados com a necessidade que uma parcela da população florianopolitana tinha do transporte público para circular no interior da cidade. O uso do transporte público para chegar aos destinos tais como o local de trabalho esbarrava, por vezes, na lotação do ônibus ou até mesmo na falta dele, o que acabava por causar transtornos à vida das pessoas.

Ao abrir espaço para esse tipo de publicação, o jornal *Afinal* retratava em suas páginas que o cotidiano das camadas populares era caracterizado, entre outras coisas, pela ineficiência

¹⁵³ A única informação que consta na nota é que o funcionário Décio também havia trabalhado na gestão de Esperidião Amim.

¹⁵⁴ A sigla Geipot significa Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte. O órgão foi criado em 1965 e extinto em 2002 e sua finalidade era desenvolver e coordenar estudos sobre transportes. No recorte temporal desta pesquisa, ele encontrava-se ligado ao Ministério do Transporte.

¹⁵⁵ A 3^a edição é referente a junho de 1980.

de serviços públicos essenciais, como era o caso do transporte. Soma-se a isso, o fato de o periódico procurar tornar público — ao longo de toda a sua trajetória — como esse tipo de situação de falta de investimentos públicos para melhorar a vida de toda a população — e não apenas dos setores mais favorecidos economicamente — era recorrente na cidade em variados âmbitos, como se verá na sequência.

Contudo, não eram apenas os redatores do periódico que estavam descontentes com a situação do transporte coletivo de Florianópolis e se preocupavam com os possíveis impactos que isso trazia para a vida de quem não possuía carro. Um leitor aproveitou a seção de cartas do jornal para compartilhar a sua frustração acerca do transporte coletivo. Em carta intitulada de “Bronca no Transporte Coletivo”, Ézio J. Cardoso teceu duras críticas ao governo municipal e fez um relato da sua percepção sobre o tema, que contém indícios sobre como a cidade de Florianópolis convivía com acentuadas desigualdades.

Senhor Diretor:

Dentre as inúmeras mazelas que afligem a comunidade florianopolitana, sem que o poder público lhes dê a devida atenção, destaca-se o problema dos transportes coletivos.

O governo, através de intensas campanhas, conclama à economia de combustível; apela ao cidadão que possui automóvel para que o deixe na garagem e utilize-se dos veículos coletivos para sua locomoção.

Teoricamente, essas campanhas são corretas e, por isso mesmo, deveriam merecer plena acolhida. Entretanto, é óbvio, para que isso acontecesse era necessário a garantia de transporte coletivo, farto, barato, dotado de mínimas condições de conforto e segurança, e, o que é seguramente mais importante, dentro de horários cumpridos rigorosamente.

Como essas condições inexistem as campanhas do governo jamais irão obter o resultado pretendido, junto aos possuidores de automóvel.

Mas, senhor diretor, esse é o aspecto menos grave do problema, pois que o proprietário de automóvel não sofre maior prejuízo, além, é claro, de pagar a gasolina ao preço mais caro do mundo.

O detalhe realmente importante é aquele que concerne ao povão, ao homem anônimo, àquele que não tem automóvel e que fica totalmente à mercê da boa vontade dos donos das empresas que transportes coletivos, organizações que objetivam apenas o lucro fácil e rápido, às custas do sacrifício de seus usuários.

Aqui em Florianópolis, a questão está atingindo às raias do absurdo.

Protegidos pela inoperância, pela conivência, pelas omissões da Prefeitura Municipal, nossas empresas de Transportes Coletivos praticam, diariamente, verdadeiros crimes contra a população, seja através da cobrança de preços escorchantes, seja oferecendo aos usuários, veículos em péssimas condições, seja não cumprindo os horários já altamente espaçado de suas diferentes linhas. E dentre essas empresas, destaca-se negativamente, como a pior das piores, a Empresa Trindadense, servindo à uma ponderável parcela da comunidade florianopolitana, constituindo em sua maioria por empregados, trabalhadores e funcionários públicos, esta empresa faz os horários como bem entende, sem qualquer respeito aos compromissos daqueles que dela têm que valer.

E quanto algum passageiro reclama, vem logo a observação do motorista ou do cobrador: “Queixe-se na Prefeitura”, o que, em outras palavras, é o mesmo que dizer “Não enche”, ou “Não amola”, pois que a Prefeitura recebe queixas diárias sobre o problema e até hoje não tomou qualquer providência.

Assim, senhor diretor, embora não acreditando que qualquer providência venha a ser tomada para coibir esses permanentes abusos, valho-me de seu jornal para exercer o último e derradeiro direito que ainda resta ao povo: o direito de gemer.

Atenciosamente,
Ézio J. Cardoso (*AFINAL*, junho de 1980, p.23).

A carta acima transcrita apresenta similitudes com a nota anteriormente apresentada na medida em que trouxe para o conhecimento público reflexões sobre como a má qualidade do transporte coletivo influenciava na vida das pessoas e o quanto as reclamações e apelos da população não eram atendidos por parte do governo municipal uma vez que estavam em desacordo com os interesses dos projetos modernizadores da cidade. Ao pontuar que o transporte coletivo de Florianópolis era ineficaz por uma série de motivos, Ézio chamou a atenção para as dificuldades que os usuários enfrentavam, além do fato de que as reclamações feitas na prefeitura acerca do transporte público — segundo constam nas duas fontes publicadas no jornal *Afinal* — serem em vão na medida em que nenhuma melhoria no serviço durante o tempo em que o jornal *Afinal* esteve circulando parece ter sido feita. É interessante observar como o autor da carta construiu uma narrativa em que as desigualdades vivenciadas em Florianópolis ficaram nítidas a partir do exemplo do transporte coletivo. Enquanto a classe média era detentora de carro ou meio de condução própria, parte da população dependia de ônibus, que parecia não ofertar corretamente o serviço prejudicando quem dele se valia. Além disso, ao nomear as pessoas que utilizavam o transporte coletivo é possível perceber que se tratavam de sujeitos para quem a cidade não estava sendo pensada e planejada, pelo contrário, alguns deles eram indesejados dentro das áreas urbanas nobres ou próximas a elas enquanto moradores. Nesse sentido, se os jornais da grande imprensa local — por exemplo, *O Estado* — procuravam mostrar uma cidade que estava se modernizando cotidianamente com a construção de novos edifícios, a abertura de novas lojas de bens de consumo, etc., o jornal *Afinal* se contrapôs a essa abordagem e retratou uma cidade que não atendia às demandas de setores da população que careciam de investimentos, como era o caso do transporte coletivo.

No entanto, a questão do transporte coletivo não foi a única discussão que o jornal *Afinal* realizou acerca de como o desenvolvimento Florianópolis marginalizava e excluía sujeitos e realidades. Na 12ª página de sua 5ª edição¹⁵⁶, o periódico publicou uma matéria não assinada intitulada de “Crime no Mocotó” que denunciava a instalação de uma rede elétrica de alta tensão com falhas técnicas no Morro do Mocotó, que fica próximo a uma área central da capital. Enfocando em como essa rede de alta tensão prejudicaria as pessoas que moravam no morro, a matéria iniciou explicando ao leitor do por que a rede elétrica de alta tensão fora instalada:

¹⁵⁶ A quinta edição é referente a setembro de 1980.

Sobre a cabeça dos moradores da Rua Treze de Maio, no Morro do Mocotó, já não pesa só a miséria, a marginalidade, a insalubridade e o descaso do prefeito Cordeiro. Agora a população terá que suportar a tensão de 138.000 volts irresponsavelmente suspensa, a poucos metros de seus tetos pela multinacional SADE, a da Celesc.

[...]

Há algum tempo atrás, a população do Mocotó foi despertada por uma estranha movimentação. Seriam os imprevisíveis Comandos Sociais? Não, não eram os rapazes do Bornhausen. Certamente também não eram os homens da prefeitura trazendo algum benefício. Nunca tinha sido assim e não seria agora, quando nem eleições estão à vista. Mas bastaram poucas horas para que todos soubessem a desgraça que os aguardava. A empresa SADE — Sul Americana de Eletricidade — multinacional, empreiteira da Celesc, iria estender sobre a pobreza do morro uma rede de alta tensão para transmitir energia para a Trindade, Carvoeira, Saco dos Limões, Costeira, etc.

Não teve aviso, consulta, e estava claro que mais uma vez o povo seria pisoteado. (*AFINAL*, setembro de 1980, p. 12).

A matéria ponderou que a instalação da rede elétrica de alta tensão feita pela SADE não beneficiaria os residentes da comunidade, pelo contrário, os prejudicaria uma vez que, de acordo com o apurado pela reportagem, o campo eletromagnético poderia causar inutilização de aparelhos eletrônicos, distúrbios nervosos nas pessoas e até mesmo a morte em virtude de prováveis explosões devido às falhas técnicas cometidas na hora da instalação, desconsiderando que aquela era uma área residencial que sofria com uma série de carências relacionadas a condições básicas de vida (*AFINAL*, setembro de 1980, p.12). Após chamar a atenção para os danos que a comunidade sofreria por conta da rede elétrica de alta tensão, a matéria relatou que, por mais que os moradores do bairro fossem contra a instalação e tentassem resistir de algum modo, de nada adiantou. As falas dos moradores que o jornal *Afinal* publicou a respeito da situação em questão indicam que as melhorias que estavam sendo feitas na cidade naquele momento não eram destinadas para toda a população e sim para determinados setores sociais com acesso a bens de consumo e boas condições financeiras. Arcendino de Oliveira, um dos moradores escutados pelo jornal, narrou que:

— Eu tentei de tudo para impedir esse negócio. Dava para ver que boa coisa não era. Falei com os moradores, fizemos abaixo-assinado, mas aqui tem muita pobreza, ignorância e ninguém se anima enfrentar uma autoridade.

Vida de pobre não é fácil. Aposentado, pai de nove filhos, 53 anos nas costas. Seu Arcendino perdeu todas as esperanças e a tranquilidade para o resto de seus dias. Até com o prefeito ele falou, mas a promessa de “dar um jeito” ficou só no papo mesmo. Foi com os vizinhos na Celesc e também não adiantou nada. Agora ele só espera que nada de grave aconteça no futuro. A segunda torre de metal tem uma pata sobre seu terreno e quem quiser subir o morro tem que abaixar a cabeça para não dar uma cacetada numa das vigas. Um diretor da Celesc teve o descaramento de lhe dizer que se algum acidente fatal ocorrer haverá indenização: “Mas não tem dinheiro que pague uma morte na minha família.” (*AFINAL*, setembro de 1980, p. 12).

O relato do senhor Arcendino apontou que, embora a comunidade tenha se manifestado e mobilizado contra a instalação da rede de alta tensão indo, inclusive, a órgãos competentes para tal, o esforço foi em vão. A resposta que um diretor da Celesc deu ao

morador da comunidade sobre uma possível indenização financeira em caso de morte por conta da rede elétrica exemplifica o quanto o progresso e a modernização da cidade — especialmente das suas áreas nobres — eram desejáveis mesmo que isso pudesse vir a custar a vida de outras pessoas que, nesse caso, não estavam inseridas nesses processos de transformação urbana que a cidade passava. Entretanto, esse depoimento não foi o único. Dona Ernesta Roselinda também se pronunciou no jornal *Afinal* acerca dos danos que a instalação da rede causou na sua casa.

A Dona Ernesta Roselinda, 59 anos, aposentada, teve sua humilde residência quase destruída por uma pedra que despencou depois de uma dinamitação dos homens da SADE. “Agora não adianta mais nada. Nós chamamos a televisão, todos vocês e ninguém apareceu. Eles acabaram com a nossa vida. Somos pobres e não temos a quem recorrer.” (*AFINAL*, setembro de 1980, p. 12).

A fala de dona Ernesta sobre como não houve nenhuma iniciativa por parte da grande mídia em atender aos chamados da comunidade do morro do Mocotó e tornar público o que estava acontecendo lá oferece indícios para pensar o quanto a cidade era atravessada por diferentes realidades. A relação que a moradora estabeleceu entre a falta de recursos financeiros e a ausência de preocupação dos poderes públicos da cidade para com a comunidade demonstram que tanto os interesses financeiros das redes político-empresariais municipais e estaduais quanto o avanço rumo à modernização completa da cidade eram os objetivos almejados por parte dos gestores da cidade. Nesse sentido, quem não estivesse dentro dos planos modernizadores da cidade não era visto com bons olhos, ao contrário, eram por vezes considerados uma espécie de entrave para os planos que se tinham, especialmente quando se tratavam de lugares que ficam próximas a zonas de especulação imobiliária.

Ao publicizar relatos como de dona Ernesta e do senhor Arcendino, o jornal *Afinal* trouxe ao seu público leitor histórias e sujeitos que dificilmente seriam encontrados nas páginas da grande imprensa. Além disso, o periódico procurava, na medida do que era possível, tornar público em suas edições como existiam pessoas e lugares os quais careciam, entre outras coisas, de serviços de infraestrutura e de investimentos por parte dos órgãos governamentais. Nessas realidades que o jornal buscava expor, as lutas e anseios por melhores condições de vida estavam presente nas mais variadas formas. Colocando-se enquanto um instrumento de divulgação para que cotidianos marcados por pobreza e pela ausência de serviços básicos — tais como rede de esgoto ou transporte coletivo — fossem conhecidas e disseminadas, o jornal *Afinal* foi um espaço em que essas desigualdades sociais presentes em Florianópolis foram noticiadas e discutidas.

Na sua 10ª edição¹⁵⁷, o jornal publicou uma pesquisa feita pela Associação de Moradores do Morro da Caixa — o mesmo que já havia sido alvo dos Comandos Sociais — acerca do perfil da comunidade. Esses dados foram levantados em virtude de um problema de posse de terras que estava assolando os moradores da comunidade. Na reportagem intitulada “Grilagem”, que está localizada na página 12 da referida edição, o jornalista Flávio Expedito Carvalho explicou o contexto da querela entre um empresário e especulador imobiliário da cidade, Germano Spricigo, e alguns moradores do Morro da Caixa.

É claro que a justiça está sendo enganada pelo simplório milionário Germano Spricigo, o especulador que se diz dono e senhor absoluto de uma das áreas mais valorizadas em termos imobiliários de Florianópolis: a favela do Morro da Caixa no Estreito, ou seja, 70.000 m², onde vivem, nas 310 casas levantadas, 350 famílias, totalizando aproximadamente 1.500 pessoas.

Mas o povo indaga: “se ele é dono do morro por que, então, está comprando os lotes e as casas de todo mundo?”.

Por estar há menos de 10 min do centro da cidade localizada dentro do futuro anel rodoviário de Florianópolis, dando fundos para a praia de Coqueiros, o Morro da Caixa despertou a cobiça dos especuladores imobiliários há muito tempo agindo na capital. (*AFINAL*, março/abril de 1981, p. 12).

Por ser uma área localizada próxima de regiões nobres da cidade e dentro de um perímetro urbano valorizado, o Morro da Caixa despertava interesse dos investidores imobiliários da cidade, como era o caso de Germano Spricigo, que também era dono da empresa de ônibus Jotur e de terras ao longo do estado. Com o intuito de adquirir o maior número de lotes e casas dentro da comunidade, o empresário, segundo consta na reportagem, foi orientado por seus advogados a adotar a seguinte tática de compra dos terrenos:

Inicialmente, ele põe um olheiro rondando a favela, levantando as necessidades de cada um. Esse personagem é conhecido na localidade como “rato branco”. Aí é a vez do Germano entrar em cena. Dizendo-se sabedor das péssimas condições de vida do morador e penalizado com a situação, Germano se oferece para comprar o barraco da pessoa, prometendo que ela não precisará sair de casa, bastando pagar um simples aluguel mensal.

Desinformado e desesperado o morador aceita a proposta sem saber que numa das cláusulas do contrato de compra do barraco consta que o morador vende também a posse. Aí é que ele entra bem pois, passado algum tempo, o esperto Germano dá entrada num processo na justiça requerendo a reintegração de posse, pondo o ex-proprietário no olho-da-rua. (*AFINAL*, março/abril de 1981, p. 12).

Expondo o argumento de modo incompleto durante a negociação de compra da casa do morador da comunidade, o especulador imobiliário utilizou-se de uma cláusula contratual — que não era observada pela maioria dos moradores na hora da venda — que possibilitava o processo judicial de reintegração de posse e a consequente expulsão do antigo proprietário do daquele local. Valendo-se da situação de vulnerabilidade social que atingia a comunidade, Spricigo colocava seus interesses particulares em primeiro plano. O importante para o

¹⁵⁷ A 10ª edição é referente a março/abril de 1981.

empresário, de acordo com o que é possível inferir na reportagem, era possuir a maior quantidade de terrenos em áreas que seriam cada vez mais valorizadas por conta dos investimentos que estavam sendo planejados para o centro de Florianópolis.

Ao discutir essa questão o jornal *Afinal* colocou em perspectiva o quanto a especulação imobiliária assolava a cidade naqueles anos e prejudicava pessoas em precárias condições de vida, como era o caso das pessoas com quem Germano Spricigo estabelecia algum tipo de negociação.

Atualmente existem aproximadamente 70 famílias ameaçadas de expulsão, jogadas ao relento sem ter para onde ir devido a ganância de grileiros como Germano, sendo que alguns deles são ligados a órgãos públicos de Florianópolis.

Tramitam hoje na justiça oito processos de reintegração de posse e cinco ações judiciais de protesto movidas por Germano Spricigo. Algumas das últimas são:

1 – D. Nair Soares, viúva, 63 anos, morando há 30 anos no local. D. Nair vive em situação de extrema pobreza. No barraco onde mora não tem água nem luz.

2 – Antônio João D’Ávila, casado, 50 anos, estivador. A mulher de Antônio, D. “moça”, faz bananas recheadas para ajudar nas despesas da casa. Com eles aconteceu o cúmulo. Mesmo tendo escritura de propriedade registrada em cartório, o casal recebeu notificação judicial, nº 488/80, assinada pelo juiz da 6ª Vara Cível.

3 – João Pascoal da Silva, 70 anos, doente e semi-cego. Pascoal, apesar de possuir contrato de compra e venda da casa e residir há 23 anos na favela está sendo pressionado por Germano.

4 – Maria dos Santos Bento, viúva, lavadeira, residente no local há 23 anos.

5 – Neri José de Souza, motorista, morador no morro há 25 anos.

Alguns desses moradores não possuem título de propriedade dos terrenos onde vivem, mas juridicamente, por residirem no local há mais de 20 anos, tem o direito de receberem o “uso capião”, dezenas de outros favelados encontram-se na mesma situação. (*AFINAL*, março/abril de 1981, p. 12).

Ao conferir nome e sobrenome para alguma das pessoas que estavam sendo processadas por Germano Spricigo, o jornal *Afinal* procurou conferir humanidade à história que narrava além de mostrar que as pessoas que residiam na periferia da cidade eram sujeitos que deveriam ser tratados com dignidade e respeito. Na concepção do periódico, era necessário expor à população catarinense que existiam lugares em que as mínimas condições de vida não eram asseguradas e que a modernização da cidade possuía outra face para além da do progresso e da inserção da cidade em novos tempos.

Nesse sentido, para adensar suas considerações acerca das condições de vida precárias da população do Morro da Caixa e reforçar sua perspectiva de que a modernização da cidade apresentava uma face que marginalizava determinados sujeitos e realidades, o jornal publicou na página seguinte, a 13ª, dados de uma pesquisa socioeconômica¹⁵⁸ que foi feita pela Associação de Moradores do Morro da Caixa. A partir de 5 eixos norteadores: 1 – Composição familiar; 2 – Renda mensal e profissão; 3 – Habitação; 4 – Saneamento básico e

¹⁵⁸ A página em que a pesquisa está publicada encontra-se na seção de Anexo desta dissertação.

5 – Educação, o jornal objetivava tornar essa realidade mais concreta a partir da apresentação de estatísticas realizadas. Nas palavras a exposição desses dados justificava-se:

Para se ter uma ideia mais concreta das condições sub-humanas em que vivem os favelados que o grileiro Germano Spricigo quer desalojar, publicamos, com exclusividade, o levantamento sócio-econômico que a Associação dos Moradores do Morro da Caixa realizou. (*AFINAL*, março/abril de 1981, p. 13).

Entre os dados que a pesquisa obteve, cabe ressaltar que na comunidade residiam por volta de 819 adultos e 714 menores de idade em diferentes faixas etárias; que a existência de famílias com renda superior a 3 salários mínimo devia-se ao fato de que os filhos já trabalhavam e o salário era somando na renda familiar; que cada família era composta em média por 5 pessoas; que a maioria das pessoas que residiam no Morro da Caixa estavam ali há mais de 20 anos; que não existia uma rede de esgoto e de coleta de lixo que atendesse toda a comunidade e que cerca de 150 pessoas residentes ali eram consideradas analfabetas. Essa sistematização realizada permitiu que a comunidade do Morro da Caixa ganhasse formas e contornos em diferentes aspectos, como, por exemplo, as profissões que eram exercidas ou quais os pontos que necessitavam de maior investimento para o melhoramento das condições de vida. Além disso, os dados que foram apresentados pela pesquisa permitiriam visualizar que uma heterogeneidade de sujeitos convivia no mesmo espaço.

No íterim das discussões que o jornal *Afinal* realizou acerca de outras formas de realidade que existiam na cidade de Florianópolis nos anos de sua circulação, o periódico enfatizava as relações com o campo político e com os projetos de modernização da cidade que estavam sendo gestados e executados. Nesse sentido, as denúncias que o jornal procurou fazer buscavam refletir sobre as experiências de segmentos da sociedade que foram prejudicados, marginalizados ou até mesmo excluídos dos processos de transformação urbana que possuíam como foco a inserção da cidade em novos tempos a partir, principalmente, da ênfase no desenvolvimento da indústria turística e crescimento da área da construção civil.

No entanto, além de se dedicar a mostrar que existiam diferentes realidades dentro de Florianópolis, o jornal *Afinal* procurou também apresentar em suas páginas grupos de pessoas que, por diferentes razões, eram marginalizadas da sociedade como era o caso, por exemplo, de pessoas negras e homossexuais.

4.3 – Quando os invisíveis se tornam visíveis: a presença de novos sujeitos no espaço público

Por estar circulando em um momento de grande efervescência sociopolítica, o jornal *Afinal* procurou abrir espaço em suas páginas para sujeitos historicamente marginalizados

como, por exemplo, negros e homossexuais fossem ouvidos. Na 6^a¹⁵⁹ e na 12^a¹⁶⁰ edições do periódico foram publicadas reportagens que discutiram as experiências desses grupos no espaço urbano de Florianópolis. No entanto, antes de analisar como o periódico problematizou a existência dessas pessoas, cabe pontuar que elas fazem parte de um processo de inserção na cena pública de novos atores políticos e sociais.

O cientista político Eder Sader no livro “Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)”¹⁶¹ (1988), pondera que a redescoberta dos movimentos sociais ao longo da década de 1970 — por exemplo, trabalhadores, mulheres e negros — indicava a emergência de novas identidades coletivas na medida em que esses movimentos passaram a ser vistos pelas suas linguagens, pelos valores que professavam e pelos lugares de onde se manifestavam. De acordo com Sader, esses novos sujeitos sociais e políticos, quando irromperam na cena pública brasileira, alteraram roteiros de lutas políticas que estavam já estabelecidos, criaram seu próprio espaço, requeriam novas categorias para a sua compreensão e foram indícios de um comportamento coletivo de contestação social à ordem vigente (SADER, 1988, p. 26-36).

Na seara das discussões acerca dos novos personagens que ganhavam espaço na cena pública nacional, o jornal *Afinal* trouxe a problemática para o estado de Santa Catarina e, especialmente, para a cidade de Florianópolis. Procurando refletir sobre as experiências desses sujeitos no espaço público estadual e municipal num contexto caracterizado por comportamentos e ideias conservadoras, o periódico buscou mostrar as mais variadas situações de vulnerabilidade e de preconceitos que essas pessoas sofriam.

Na 6^a edição foi veiculada na página 14 a reportagem intitulada “Recado das bichas à polícia e seus agressores: ‘Não é deste tipo de pau que a gente gosta’”, de autoria de Sérgio Rubim. Nela foi exposto que prostitutas homossexuais vinham sofrendo agressões físicas e verbais por pessoas da cidade que se diziam defensoras da “família, da moral e dos bons costumes”. Discorrendo acerca de como esses sujeitos não tinham sua segurança e proteção garantidos pelas instituições competentes — por exemplo, polícia — e eram marginalizados e discriminados pela sociedade, a matéria evidenciou que a circulação desses indivíduos no espaço urbano da cidade era permeada pela constante possibilidade de violências físicas e

¹⁵⁹ A 6^a edição é referente a outubro de 1980.

¹⁶⁰ A 12^a edição é referente a maio de 1981.

¹⁶¹ Embora o livro esteja voltado a analisar a novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores da Grande São Paulo ao longo da década de 1970, as considerações que são propostas no decorrer da obra indicam caminhos reflexivos para a problematização de outros personagens que entram em cena ao longo das décadas de 1970 e 1980.

verbais. Exemplificando suas constatações a partir do caso do cabeleireiro Sidney¹⁶² — cuja história foi contada na sequência da reportagem — Sérgio Rubim apontou que Florianópolis continha traços acentuados de conservadorismo comportamental.

Segunda-feira, 16 de setembro de 1979. Aproximadamente 22 horas. O cabeleireiro Sidney caminha calmamente pela rua Almirante Alvim, em frente à Faculdade de Economia: é abordado por dois homens, que descem de um fusca vermelho e lhe pedem documentos.

Assim começou, em Florianópolis, uma verdadeira campanha de violência desencadeada contra prostitutas e homossexuais, envolvendo desde policiais até grupos organizados. Durante as sessões de espancamentos os tarados manifestam sua ideologia de preservação da “família, da moral e das tradições.”.

Vários outros casos aconteceram. E todos os agredidos deixam claro que foram alvos de um grupo organizado que, em nome da propriedade e da moral, espancam com a certeza de que não serão punidos.

A maioria dos sequestros de homossexuais aconteceu em pleno centro da cidade. E sempre com a participação de um jovem alto, louro, olhos claros e cabelos cortados tipo militar.

Marginalizados e discriminados pela sociedade, os homossexuais não procuram a polícia ou a imprensa para denunciar as agressões. Alegam não acreditar que as instituições lhes protejam e também temem sofrer represálias.

Em relação aos órgãos de comunicação, sabem que as grandes empresas jornalísticas só se interessam por fatos como esses para fazer sensacionalismo, sem nunca se preocupar em defender o direito de prostitutas e homossexuais se manifestarem livremente. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.14).

Ao discutir algumas questões que perpassavam a vida desses sujeitos como, por exemplo, a falta de segurança nas ruas e a ausência de órgãos ou pessoas que os escutassem de modo sério levando em consideração as suas experiências e particularidades, a reportagem evidenciou que essas pessoas eram colocadas à margem do convívio social estando passíveis de serem violentadas a qualquer momento. Em virtude de um não enquadramento nos papéis sociais almejados por uma sociedade pautada por valores burgueses e heteronormativos, prostitutas e homossexuais eram vistos, entre outras coisas, enquanto destoantes e destruidores das crenças de moral e bons costumes em voga na época. Sua circulação em determinados espaços da cidade como, por exemplo, o centro, era indesejada por determinados setores da sociedade que, para deixar claro o seu descontentamento com a presença dessas pessoas, poderiam chegar a agredi-las fisicamente, como foi o caso presenciado pelo jornal.

Há cerca de 15 dias atrás, uma quarta-feira, pouco antes das 10h:30min da noite, *AFINAL* presenciou uma cena que ilustra bem o comportamento policial frente a este tipo de agressão.

Uma prostituta, aparentando cerca de 24 anos, baixa estatura e cabelos mechados, foi agredida por quatro “homens” (?): três PMs à paisana e um funcionário do Supermercado Central.

Conseguindo se desvencilhar dos agressores, a mulher dirigiu-se ao posto policial localizado no Calçadão da Rua Deodoro, no centro da cidade.

¹⁶²Sob o título de “Cabelereiro chique faz viagem ao inferno” o jornal narrou como Sidney foi espancado com socos, pontapés, chutes por um grupo de homens que o abordaram na rua, o imobilizaram e levaram-no, de carro, em direção ao bairro do Abraão, onde as agressões físicas, além de insultos, aconteceram. Por conta desse episódio, o cabelereiro ficou hospitalizado durante 15 dias.

Chorando muito ela foi “atendida” pelo cabo de plantão. Minutos depois, chegavam os quatro espancadores, rindo muito e conscientes de que ficariam impunes.

— Eles me convidaram pruma suruba e, como não topei, começaram a me dar socos na cabeça, contou a prostituta.

— Pode ir pra casa que eu vou encaminhar a denúncia à Delegacia, respondeu o responsável pelo posto policial, sem, entretanto, anotar nada.

Com a aproximação do repórter, empenhado em obter maiores dados sobre o caso, os quatro tarados e o cabo da PM tentaram dissuadi-lo de publicar o fato.

— Deixa disso, rapaz. Estas putas e bichas tem mais é que apanharem pra aprenderem a ter vergonha na cara e não fiquem aí pelo centro da cidade. (*AFINAL*, outubro de 1980, p.14).

Nesse caso de violência narrado pelo jornal, ficou explícito que a prostituta agredida — assim como os homossexuais que eram igualmente violentados física e verbalmente — eram também destituídos de qualquer forma de respeito por parte das autoridades competentes, sendo suas dores e existência negligenciadas. O argumento usado pelos agressores e corroborado pelo policial que atendeu a prostituta no intuito de convencer o jornalista do *Afinal* a não publicar o fato permite visualizar uma face do conservadorismo existente na cidade, que em casos extremos chegava a agressões que poderiam levar ao óbito dessas pessoas. A circulação dessas pessoas não era vista com bons olhos por determinados setores da sociedade florianopolitana e a impunidade concedida às pessoas que tinham ações de hostilidade para com esses sujeitos corroborava para que tais comportamentos fossem mantidos e, em último caso, até legitimados.

Ao problematizar e expor as diferentes situações de vulnerabilidade a que prostitutas e homossexuais estavam submetidos dentro do espaço urbano, o jornal *Afinal* refletiu e atentou seu público leitor sobre a existência dessas pessoas. Além disso, ao mencionar a desconfiança e a descrença que esses sujeitos apresentavam das instituições e dos meios de comunicação da grande imprensa, o periódico chamou a atenção para como, para eles, os direitos de cidadania não eram assegurados e respeitados em nenhuma instância. Mais ainda, as denúncias e os relatos que são feitos na matéria expressam que, mesmo com os novos personagens ocupando a cena pública e exigindo seus direitos, a presença do outro, do diferente no mesmo espaço ainda poderia ser incômoda para determinados segmentos sociais. Nesse sentido, o jornal *Afinal* denunciava, com esse tipo de publicação, uma cidade entrecortada por segregações e não acessível com segurança para toda a sua população.

No entanto, as prostitutas e os homossexuais não foram os únicos sujeitos que sofriam as violências retratadas nas páginas do jornal. A população negra e suas experiências estão na 12ª edição em uma reportagem veiculada nas 18ª e 19ª páginas sob o título de “93 anos da abolição. O golpe da princesa”. Foram publicados relatos de diferentes pessoas negras da cidade acerca de suas vivências e percepções sobre ser negro em Florianópolis. Além disso, a

matéria contêm análises de Flávio Carvalho e Nelson dos Santos Machado sobre a situação contemporânea em que a população negra se encontrava a época da publicação da edição.

A análise de Flávio Carvalho introduziu a matéria e apontou que as condições socioeconômicas das pessoas negras eram atravessadas por dificuldades por conta, principalmente, do preconceito de cor existente.

Este mês foi comemorado em todo país o 98º aniversário da abolição da escravatura. Hoje já não há mais dúvida de que a abolição não passou de um grande negócio do capitalismo em sua nova roupagem. É do conhecimento de todos que a escravidão enquanto foi lucrativa foi tolerada, mantida e louvada.

E hoje? Hoje quem está com a razão é o professor Abdias Nascimento quando diz: “o que está acontecendo na atualidade é o esmagamento brutal e sistemático da cultura negra destinada a matar sua história, seus vestígios, suas raízes, sua religião e sua memória”.

Até o Ministério do Trabalho reconhece que o candidato de cor, mesmo com habilitação para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, bares, restaurantes, hospitais e outros estabelecimentos que exigem pessoas de “boa aparência”, não conseguem trabalho. O preconceito de cor é o principal fator de desemprego de profissionais negros.

Se o mercado de trabalho oferecesse as mesmas oportunidades para brancos, mestiços e negros, esses últimos teriam condições de aspirar à melhoria do padrão de vida, a ascensão na estrutura social e ao aumento do grau de politização. Mas a forte tendência de estreitar o mercado de trabalho para os negros acaba sendo a causa principal da imobilidade social dessa etnia na sociedade.

[...]

O desemprego, o subemprego, as piores moradias, o maior índice de doenças e mortalidade, a falta de escolas, o roubo e o crime foi o pagamento que recebemos após termos edificado esse país como nação.

Essa situação há de continuar enquanto a população negra não tomar consciência da gravidade do problema. Uma alfabetização que fosse ao mesmo tempo politizante já seria 1º passo. A formação de associações de negros poderia reforçar os laços de união e a partir daí iniciar a discussão. O desafio está lançado. (*AFINAL*, maio de 1981, p. 18).

Ao colocar como desafios a criação de associações de negros e de uma educação que possuísse uma vertente mais politizada e consciente, voltada para a disseminação de informações e conhecimento sobre as condições de vida da população negra no Brasil, Flávio Carvalho argumentou que as mazelas que essa população sofria apresentavam relações com o processo histórico da escravidão e com seus desdobramentos e influências no pensamento social brasileiro. Oferecendo uma nova perspectiva para a Lei Áurea — assinada em 13 de maio de 1888 — Carvalho defendeu que ela fora sancionada quando a escravidão deixou de ser um negócio lucrativo para a economia nacional. Sua revogação, na leitura do autor da nota, tinha vinculações com a realidade contemporânea da população negra, na medida em que preconceitos raciais foram mantidos e perpetuados. Nesse sentido, o autor problematizou que a população negra de modo geral tinha sua vida atravessada por uma série de obstáculos e desafios uma vez que, além da falta de investimentos e de políticas públicas, a restrição

encontrada no mercado de trabalho decorrente das questões raciais impossibilitava, na maioria das vezes, a mobilidade e ascensão social.

A análise de Flávio Carvalho expôs um panorama sobre as adversidades enfrentadas pela população negra em decorrência de uma série de preconceitos que eram manifestados na época de circulação do jornal. Suas constatações apontaram para sujeitos e realidades que foram e ainda eram marginalizados da sociedade brasileira. Embora tenha ressaltado que a construção do Brasil enquanto nação contava com contribuições significativas das populações negras que foram escravizadas, Carvalho pontuou que as heranças desse processo não foram benéficas para a população negra, pelo contrário, eram carregadas de adversidades e altos índices de mortalidade, desemprego e ausência de moradia.

Em sentido similar ao de Flávio Carvalho, Nelson dos Santos Machado apresentou um relato crítico que discorreu sobre como o sul do país enxergava as populações negra, sobre a permanência de práticas racistas e sobre a necessidade de esforços para alterar essa conjuntura no intuito de torná-la mais igualitária. Sob o título de “Os negros e o Sul maravilha” o texto assumiu abertamente posicionamentos políticos acerca da temática que estava abordando e procurou, no seu decorrer, argumentar que a fachada de democracia racial que o Brasil carregava consigo encobria formas de discriminações já naturalizadas e que precisavam ser desconstruídas. Apesar de extensa, a construção narrativa que Machado fez possibilitou que uma série de questões como, por exemplo, a interiorização de comportamentos racistas pela sociedade de modo geral fosse discutida nas páginas do jornal *Afinal*.

Algumas considerações fazem-se necessárias; neste “sul maravilha” reduto que se caracteriza socialmente pela composição dominante de uma classe média, um observador mais reflexivo constataria nesta mesma classe média uma estreiteza de percepção, uma insensibilidade sobre sua história regional e nacional, anotando no campo político, marcadas conotações reacionárias. Até mesmo a nossa juventude chamada colorida, com sua aparência libertária e de vanguarda, carrega dentro de si, nítidas posturas de suas origens conservadoras, discriminadoras e também profundamente racistas. Nas chamadas fundações universitárias, é onde as constatações ficam mais conflitantes pelos valores e consciências envolvidas. Mas temos observado contradições interessantes, algumas brechas que demonstram alternativas dentro do processo social.

Superar a nossa ignorância a respeito de uma realidade de cada dia, é um desafio colocado à cada um de nós, à cada estudante, à cada trabalhador, à cada homem e mulher, à cada pai e filho em formação. Entender os fatos e o que está detrás de cada um deles, não é algo imediato mas também não é algo somente para cientista; toda pessoa pode e tem condições de desenvolver sua condição crítica sobre as coisas, desde que se disponha a tal necessidade de compreensão. (*AFINAL*, maio 1981, p.19).

Ao destacar que a região sul do país tinha uma parcela de moradores inseridos socialmente na classe média com acesso a uma gama variada de informações e conhecimentos, Machado ponderou que o desconhecimento de dimensões tanto da história

nacional quanto da história regional poderia influenciar em conotações reacionárias no campo político até mesmo por parte de setores considerados progressistas. Por exemplo, a valorização da imigração, especialmente alemã e italiana, poderia fazer com que aspectos da história do país e da região fossem apagados ou colocados à margem, como foi o caso das experiências africanas e indígenas em terras sulinas. Nesse sentido, a narrativa historiográfica que era consumida por diversos segmentos da população — inclusive a classe média referida no texto — exaltava e legitimava determinados sujeitos em detrimento de outros. Reconhecendo essa situação enquanto a dominante no consumo de História, o autor apontou que essa realidade poderia ser alterada se houvesse o paulatino desenvolvimento de um senso crítico por parte das pessoas aonde, a partir da inserção de outros personagens, novos aspectos e versões fossem conhecidas ampliando, deste modo, a sensibilidade da população para a existência de diferentes formas de vivenciar e experienciar a sociedade.

As considerações de Nelson dos Santos Machado sobre o silenciamento de sujeitos e experiências na História permite que seja estabelecida uma discussão sobre o que a historiadora francesa Michelle Perrot denominou de excluídos da História. Na busca por compreender historicamente grupos que foram excluídos da História, Perrot detém-se a examinar três grupos na França do século XIX: operários, mulheres e prisioneiros. Embora se configurem enquanto um conjunto polissêmico, a historiadora os modelou em termos de forma para ganharem a dimensão de sujeitos históricos (PERROT, 2017, p.7). Ao investigar as ações desses grupos e inserindo-os dentro dos movimentos da sociedade, Perrot abre a possibilidade de pesquisar e refletir sobre outros cotidianos, outras experiências, em suma, outras histórias. Ao colocar luz sobre as vivências da população negra no sul do país, Machado mostrou a existência de outras formas de realidades que versava sobre pessoas a quem sistematicamente eram aplicadas tentativas de exclusão física e simbólica do convívio social.

Se o Brasil apresenta em sua população 40 milhões de pobres que não dispõem de trabalho regular, moradia, saúde e condições mínimas para alimentação diária, só isto já chamaria atenção para uma forte política de discriminação em execução.

Mas há muito mais coisas e para nós, negros, particularidades bastante cruéis, desumanas, seja para o homem negro, seja para a mulher negra, seja para a criança negra; é algo revoltante constatar o nível de racismo que se abate sobre um escolar negro, do primário, quando desde então, socialmente vai ficando clara para o cidadão negro a luta que terá que desenvolver para levar sua vida adiante, em meio à uma sociedade predominantemente branca e com explicitados resíduos racistas. Querendo sempre defender interesses escusos ou declarados, o sentimento racista está presente em todos nós, em cima das calçadas, dentro das repartições, nos bancos escolares e nas universidades, em meio aos fiéis dentro de conventos e igrejas sejam quais ordens forem e até mesmo à nossa mesa, no almoço ou jantar, quando nossa família está reunida.

A cada dia que passa, ao constatarmos que um bondoso pai de família assume uma postura racista justificando a defesa da pureza do cidadão, um policial que agride o cidadão por que o mesmo é mulato ou negro, um comerciante que não dá o emprego porque a candidata ao mesmo tem a pele escura, o funcionário público que acha que para fazer a limpeza o elemento tem que ser negro pois este já está acostumando a isto, no conjunto, podemos iniciar uma avaliação do muito que anda escondido dentro da sociedade do “sul maravilha” catarinense. De toda esta configuração discriminadora, há também a questão da grande maioria branca, assalariada e explorada. Mas nós negros, além da questão de classe, temos que enfrentar também a questão étnica, superar as discriminações dos racistas. Daí o desafio para todos nós, brancos e negros em assumir o enfrentamento, o conflito aberto e o repúdio contra esta falsa ordem social, fruto de mentalidades doentias. Através da corrupção e manipulação bem articuladas, grupos dominadores afrontam a sensibilidade e inteligência de nossa condição humana. Se a postura, o comportamento racista, carrega dentro de si uma inflexibilidade, uma parcialidade arbitrária que impossibilita um diálogo franco e aberto, cortesia compreensiva, em contrapartida, deixa de ter sentido.

Contra a racionalidade racista, o confronto torna-se inevitável, dado o nível de violência que a discriminação trás dentro de si. [...] desmascarar estes exploradores enfrentando-os em todos os níveis de suas articulações, torna-se para nós, negros, o desafio e o compromisso étnico cultural contemporâneo. (*AFINAL*, maio de 1981, p.19).

A densa análise conjuntural apresentada por Nelson dos Santos Machado apreendeu um cenário marcado, para a população negra, por desafios para o tempo presente e para o futuro. Ao exemplificar as dificuldades provenientes do racismo que as pessoas negras enfrentavam cotidianamente, o autor da nota convocou a sociedade de maneira geral a refletir e pensar em ações práticas para acabar com o racismo que, segundo ele, estava incrustado em toda a população e em todos os ambientes. Além disso, ao inserir a discussão de classe em sua abordagem, para além da racial, o autor demonstrou que as desigualdades sociais existentes no Brasil eram de vários âmbitos, sendo, portanto, imperativas reflexões para alterar esse cenário e oferecer condições de vida mais igualitárias a todos os sujeitos. Suas conclusões acerca da necessidade do enfrentamento do comportamento racista convidaram os leitores a pensar acerca das estruturas das ordens sociais vigentes naquele momento, que marginalizavam e excluíaam sujeitos como, por exemplo, os negros e as negras. Mais ainda, a problematização que Santos Machado teceu no jornal *Afinal* mostrou que a entrada de novos personagens na cena pública, parafraseando aqui Eder Sader, que reivindicavam por espaço e demandas próprias, ajudaram a visualizar o quanto a cidade de Florianópolis, assim como outras, era atravessada por naturalizações de ideias e pensamentos que discriminavam e inferiorizavam pessoas. Nesse sentido, os argumentos apresentados por Nelson dos Santos Machado possibilitaram perceber o quanto as lutas sociais estavam intimamente ligadas com o campo político e o espaço urbano na medida em que as relações estabelecidas entre os mais diferentes sujeitos eram perpassadas por questões que envolviam, entre outras coisas, classe, raça e gênero.

Além das duas notas que a reportagem “93 anos da abolição. O golpe da princesa” apresentou, foram publicados 10 pequenos relatos de pessoas negras que viviam na cidade de Florianópolis. O grupo¹⁶³ foi composto por 7 homens e 3 mulheres que compartilharam com o jornal *Afinal* suas experiências pessoais enquanto pessoas negras em Florianópolis. Ponto em comum nas falas foi a constatação de que cidade apresentava comportamentos racistas que, em casos extremos, chegava ao impedimento de essas pessoas adentrarem em lugares como o Clube 12 de Agosto, conforme relatou, por exemplo, Simone Lindenberg Barroso¹⁶⁴

Por ser mulher e negra a barra é mais pesada. O fogão das madames, a prostituição e o consumo erótico nas páginas das chamadas revistas pornográficas é o destino da mulher negra, segundo sua maneira de ver. [...] foi barrada no Clube 12 de Agosto quando da apresentação de um show de Roberto Carlos, mesmo estando de posse de convite especial. Na oportunidade estava acompanhada de sua mãe e de uma amiga do Rio de Janeiro. Foi também impedida de nadar no Clube Lira (*AFINAL*, maio de 1981, p.18).

Outros dois aspectos ressaltados pelas pessoas ouvidas foram a pouca oferta de emprego no mercado de trabalho e a falta de representatividade na esfera pública e política. Avelino Alfredo da Cunha¹⁶⁵ em sua narrativa apontou para essas duas questões e narrou que:

Fica espantado ao constatar que não existe sequer um vereador, deputado, prefeito ou político negro de expressão em SC, e que são raros os negros que conseguem se formar numa universidade e desenvolver uma profissão liberal (*AFINAL*, maio de 1981, p.19).

Embora as falas tenham apresentado ainda outras questões como, por exemplo, o desestímulo para seguir determinadas carreiras, a falta de incentivo para estudos, o papel secundário destinado às pessoas negras em comerciais, as duas acima pontuadas permitem refletir sobre como o espaço urbano de Florianópolis era permeado por segregações e discriminações. O não acesso a espaços de diversão e a falta de representatividade em espaços como a política eram recorrentes no cotidiano das pessoas negras e mostram uma face da cidade marcada pela exclusão e pelo racismo. As experiências que foram publicadas perpassavam discussões sobre como a entrada na cena pública dessa população que apresentava novas demandas e novas formas de experienciar a cidade começava a ser conhecida e problematizada.

Ao publicar uma reportagem especificamente sobre a população negra, seus obstáculos, suas dificuldades e seus desafios para o futuro, o jornal *Afinal* abriu um espaço

¹⁶³As pessoas que foram escutadas pela reportagem são: Simone Lindenberg Barroso, César Cícero de Moraes, Hilton Nunes da Silva, Marcos Antônio Silva, Amadeu Natalino de Souza, Francisco, Deco, Paulina, Avelino Alfredo da Cunha e Danielle.

¹⁶⁴ De acordo com a reportagem, Simone Lindenberg Barroso é conselheira fiscal da Sociedade Cultural Antonieta de Barros.

¹⁶⁵ Avelino Alfredo da Cunha é iluminador da TV Catarinense.

para que as especificidades dessa população pudessem ser discutidas. Além disso, ao escutar as vivências de pessoas negras que residiam em Florianópolis, o periódico procurou trazer para suas páginas vozes que eram constantemente silenciadas por parte da grande imprensa e de setores da sociedade como as classes média e alta.

As matérias veiculadas no jornal *Afinal* acerca das violências sofridas por prostitutas, homossexuais e negros/as permitiram observar uma face da cidade de Florianópolis que era marcada por discriminação, exclusão e violências físicas e simbólicas. Ao retratar esse lado da cidade, o periódico refletiu sobre como esses sujeitos experienciavam e vivenciavam o espaço público na medida em que eles eram pessoas ou marginalizadas ou excluídas dos projetos modernizadores que eram gestados naquele momento. Nesse sentido, ao expor a presença desses sujeitos, o jornal problematizou o espaço urbano de Florianópolis sob do viés de como ele continha em si segregações e desigualdades quanto a sua circulação e ao seu usufruto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar um ponto final – ainda que provisório - numa pesquisa é tão difícil quanto escrever a primeira frase da introdução. Olhar para as páginas escritas é, de algum modo, visualizar os caminhos de pesquisa e reflexão que nelas resultaram. Quando esta dissertação começou a ser pensada nos idos de 2016 as expectativas do que viria a ser o texto final faziam com a estrutura e os percursos empíricos fossem constantemente reelaborados. Após dois anos de muitas inquietações, dúvidas e orientações, optou-se por apresentar o trabalho do seguinte modo: no primeiro capítulo uma narrativa acerca da história do jornal *Afinal*; no segundo capítulo discussões que perpassavam principalmente o campo político estadual no período em que o periódico estava circulando e, por fim, no terceiro capítulo uma cidade de Florianópolis que se transformava ao mesmo tempo em que se acentuavam as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Nesse sentido, ao deter-se sobre o estudo específico de um jornal alternativo que circulou em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 1981, esta dissertação procurou também salientar que houve diversas formas de resistência à ditadura civil-militar que estava instaurada desde 1964, sendo a imprensa alternativa uma delas. Mais ainda, objetivou-se analisar como o contexto do processo de distensão política anunciada desde 1974 foi um elemento que possibilitou que denúncias acerca das atrocidades cometidas pelo governo ditatorial encontrassem um espaço de discussão. Incidindo foco no seu estado de origem, o jornal *Afinal* buscou realizar discussões que eram demandadas do seu tempo presente de circulação uma vez que as variadas experiências do passado recente estavam intrinsecamente relacionadas com o presente e com os rumos que se seguiria ao longo da década de 1980.

Se no decorrer da tessitura desta narrativa aspectos da história de Santa Catarina e, especialmente de Florianópolis, foram evidenciados como, por exemplo, a crescente especulação imobiliária ou a participação de catarinenses em processos de lutas contra o regime civil-militar vigente, uma série de lacunas foram encontradas e não puderam ser preenchidas no escopo desta dissertação. As 13 edições do jornal *Afinal* contêm uma documentação que, à primeira vista, pode parecer fugidia e escassa para o pesquisador na medida em que se trata de um periódico com duração de pouco mais de um ano e, como já dito acima, 13 números. Contudo, em suas reportagens, entrevistas, notas e cartas são possíveis apreender, por exemplo, redes de relações sociopolíticas e projetos sociais e políticos que estavam em curso no seu período de circulação. Por se tratar de um jornal considerado alternativo e de oposição, o modo como são abordados os assuntos relacionados

principalmente a política o difere da maioria de seus contemporâneos, sendo possível, deste modo, a realização de estudos de como determinadas temáticas como mobilidade urbana e visibilidade dos grupos considerados minoritários eram apresentados nos meios de comunicação impresso naqueles anos.

Na escuta dos diversos sujeitos que compunham a cidade de Florianópolis, o jornal *Afinal* mostrou que histórias cotidianas são carregadas de significações e sentidos. O olhar para o outro procurando entender suas necessidades e anseios permitiu uma escuta atravessada por desejos de luta pela transformação da sociedade em um espaço mais inclusivo e digno para todas as pessoas. As matérias, cartas, entrevistas e notas publicadas pelo jornal apresentaram aspectos da heterogeneidade de vivências que compunham o espaço urbano naquele momento, sem, contudo, perder a perspectiva analítica de crítica às ações políticas e governamentais que consideravam serem contra os interesses da população.

No decorrer de seus números, o jornal *Afinal* problematizou as diferentes cidades que existiam dentro de uma mesma cidade, as questões políticas e seus bastidores, as lutas pelo retorno da democracia e, principalmente, o cotidiano em suas múltiplas experiências e vivências. A equipe do periódico e as redes de colaboração que foram tecidas ao longo dos meses possibilitaram a viabilização deste projeto jornalístico entre maio de 1980 e julho de 1981. Ou seja, entre a definição da pauta e a venda dos exemplares uma série de caminhos eram percorridos. Nesse sentido, os expedientes de cada edição e as entrevistas realizadas foram fundamentais para a compreensão da dinâmica de funcionamento do jornal. Entretanto, uma limitação encontrada durante esta jornada de pesquisa foi a não localização do processo judicial de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Acredita-se que essa documentação –quando localizada - abrirá uma nova vertente para o conhecimento da história do jornal *Afinal* na medida em que ela provavelmente terá indícios acerca das percepções que as autoridades e chefes políticos tinham do jornal e de sua atuação.

O ponto final que se colocara nas linhas que se seguirão não se trata de um término definitivo desta incursão pela documentação do jornal *Afinal*. Ao longo dos dois anos desta dissertação e, anteriormente, do ano de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso pude ater-me a leitura dos exemplares e realizar entrevistas com alguns de seus fundadores na incessante tentativa de compreender melhor as diferentes faces e atuações deste jornal. Muito mais do que respostas definitivas e fechadas, o processo de pesquisa ensinou-me recorrentemente que novas questões podem ser formuladas a partir de um mesmo documento. A título de exemplos de problemáticas não exploradas neste trabalho e que estavam presentes nas páginas do jornal *Afinal* está um estudo focado essencialmente programa Comandos

Sociais e suas reverberações em Florianópolis, a discussão sobre quais aspectos dos movimentos catarinenses de resistência à ditadura civil-militar foram abordados nas páginas impressas ou ainda as relações entre especulação imobiliária, indústria do turismo e ocupação do espaço urbano. Por isso, reafirmo este trabalho não se encerra em si mesmo.

Assim, enquanto formulava os objetivos deste trabalho, via-me confrontada com uma contagiante atmosfera de esperança e de sonhos para um futuro democrático que estava se descortinando lentamente no horizonte. Confesso que, em certos momentos, fui intimamente tocada e seduzida pelas fontes de tal modo que o exercício de crítica as mesmas requeria uma atenção redobrada de minha parte para cumprir o que estava propondo ao leitor mantendo o rigor epistemológico, teórico e metodológico que a ciência histórica requer. A escrita de uma narrativa historiográfica necessita estar amparada na confecção de uma pesquisa densa e atenta bem como mobilização de um arsenal de leituras consistentes e coerentes para a temática abordada, contudo, uma dose de imaginação e de poesia também é preciso. Deste modo, opto encerrar estas considerações finais recorrendo a epígrafe desta dissertação - da música *Simples Assim* do cantor Lenine - que conseguiu traduzir em poucas palavras tanto a atmosfera que permeava os objetivos do jornal *Afinal* e da equipe responsável por sua viabilização quanto a atmosfera presente na escrita destas páginas: “E a gente ainda insiste em ter alguma confiança num futuro que ainda está por vir. Viver é uma paixão do início, meio ao fim”.

REFERÊNCIAS

Depoimentos:

CAMARGO, Jurandir Pires. Depoimento concedido à Arielle Rosa Rodrigues. Florianópolis, 22 de outubro de 2015.

MOURA, Nelson Rolim. Depoimento concedido à Arielle Rosa Rodrigues. Florianópolis, 18 de outubro de 2015.

RUBIM, Sérgio Antônio Flores. Depoimento concedido à Arielle Rosa Rodrigues. Florianópolis, 14 de outubro de 2015.

Periódicos:

AFINAL, Maio de 1980, 19 páginas;

AFINAL, Junho de 1980, 23 páginas;

AFINAL, Julho/Agosto de 1980; 15 páginas;

AFINAL, Setembro de 1980, 19 páginas;

AFINAL, Outubro de 1980, 19 páginas;

AFINAL, Novembro de 1980, 27 páginas;

AFINAL, Dezembro/Janeiro de 1981, não se obteve acesso à edição na íntegra.

AFINAL, Março/Abril de 1981, 19 páginas;

AFINAL, Maio de 1981, 23 páginas;

AFINAL, Julho de 1981, 11 páginas.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira.** SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º48, 2005, pp. 53-65. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>, acesso em: 04/10/2017

AGUIAR, Flávio. **Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo.** In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-247.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.** Bauru: EDUSC, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil Nunca mais. 15^o edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
AVRITZER, Leonardo. **Cultura política, atores sociais e democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia.** Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm, acesso em: 04/10/2017

BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (orgs). **Jornalismo em perspectiva.** Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História da comunicação no Brasil.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1. 392p .

BARBOSA, Marialva. **Senhores da memória.** In: Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 18, n. 2 (1995). Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1259/1212>, acesso em: 04/10/2017

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, 1977.

BARROS, Patrícia Marcondes. **A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”.** IN: Revista Akrópolis, Umarama, v.11.n.2, abri/j, 2003, p. 63-66

BERNSTEIN. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. História do Tempo Presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. IN: **História do Tempo Presente.** DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 299-315.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro 2009, vol.22, n.43, pp.85-104.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do ato ao hábito: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1964-1985).** Florianópolis, UFSC, 2014 (Tese de Doutorado) 1v, 372f.

CUBAS, Caroline Jaques. Gênero e Ensino de História: demandas de um tempo presente. In: CRESCÊNCIO; Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes; BRISTOT, Lídia Schneider (orgs). **Histórias de Gênero.** São Paulo: Verona, 2017, p. 73 – 86.

DE FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2002 (Tese de Doutorado em História). 1 v. 392f .

DIAS, Rafael Damaceno. É a cidade grande querendo chegar: Sociabilidades e extensões culturais em Florianópolis na segunda metade do século XX. In: CAMPOS, Emerson César

de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2011. p. 89-102.

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. Belo Horizonte, v. 7, n. 3 (set./dez. 2015), p. 249-274, 2015.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã: Diversidade Cultural, Tensões Sociais e Separatismo em Santa Catarina no século XX**. São Paulo, USP: 1998 (Tese de Doutorado em História). 1v.

FALCÃO, Luiz Felipe. Militância nas margens: lembranças da resistência à ditadura e das lutas pela democratização. BRANCHER, Ana Lize; LONH, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 359-393.

FAVERO, Tâmyta Rosa. **Ecos das narrativas, elos das memórias: anos-acontecimento, jogos de escalas e imprensa no limiar da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)** Florianópolis, UDESC, 2013 (Dissertação de Mestrado), 1v, 195f.

FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.” **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, Vol. 9, No. 20, (jan./abr. 2017), p. 5-74.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: EdFVG, 1997.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.24, nº 47, p.29-60.

FREIRE, Izaías de Souza. **Ecos da democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville**. Florianópolis, UDESC, 2013 (Dissertação de Mestrado), 1v. 259.

HOLLADA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JEANNENEY, Jean – Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 213-230.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem: Os interrogatórios da Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969 – 1975)**. São Paulo, USP: 2008 (Tese de Doutorado em História). 1v. 351f.

KARAN, Francisco José Castilho. **Jornalismo, golpe militar e reminiscências sobre a imprensa alternativa em Florianópolis**. Disponível em <<https://objethos.wordpress.com/2014/03/24/comentario-da-semana-jornalismo-golpe-militar-e-reminiscencias-sobre-a-imprensa-alternativa-em-florianopolis/>>, último acesso: 27/01/2018.

KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de Experiência’ e ‘horizonte de expectativas’: duas categorias históricas”, In: **Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 305-327

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988**. Boitempo; FAPESP, 2004

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “O tempo passou na janela”: Imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura – Um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968 – 1985) IN: **História do Tempo Presente**. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 299-315.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A imprensa e o processo de redemocratização brasileiro – O caso da *Folha de São Paulo* em 1974. XV Encontro Estadual de História da ANPUH-SC: 1964-2014: Memórias, testemunhos e Estado/ II Colóquio Internacional: Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul. 15/2, Florianópolis. **Anais gerado pelo evento XV Encontro Estadual de História da ANPUH-SC: 1964-2014: Memórias, testemunhos e Estado/ II Colóquio Internacional: Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, ANPUH-SC, 2014, p.1-12.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lize; LONH, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-60.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a *Folha de São Paulo* em 1974. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 72 - 107.

LOHN. Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro: Cultura Política e invenção do tempo presente em Florianópolis (1950-1980)**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. V.1, São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-153.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Hebert S. Mudanças Sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 66-91.

MACHADO, Simone Matos. **O processo jurídico – institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977- 1983): um caso de oposição sistemática**. Florianópolis: UFSC, 1990 (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1v. 96f.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado em História, PPGHST/CFCH/UFSC, Florianópolis, 1998.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **A Imprensa Alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984): Um olhar historiográfico.** In: CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011, p.24-41.

MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a história. IN: **História do Tempo Presente.** DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p.231-257.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. Os meios de comunicação e a prática política. In: **Lua Nova**, São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v.9, n.15, p. 71 – 91, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48-65.

NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

PELUSO, Victor Antônio Júnior. **Estudos de geografia de Santa Catarina.** Florianópolis: EDUFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Moacir. **A Comunicação em Santa Catarina. Ensino, Profissão e Modernização.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1992.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política luto e senso comum, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** Jorge Zahar Editor, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 23, nº 45, janeiro/junho de 2010, p.171 - 186.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade Revolucionária**. São Paulo: UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. SP: UNESP, 2010.

RODRIGUES, Arielle Rosa. **Afinal: a trajetória de um periódico alternativo de Florianópolis (1980-1981)**. Florianópolis, UDESC, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso), 1v, 69f.

ROLIM, Nelson. Jornalismo Libertário e “Segurança Nacional”. In: **Não esquecemos a ditadura - Memórias da violência**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTAGADA, Salvatore. **A situação social do Brasil nos anos 80**. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/179/389>>, último acesso: 27/01/2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCOTT, Joan W. **Experiência**. In: Falas de Gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. P 21-55.

SILVA, Michel Goulart da. Uma cidade em disputa: representações das transformações urbanas em Florianópolis no contexto da aprovação do plano diretor de 1976. In: CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2011. p. 103-117.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Mateus Gamba. A Operação Barriga Verde e as esquerdas na década de 1970. BRANCHER, Ana Lize; LONH, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 297- 297-323.

VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. In: BALDESSAR Maria José; CHRISTOFOLETTI (orgs). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: EDUFSC, 2005. p. 71-84.

VEIGA, Ana Maria. Imprensa e censura nas memórias de jornalistas. BRANCHER, Ana Lize; LONH, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 325-358.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Flautas e maracás: música nas aldeias jesuíticas da América Portuguesa (séculos XVI e XVII)**. Campinas: UNICAMP, 2011(Tese de Doutorado em História). 1.v. 266p.

ANEXOS

Anunciantes

Anunciante	Edições	Total
CECOPE	2 ^a	1
Restaurante Sol da Terra	2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 10 ^a , 13 ^a	8
Posto Lagoa da Conceição	2 ^a , 3 ^a , 6 ^a , 7 ^a	4
Jornal Coojornal	2 ^a	1
Dalpasquale & Cia. LTDA	2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 10 ^a , 12 ^a , 13 ^a	9
Estabelecimento de revelar foto (Sem identificação do nome)	2 ^a	1
Morada do Sol	3 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 7 ^a , 10 ^a , 12 ^a	6
Loja Beco	2 ^a	1
Bar Pinga-Pinga	2 ^a , 5 ^a , 12 ^a , 13 ^a	4
Banca do ARS	2 ^a	1
Ponto Chic	2 ^a	1
Casa da Ilha	2 ^a	1
Humbert's Center Jeans	2 ^a	1
Mu&sical Runeti	3 ^a	1
Roca Modas	3 ^a	1
Sniper Sanduiches	3 ^a	1
Zazá Modas	3 ^a , 10 ^a	2
Ateilê de Costura pano prá manga	3 ^a	1
Bobys	3 ^a	1
Casa do Suco	3 ^a , 4 ^a	2
ETECAL – Escritório de Contabilidade	4 ^a , 5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 10 ^a	5
Lanchonete do Escova	4 ^a , 5 ^a	2
Bar La Bestro	4 ^a , 5 ^a	2
Restaurante Adega	5 ^a	1
Bar Café Apoteose ao infinito	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a	3

STAP – Serviços de Administração LTDA	5ª	1
Feira do Vinho Gaúcho	6ª	1
Academia de Capoeira Berimbau de Ouro	6ª,	1
PROART – Ensino, promoções e produções artísticas	6ª, 7ª	2
Leia os livros da Noa Noa	7ª	1
Restaurante Vida	7ª, 13ª	2
Agência Fotográfica Decisão	12ª	1
Laboratório de Música	12ª	1
Restaurante Nativos	12ª, 13ª	2
Frutaria Meu Sol	12ª	1
Drs. Roberto Souza e Sampaio e Cid Caesar de Almeida Pedroso	12ª, 13ª	2
Dr Luís Alves	12ª, 13ª	2

Classificados

Classificado	Edições	Total
Ivan César Fischer e Jânio de Souza Machado. Advogados	2ª	1
Dr, J.J.Barreto	2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 12ª, 13ª	9
Helena Schuker. Arquiteta	2ª	1
Dr. Álvaro de Carvalho	2ª, 3ª	2
Aulas particulares de inglês com Abraham	3ª, 4ª	2
Ernani Marcos. Tratamento científico dos pés	3ª, 6ª	2
Loja Pappus	3ª, 4ª	2
Roberto Mota. Advogado	3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 12ª, 13ª	8
Tiné Maquetes	3ª, 4ª, 5ª	3
Rosane N. Carginin. Odontopediatria.	3ª	1
Tistu – Centro de atendimento à criança	3ª, 4ª	2
Miguel Ximenes de Melo Filho. Advogado	5ª	1
Murynga Boutique	5ª	1
Savana Som	5ª	1
Jânio de Souza Machado. Advogado	5ª	1
Escritório de Advocacia Dr. Evilásio Caon	5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 12ª, 13ª	6
Decos Boutique	5ª	1
Hélio David Vieira Figueira dos Santos. Advogado	5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 12ª	5
Acriplac	5ª	1
Centro de dança	5ª	1
Silvio Batista Varela. Advogado	6ª, 7ª	2
Advogados associados. Furlan – Luz - Berckhausen	6ª, 7ª, 10ª, 12ª, 13ª	5
Murilo Sampaio Canto e Godofredo Salvador.	6ª, 7ª, 12ª	3

Advogados		
Escola de Datilografia Pierre Mendes	6 ^a , 7 ^a , 12 ^a	3
Dr. Irivaldo Medeiros. Advogado	6 ^a , 12 ^a	2
Traduções	6 ^a , 7 ^a	2
Eletrônica Brasil	6 ^a , 12 ^a , 13 ^a	3
L.E.K – Central de Serviços	7 ^a	1
Drs. Roberto Souza e Sampaio; Cid Caesar de Almeida Pedroso.	10 ^a ,	1
Vendo um fogão 6 bocas	12 ^a , 13 ^a	2
Livraria Noa Noa	12 ^a	1
Jorge Henrique Schaefer Martins. Advogado.	12 ^a , 13 ^a	2
Sebastião César Evangelista. Advogado.	13 ^a	1
Dra. Vera Lúcia Vieira da Silva. Advogada	13 ^a	1
Octavio Augusto da Fontoura Neto	13 ^a	1
Murilo Sampaio Canto, Fernando Luiz Cordeiro e Godofredo Salvador. Advogados	13 ^a	1
Pianos (~Fritz Dobbert~)	13 ^a	1

Jornais que constam no catálogo da BPSC em 1980

Cidade	Jornais	Quantidade
Florianópolis	Afinal, O Apóstolo, Boi de Mamão, Diário Catarinense, Diário da Justiça, Diário Oficial do Estado, Engenho, O Estado, A Gazeta, Jornal da Produção, Jornal da Semana, A Ponte.	12
Canoinhas	Correio do Norte	1
Joaçaba/Herval D'Oeste	Cruzeiro do Sul	1
N. Sra. do Desterro	Engenho Literário	1
Blumenau	Jornal de Santa Catarina	1
Brusque	O Município	1
Joinville	A Notícia	1
Rio do Sul	Nova Era	1
Caçador	O Planalto	1
Lages	O Planalto	1
Ituporanga	O Roteiro da Comunidade	1
Balneário Camburiú	O Sol	1
Xanxerê	O Xanxerê	1

Jornais que constam no catálogo da BPSC em 1981

Cidade	Jornais	Quantidade
Blumenau	Acadêmico, Jornal de Santa Catarina.	2
Florianópolis	Afinal, Boi de Mamão, A Cidade, Diário da Justiça, Diário Oficial do Estado, O Estado, A Gazeta, A Ponte.	8
Canoinhas	Correio do Norte	1
Jaraguá do Sul	Correio do Povo	1
Criciúma	Correio do Sudeste	1
N. Sra. do Desterro	Engenho Literário	1
Tubarão	Jornal da Cidade	1
São José	Jornal de São José	1
Rio do Sul	Jornal Nova Era	1
Brusque	O Município	1
Joinville	A Notícia	1
Itajaí	O Papa Siri	1

